



Vanessa Maria De Sousa Maia

**AMORES POSSÍVEIS: um estudo sobre a
conjugalidade na Rocinha, Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Aprovada pela comissão examinadora abaixo
assinada.

Orientadora: Junia de Vilhena

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2008



Vanessa Maria de Sousa Maia

**Amores Possíveis: um estudo sobre a
conjugalidade na Rocinha, Rio de
Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Junia de Vilhena
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Anna Paula Uziel
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, ___/___/____ .

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Vanessa Maria de Sousa Maia

Graduou-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2005. Desde 2003 vem exercendo clínica infantil e vincular no contexto comunitário. Realizou pesquisas no campo da psicologia social. Em 2008 iniciou atuação na área de Saúde Mental, no Centro de Atenção Psicossocial Pedra Bonita.

Ficha Catalográfica

Maia, Vanessa Maria de Sousa

Amores possíveis: um estudo sobre a conjugalidade na Rocinha, Rio de Janeiro / Vanessa Maria de Sousa Maia ; orientadora: Junia de Vilhena. – 2008.

157 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Casamento. 3. Conjugalidade. 4. Amor romântico. 5. Favela. 6. Pobreza. I. Vilhena, Junia. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD:150

Para meus pais.

Agradecimentos

À Junia de Vilhena, minha orientadora, pelo carinho, incentivo, e pela confiança em mim depositada antes mesmo de tudo começar. Sua orientação atenciosa e estimulante tornou o trabalho mais fácil e prazeroso.

Ao Professor Bernardo Jablonski, pela torcida para que este projeto se realizasse.

À Professora Maria Inés Tozatto, por tudo o que, afetosamente, me ensinou durante os anos em que fui sua estagiária, o que foi fundamental para esta realização.

À Professora Maria Helena Zamora, pelo que pude absorver de suas preciosas aulas, material sempre útil em meu percurso profissional, e também pelas dicas bibliográficas.

Às amigas e companheiras de mestrado Suzana, Cristina, Cecília, Ana Maria, Priscila e Sônia, por nossos encontros revigorantes, e pelo apoio nos momentos mais críticos.

A Sandra Rodrigues, pela presença amiga em todas as horas, e pela grande ajuda prestada neste trabalho.

A Tatiana Cordeiro, pela amizade acolhedora durante todo este percurso.

A Flávio Sérgio, meu maior incentivador, por estar ao meu lado em todos os momentos ofertando sua ajuda incondicional.

Aos meus pais, por tudo o que fizeram por mim para que eu chegasse até aqui.

Aos funcionários do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, sempre pacientes e atenciosos em atender às nossas demandas.

A todos os amigos e familiares que, direta ou indiretamente, apoiaram e incentivaram este trabalho.

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido durante esses dois anos.

Aos entrevistados, pela disponibilidade e generosidade, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Resumo

Maia, Vanessa Maria de Sousa; Vilhena, Junia de. **Amores Possíveis: Um estudo sobre a conjugalidade na Rocinha, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2008. 157p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como objetivo analisar a maneira como se configuram as relações amorosas em uma comunidade da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, a Rocinha. Partindo de uma análise do amor romântico e da contextualização da pobreza, buscamos investigar quais os arranjos conjugais possíveis e desejados, dadas as especificidades das condições de vida nessa camada social. Mostramos que a íntima relação entre amor e casamento, tal qual conhecemos hoje, é relativamente recente, e responsável por trazer grande carga de expectativas para os relacionamentos. Análises históricas sobre a família e o casamento nas camadas pobres da população evidenciam uma dinâmica de resistência aos padrões institucionalizados, o que contribuía para sua marginalização. Ainda hoje, são poucos os estudos que abordam este segmento. Dentre eles, alguns atestam que a família pobre estaria mais sujeita a rupturas durante o seu ciclo de desenvolvimento do que a família de classe média ou alta. Assim, a presença, nesta população, de uma representação familiar calcada em ideais românticos apontaria para a existência de conflitos. No entanto, através de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, com base em entrevistas semi-estruturadas, percebemos entre os moradores da Rocinha uma enorme capacidade de adequação e adaptação dos valores absorvidos da cultura dominante à sua realidade. A conjugalidade na favela consegue articular valores tradicionais e modernos de maneira conveniente, equilibrando as fortes influências impingidas pelas classes dominantes e pelos veículos de comunicação com as suas reais condições e necessidades. Esses casais produzem, portanto, um modo próprio de conceber as suas relações amorosas.

Palavras-chave

Casamento; Conjugalidade; Amor romântico; Favela; Pobreza.

Abstract

Maia, Vanessa Maria de Sousa; Vilhena, Junia de (Advisor). **Possible loves: A study about marital life in Rocinha, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2008. 157p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to examine the way as amorous relationships are configured in a south area community of Rio de Janeiro city, Rocinha. Starting with an analysis of romantic love and the context of poverty, we search to investigate the conjugal arrangements possible and desirable, given the specific conditions of social life in that layer. We show the close relationship between love and marriage, as it is known today, it is relatively recent, and responsible for bringing large load of relationships expectations. Historical analysis about the family and marriage in poor layers of the population show a resistance to institutionalized patterns, which contributed to their marginalization. Even today, few studies refer to this segment. Among them, some testify that the poor family would be more inclined to disruption during its development cycle, than a family from middle class or high. Thus, the presence, in this population, of a family representation based on romantic ideals would indicate the existence of conflicts. However, through a research of a qualitative and exploratory character, based on semi-structured interviews, it is noticed among residents of Rocinha an enormous capacity for adaptation and values adjustment of the dominant culture absorbed in its reality. The marital life in the slum can articulate traditional and modern values in a convenient way, balancing the strong influences imposed by dominant classes and the vehicles of communication with their actual conditions and needs. These couples produce, therefore, a proper way of designing their own love relationships.

Keywords

Marriage; Marital life; Romantic love; Slum; Poverty.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 - O CASAMENTO ACABOU? A CRISE DO CASAMENTO E A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA	16
2.1 Pequena história do amor no ocidente.....	16
2.2 O amor na contemporaneidade.....	24
2.3 A crise no casamento.....	33
2.4 O casamento hoje	41
3. ENTRE BECOS E VIELAS - UM OUTRO OLHAR.....	52
3.1 O desenvolvimento de uma nova pobreza no Brasil	52
3.1.1 Pobreza e desigualdade	52
3.1.2 A heterogeneidade da pobreza no Brasil	55
3.1.3 O desenvolvimento da favela.....	63
3.1.4 A favela vista de outro ângulo	67
3.2 Família e casamento nas camadas pobres da população	69
3.2.1 A família pobre nas abordagens históricas	69
3.2.2 Um novo olhar sobre a família pobre	78
3.2.3 A família pobre urbana na atualidade	82
4. JUNTANDO OS “TRAPOS” - SOBRE A CONJUGALIDADE NA ROCINHA	88
4.1 Metodologia	88
4.2 Reflexões sobre o campo.....	92
4.3 A Rocinha.....	95
4.4 Sobre os Entrevistados	101
4.5 Nem príncipes, nem sapos - Quando o amor vem depois	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

“Lá no morro quando eu olho pra baixo
Acho a cidade uma beleza
E quando estou na cidade que eu olho pra cima
Fico contemplando a natureza
Lá no meu barracão
Quando chove é uma agonia
Carrego o colchão e coloco a bacia
A nega reclama mas ela me ama
Pois sabe que eu sou seu melhor companheiro
E assim vou vivendo alegre e contente...”

Marujo/Dona Fia/Almir

1

Introdução

Amor e casamento são temas que, em geral, despertam interesse, posto que em nossa cultura raramente encontramos quem já não tenha vivido ao menos uma dessas experiências, antes dissociadas e hoje profundamente atreladas. Referências sobre o assunto são facilmente encontradas, seja nas manifestações artísticas - músicas, cinema, teatro, contos de fada - ou mesmo na literatura científica, esta última bem mais recentemente. Amor e casamento parecem povoar o nosso imaginário.

O casamento de hoje já não corresponde mais àquele modelo que o instituiu originalmente, como veremos no decorrer deste trabalho. Ao longo do tempo, mudanças estruturais e subjetivas trouxeram novas perspectivas em torno do matrimônio, repercutindo inevitavelmente na organização familiar e, conseqüentemente, nas estruturas subjetivas. Os processos de modernização e urbanização pelos quais vêm passando as sociedades ocidentais têm provocado o crescente questionamento das normas e valores que durante certo tempo nortearam os padrões de comportamento. Não só a família e o casamento, mas os relacionamentos interpessoais, de uma forma geral, se organizam atualmente em torno de valores mais igualitários e individualistas, onde importam mais os referenciais internos e a experiência pessoal de cada um, do que as normas instituídas. Namoro, noivado, casamento, relação de amantes, já não se configuram mais como antes. As fronteiras que delimitam o território e as principais características de cada um já não são tão visíveis.

Embora saibamos que tais transformações perpassam toda a estrutura social, não podemos afirmar que as diferentes camadas sociais sejam atingidas da mesma maneira e, menos ainda, que se comportem ou reajam de forma semelhante, posto que há entre elas diferenças intrínsecas manifestas, dentre outras formas, em diversidade cultural e desigualdade de recursos.

Estudos, conforme veremos ao longo deste trabalho, atestam que a família pobre está mais sujeita a rupturas durante o seu ciclo de desenvolvimento do que a família de classe média ou alta. Isso porque fatores como desemprego ou subemprego

acarretados pela baixa escolaridade, pelo afastamento de um membro do núcleo familiar devido à migração (geralmente quem se afasta é o provedor), dificuldades financeiras, alta natalidade, dentre outros que fazem parte da realidade dessa população, representam questões cruciais neste segmento. No entanto, é possível notar a presença, mesmo que imaginária, de uma representação familiar calcada em ideais românticos presentes nas concepções modernas de família das classes médias e altas. E esta distância entre o ideal e o real faz com que o não cumprimento desses padrões seja vivenciado como insucesso pessoal. Embora isso também ocorra nas demais camadas, no grupo em questão tal distância aumenta significativamente.

Como moradora da Rocinha, estas especificidades me saltaram aos olhos antes mesmo de qualquer contato com a literatura específica. A teoria, certamente, me proporcionou o distanciamento necessário para que alcançasse um olhar crítico - tal afirmativa, contudo, não significa defender uma postura ingênua de que o olhar do pesquisador possa ser “neutro”. Na verdade, diante de tantas informações a respeito da conjugalidade nas camadas médias foi possível o questionamento acerca das diferenças implicadas pela situação socioeconômica no âmbito doméstico, uma vez que os estudos sobre o tema nesse segmento específico ainda são escassos.

Embora venham crescendo em número nos últimos anos, comparativamente ainda são poucos os estudos que abordam a população pobre. E, obviamente, isso não ocorre por acaso. Utilizando como referência a vida cotidiana em uma favela, é possível afirmar a existência de atravessamentos que, por não inviabilizarem, certamente oferecem a estas estruturas sociais aspectos bastante singulares. E são justamente essas singularidades, contidas numa diversidade de arranjos, que configuram o objeto deste estudo. Através de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, investigamos o modo como se dá a conjugalidade nessa camada da população, quais os arranjos possíveis ou desejados, dadas as especificidades das condições de vida nesses estratos.

A favela da Rocinha foi o cenário escolhido como campo de investigação não só por sua implicação emocional, posto que representa as minhas origens e o plano de fundo de toda uma vida, incluindo o presente, mas também porque foi ali que

surgiram as primeiras indagações a respeito do tema da pesquisa, e por abarcar uma diversidade fértil às investigações.

Foi ali que, ainda criança, deparei-me com as evidências de uma realidade excludente e opressora, que nos impõe, cotidianamente, os sons e imagens da violência e da morte nas suas piores formas. A única coisa que mudou com o tempo foi que passei a entender um pouco da lógica por detrás de tudo isso. Ao contrário do que se pensa, o morador da favela não se acostuma com essa dura realidade, mas tenta a ela se adaptar para sobreviver. A violência, em todas as suas faces, inclusive a subjetiva, ainda me choca. Mas agora entendo que possuo um pouco mais de recursos para lidar com ela. Poder trazer para a academia um pouco deste lugar é um deles.

Em meio a tantos aspectos negativos, é possível destacar também na favela a presença de uma positividade que desafia os dados da realidade. Mas sobre isso pouco se fala, com raras exceções. Ao trazer para discussão o tema da conjugalidade na favela espero também evidenciar o que de positivo se constrói ali. Relações estabelecidas em torno de afeto e envoltas em expectativas despretenhosas, porém otimistas.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não foi fácil encarar com olhar de pesquisadora um território para mim tão familiar. Além de buscar um equilíbrio entre a intimidade e o distanciamento, o que, conforme mencionei, passa longe da neutralidade, tive de tentar me despir dos meus próprios preconceitos, pois este trabalho me mostrou que não é só morador do asfalto que tem suas idéias errôneas e pré-concebidas sobre a favela. Nós, aqui de dentro, também as temos. Por isso a importância de trabalhos como esse.

Concretizando então as proposições acima, estruturamos este estudo da seguinte maneira:

No primeiro capítulo tentamos resgatar, com o auxílio de autores como Vera Succi (1983), Michel Sot (1991) e Jaques Solé (1991), um pouco da história do amor no ocidente, mostrando como, quando e onde foi-se estabelecendo a íntima relação entre esse sentimento e o casamento, chegando ao patamar atual, onde encaramos com estranheza a idéia de um relacionamento conjugal que não tenha como fundamento o amor romântico. Abordamos também, através de Bernardo Jablonski

(1991; 2003), os fatores da atual crise do casamento, passando pela descartabilidade dos relacionamentos amorosos na atualidade e pelas transformações na esfera da sexualidade, enfatizadas por Bauman (2004) e Giddens (1993), para enfim tratarmos da conjugalidade na pós-modernidade, com Fères-Carneiro (1998) e Andréa Magalhães (1993).

No segundo capítulo, com o auxílio de autores como Sonia Rocha (2006) e Pastore & Haller (1993), problematizamos as noções de pobreza e desigualdade. Apesar de o Brasil ainda operacionalizar a noção de atendimento às necessidades via renda, existe um consenso de que a fonte mais adequada para o estabelecimento de linhas de pobreza é a estrutura de consumo das famílias. A pobreza no Brasil pode se configurar de diferentes maneiras, de acordo com a região geográfica, mas podemos dizer que, atualmente, ela se concentra nos centros urbanos. Assim, traçamos um panorama da pobreza no Brasil de hoje, chegando a evidências de modificações no perfil do pobre brasileiro nos últimos anos, com uma tendência à universalização do acesso ao bem comum e a serviços. Mostramos também, através das pesquisas de Lívio Sansone (sem data), como essas mudanças se refletem no comportamento do jovem de classe baixa.

Após um breve retrospecto sobre o desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro, lançamos, com Mário Sérgio Brum (2003) e Janice Perlman (1987), um novo olhar sobre a favela, relativizando noções naturalizadas pelo senso comum.

Os relacionamentos amorosos nas camadas pobres da população no Brasil colônia são retratados graças a uma cuidadosa análise das devassas episcopais, realizada por Luciano Figueiredo (1997). Apesar dos esforços da Igreja, estas relações fugiam aos padrões institucionalizados e praticados pela elite de então.

Abordamos também a necessidade de se relativizar a importância do modelo de família patriarcal apresentado por Gilberto Freire, uma vez que tal modelo referia-se a uma parcela restrita da população, o que, ao nosso ver, impossibilita as generalizações que relegam as camadas inferiores a estereótipos como “desorganizadas” ou “desintegradas”. Neste sentido, nos identificamos com a noção de Mello (2003) de “polimorfismo familiar”, referindo-se às variações àquele

modelo, formas diferentes de organização, mas que atendem às necessidades subjacentes, configurando uma excelente forma de adaptação.

Utilizando como referência alguns estudos sobre a família das camadas populares (Salem, 1980; Sarti, 1994, 2003; Pecego, 1999; Kallas, 1989, 1992 e Mello, 2003), buscamos salientar algumas características da organização familiar entre os pobres na atualidade. Tais estudos apontam para a existência de uma representação familiar calcada nos mesmos ideais românticos que permeiam as concepções modernas de família das classes médias e altas.

O terceiro capítulo se inicia com as questões metodológicas, justificando a escolha do método, instrumento e procedimentos, bem como ressaltando a historicidade do objeto das ciências sociais. Para isso, utilizamos autores como Nicolaci-da-Costa (2006), Minayo (2004; 1994), Turato (2003), e Goldenberg (1994). Em seguida, proponho algumas reflexões a respeito da minha inserção na Rocinha enquanto pesquisadora, com o auxílio das contribuições de Chizzotti (1999; 2000), Zamora (1999), Pecego (op.cit) e DaMatta (1974, In: VELHO, 1981), expondo minhas motivações, questionamentos e impasses diante do campo a ser investigado. Convido então o leitor a um passeio pelas ruelas e becos de uma favela de grandes proporções, mas não sem antes contar um pouco de sua história.

Por último, buscamos explicitar o modo como os moradores da Rocinha concebem e se organizam em suas relações conjugais, articulando tais concepções às vicissitudes inerentes à sua inserção na estrutura social, bem como utilizando de reflexões teóricas (Del Priore, 2005; Prado, 1983; Vilhena, 1988a, 1988b, 1999), nos servindo para isso das vozes dos próprios atores. Abordamos aspectos como a concepção de casal; a gravidez, o lugar do amor, o casamento sob a visão do homem e sob a visão da mulher, a divisão de despesas e tarefas, o papel da rede de parentesco, dentre outros.

Espero, com este trabalho, poder contribuir não só com esclarecimentos, mas principalmente, plantando indagações futuras que venham provocar novas pesquisas e somar conhecimentos acerca de um tema ainda não muito explorado neste segmento social. Gostaria também de mostrar um pouco de uma Rocinha que passa longe dos noticiários, que abriga pessoas comuns que, como em qualquer outro lugar, casam-se,

separam-se, recasam-se, apaixonam-se, conformam-se... E constroem amores possíveis.

2

O Casamento Acabou? A Crise do Casamento e a Família Contemporânea

2.1

Pequena história do amor no ocidente

A partir da análise dos textos bíblicos, Vera Socci (1983) observa que a sexualidade foi descrita como desejada por Deus, criada como algo bom (Antigo Testamento). Considerado pelos hebreus um direito divino, o casamento representava uma obrigação moral que tinha por objetivo gerar filhos e satisfazer as necessidades sexuais. No entanto, a maneira como a sexualidade era abordada pelos cultos pagãos da época fez com que os chefes religiosos de Israel limitassem e condenassem certas práticas, como a homossexualidade e o travestismo, por exemplo.

O sexo estava sempre ligado à reprodução. Os hebreus se casavam muito jovens e a escolha do cônjuge era feita pelos pais dos noivos, de onde podemos supor que o casamento e o sexo estivessem dissociados do amor. No entanto, aos homens eram permitidas práticas como a poligamia e a concubinagem, de modo que, supõe a autora, eles podiam vir a desenvolver sentimentos profundos de amor e prazer sensual oriundos dessas relações, ao passo que, no casamento, o sexo se limitava à função reprodutora. Como em qualquer sociedade que se preocupa com a linhagem familiar, a conduta sexual da mulher era controlada. Entretanto, a mulher não era subjugada.

Socci (1983) conta que, também na Grécia Clássica, os casamentos eram arranjados pelos pais. O noivo pagava determinado preço pela noiva (que, geralmente, só viria a conhecer no dia das núpcias) e, eventualmente era escolhido após derrotar candidatas “mais fracas” e “sem coragem” em torneios promovidos pelo futuro sogro.

Os homens tinham acesso à educação formal, assim como a atividades artísticas e esportivas, ao contrário da mulher, que deveria ficar confinada em casa desde o nascimento até o casamento. Até mesmo os afazeres domésticos eram realizados por escravos. Talvez devido a esse “despreparo”, tais mulheres tenham se tornado desinteressantes para seus maridos, o que faz com que a união entre amor e casamento entre os gregos daquela época nos pareça improvável. Havia também a

separação entre sexo-procriação e sexo-prazer. Para os gregos o amor só era possível entre pessoas iguais, ou seja, da mesma classe social, do mesmo nível intelectual, inclusive do mesmo sexo. A relação homossexual não carregava o tom pejorativo que traz até hoje nas mais variadas culturas. Ao contrário, era considerado normal que um homem viril e educado se relacionasse com um rapaz (os rapazes, jovens e dotados de invejável porte físico, representavam o ideal de beleza, e também acreditava-se que todo corpo belo continha uma bela alma), a quem deveria ensinar e inspirar. A homossexualidade concretizaria, assim, a fusão entre os prazeres corporais e o amor puro e apaixonado. A segregação dos sexos foi outro fator que certamente contribuiu para a alta taxa de homossexualidade da época.

Também em Roma antiga, era o patriarca quem decidia com quem os filhos deveriam casar-se, e o homem tinha plenos direitos sobre a esposa. Na religião romana, o sexo era visto como natural, interessante e aprovado pelos deuses. O casamento não requeria sanção religiosa ou governamental, configurando uma questão pessoal, de modo que parece mais provável que os romanos conseguissem aliar amor e casamento. Apesar de a mulher ter conquistado certa liberdade pessoal e de os romanos serem rigorosamente monógamos, vigorava ali um padrão de dupla moral. O homem que apanhasse a mulher em adultério poderia matá-la impunemente, ao passo que a ela não era garantido o mesmo direito.

Com a decadência do Império Romano, o Cristianismo foi obtendo a sua ascensão. O Novo Testamento privilegia o celibato, ao contrário do Antigo. A virgindade, que até então só era importante antes do casamento, passa a ser exaltada, tanto para homens quanto para mulheres. Assim, as relações sexuais deveriam ter por finalidade única a procriação.

Michel Sot (1991) relata que, dentro do casamento, a sexualidade era vista como um bem necessário à procriação, mas transformava-se num mal quando maculada pela concupiscência (procura do prazer). Para o autor, o celibato de Cristo e a virgindade de Maria são exemplos de tamanha exaltação da castidade.

Socci (1983) lembra que, numa sociedade onde os indivíduos eram permitidos entregar-se ao amor e aos desejos, onde cultuava-se os luxos, a nova religião foi

conquistando seu espaço, inexplicavelmente, escarnecendo e castigando os prazeres, negando o direito ao amor carnal e exaltando a humildade e a pobreza.

Para muitos, é exatamente aí que se encontra a explicação. Segundo Hunt (1950, In: Socci, 1983), esta conversão se deu devido ao desgaste que o erotismo pagão havia sofrido ao longo dos séculos. Em virtude dos excessos característicos, a vida familiar sofreu uma desintegração que teria deixado o povo sem um sistema satisfatório de vínculos afetivos, entregues ao isolamento e à frustração emocional. E foi então diante deste cenário propício que a moralidade cristã exerceu a sua influência sobre o amor e a sexualidade.

Uma vez que a decadência da sociedade romana fora atribuída a castigo divino, a vida luxuosa, os prazeres sensuais e os divertimentos ficaram então ligados ao pecado e ao castigo. É curioso o fato de que até mesmo doenças como a lepra foram relacionadas ao comportamento pecaminoso. Le Goff (1991) conta que, segundo teólogos da época, os leprosos nasceriam de esposos que não sabiam conservar sua castidade nos dias que não eram propícios e nas festividades.

Sot (1991) lembra que até o século X a benção nupcial não era considerada uma obrigação para os cristãos. O casar pela Igreja só se tornara prática corrente a partir do século XIII. E foi a Igreja que acentuou a necessidade do consentimento livre dos noivos.

A vida sexual conjugal também sofreu intervenção da Igreja, que restringia ao máximo as possibilidades para o coito, restrições que iam desde o estabelecimento de dias próprios e horários, até a indução ao comedimento na expressão do amor. A monogamia era tida como a única forma aceitável de casamento e o adultério tornou-se igualmente punível para homens e mulheres. O concubinato fez-se inaceitável e a indissolubilidade se confirmou (no concílio de Catargo 407 d.C.).

Para Sot (1991), a Igreja conseguira, assim, unificar costumes de diferentes culturas - casamento monogâmico, indissolúvel, fundamentado no consentimento recíproco de dois indivíduos -, integrando-os no seu modelo de casamento.

Alguns autores consideram que a doutrinação cristã do casamento e da sexualidade tenha aperfeiçoado “a natureza bárbara do homem”, fazendo-o voltar-se para o amor altruísta, e proporcionando novas oportunidades à mulher, ao atacar o

duplo padrão da moral sexual. Como ponto negativo teríamos as medidas muito restritivas no que se refere ao corpo, ao prazer e ao sexo. E, infelizmente, as conseqüências de tais medidas têm ressonância ainda hoje.

No início da Idade Média a vida sexual acompanhava o clima de caos político que se instalara na Europa Ocidental. Eram comuns estupros e prostituição, e foi então que a Igreja se tornou uma aliada politicamente útil à manutenção da estabilidade.

Apesar de a Igreja ressaltar a importância do consentimento dos noivos, os casamentos ainda representavam um contrato comercial destinados a fortalecer alianças, oferecer segurança econômica, filhos e alívio da tensão sexual, e continuavam a ser arranjados pelas famílias.

Segundo Áries (1991), no final da Idade Média, havia uma diferença essencial entre as sociedades do Noroeste da Europa, berço da futura Revolução Industrial, e as outras. Ali, a idade do casamento era tardia (às vezes depois dos 25 anos), diferentemente da grande massa das populações, onde o casamento, geralmente, seguia-se logo após a puberdade. O que faziam então os jovens até a idade de se casarem? Aparentemente, de acordo com o autor, nada. Os registros de nascimentos ilegítimos eram muito raros.

Por volta do final do século XI foi-se estabelecendo um novo tipo de relação entre o homem e a mulher, o amor cortês, que começou como a expressão de um mero estilo literário, e posteriormente influenciou as maneiras sociais da época. Como movimento literário teve início com alguns poetas e nobres do sul da França, espalhando-se em seguida para as nações adjacentes. Os homens começaram a cultivar as artes do conto, da dança e da composição, os banhos se tornaram mais freqüentes e as roupas mais sofisticadas, as conversações mais gentis e galantes, tudo para agradar as damas. O amor cortês era exaltado principalmente pelos trovadores, através de poemas e canções que afirmavam o poder enobecedor do amor, a elevação da amada a uma posição superior à do suplicante, a idéia da fidelidade e do amor como paixão ardente (Socci, 1983, p.21). Era um amor que celebrava a abstinência. O amante perfeito deveria contentar-se em servir à sua dama. Deveria agradá-la, amá-la,

exaltá-la e, em troca, teria dela o apreço por seu comportamento. E somente isso. O sexo não era permitido.

De acordo com Jacques Solé (1991), o nascimento do amor cortesão, na Idade Média, não significa que o sentimento amoroso fosse desconhecido das outras civilizações; ele teria construído-se a partir de elementos inerentes ao seu meio de origem e às sociedades vizinhas.

Solé (op.cit.) conta que a doutrina do amor cortesão teve seu declínio nos séculos XIII e XIV, em consequência da dupla investida da Igreja romana e do feudalismo francês. “Para os católicos, a erótica do amor cortês representava, evidentemente, uma heresia” (p.111). Para a Igreja era importante combater a exaltação de sentimentos extraconjugais.

Socci (1983) revela que, no final do século XV e início do século XVI, o conceito da mulher se tornaria dualístico. Ela passara a ser dama ou feiticeira, virgem abençoada ou Eva pecadora, objeto de adoração ou de luxúria abominável, e assim, temida. Nesta cisão está implícita a tensão entre a religião e os interesses das nações e humanísticos. Em meados do século XVI a mulher ascendeu politicamente, teve maior acesso à educação intelectual e artística, tornando-se assim mais atrativa. A cisão foi então transformando-se em síntese, fundindo assim os dois aspectos da natureza feminina. O impulso romântico passou, a partir de então, a levar ao casamento. E a aliança entre amor e casamento não se deu somente entre aristocratas e intelectuais, mas também entre a classe média. Desta forma, o casal não mais fundamentava a sua união no intuito de produzir descendentes ou cooperar economicamente, mas também para gozar o companheirismo, a amizade e a paixão. Na passagem do século XVI para o XVII o sexo deixou de parecer tão pecaminoso e repulsivo, podendo então ser associado ao amor no casamento.

Na segunda metade do século XVI o consentimento paterno deixou de ser necessário para o casamento, passando a contar apenas o livre consentimento dos noivos. Mas para a igreja, a sexualidade continuava ligada à reprodução e o prazer sexual ainda era pecaminoso. A liberdade de escolha dos cônjuges significou que a compatibilidade psicológica ia sendo, aos poucos, aceita como requisito básico para o casamento. Assim o adultério e a prostituição passaram a ser menos tolerados.

Por volta dos séculos XVII e XVIII a mulher começou a ascender legal e socialmente. Os avanços tecnológicos trazidos pelas descobertas científicas levaram a um aumento do racionalismo, enquanto a teologia decaía. Diante deste cenário, o amor romântico, sofredor, idealizador, parecia ridículo, afirma Socci (1983). Entre os aristocratas, a emoção perdia terreno. Em seu lugar o prazer deveria ser elevado e a dor reduzida. Nas classes mais elevadas buscava-se o prazer desvinculado do afeto e do matrimônio, por isso era muito comum que tivessem amantes.

Já entre a pequena burguesia, cujos casamentos não se realizavam por interesses comerciais, eram a afinidade e o amor que orientavam tais uniões. Neste caso, eram pouco frequentes as ligações extraconjugais. A esposa ajudava o marido em seu ofício ou trabalhando em casa. A mulher ia adquirindo maiores direitos e a até então pouco mencionada “incompatibilidade psicológica” configurou motivação suficiente para um segundo casamento após o divórcio, ao lado do adultério e do abandono.

Algumas transformações político-econômicas no final do século XVIII e início do século XIX trouxeram um declínio da razão, bem como do controle das emoções. A “sensibilidade” estava em alta, e trazia consigo a polidez, a “decadência” física e a exibição de um linguajar subjetivo e rebuscado. O amor era considerado uma força poderosa e uma finalidade nobre da vida. Havia uma timidez característica, principalmente em relação ao sexo oposto. Mesmo os homens, fugiam à sexualidade, assim como apreciavam a mulher acanhada e casta. A essas modificações nos ideais sociais denominou-se romantismo:

“movimento literário, político e social, caracterizado por elementos como protesto (contra a tirania da razão, a moral vigente, a estratificação social, males da sociedade), a busca do natural, a valorização da sensação e da emoção, o amor ao passado, às terras distantes e exóticas, a busca da morte por amor” (Socci, 1991, p.30).

O romantismo, assim como o industrialismo, consolidou o conceito de “mulher-gavinha”: “fraca, temerosa, ansiosa de amparo e domínio por parte de um tipo robusto de homem” (Idem, p.31). Ao perder suas funções no lar, a mulher se tornava menos útil ao homem, de modo que foi necessário desenvolver outras maneiras de conquista, como lisongear-lhe o ego através da proclamação de sua

fragilidade e dependência. Mudou também o ideal de conduta masculina, que passou a ser o do marido devotado e caseiro.

A Era Vitoriana trouxe uma veneração exagerada da vida doméstica e a domesticação do amor romântico. O lar se estabelece como o lugar da paz, do abrigo, de conforto emocional. Assim, o amor da mulher foi reconhecido novamente como fonte de valor ético. Para esses homens o aperfeiçoamento ético viria através do amor conjugal. A mulher deveria ser imaculada e impecável. E esta excessiva preocupação com a sua respeitabilidade, afirma a autora, teria contribuído para a formação de numerosos novos tabus.

O ato sexual, mesmo dentro do casamento, era considerado repulsivo e indecente. O homem deveria manter sob controle seus sentimentos “inferiores”, o que não representaria problema para a mulher, pois acreditava-se que somente as prostitutas sentiam desejo sexual, o que era considerado, até mesmo por ginecologistas renomados, patológico na mulher. A qualidade do amor nos casamentos vitorianos era, portanto, dessexualizada. “Quando os homens queriam paixão, pagavam por ela, sustentando a amante ou procurando a prostituta” (Socci, 1991, p.57).

Apesar de enaltecer o sentimento doméstico, o casamento na Era vitoriana não poderia ser traduzido, portanto, como modelo de felicidade conjugal.

Já no final do século XVIII e início do século XIX, era possível perceber um descontentamento, por parte de alguns, com a subjugação das mulheres e com o casamento burguês. Segundo Corbin (1991), em Nantes, os prazeres do amor servil já não atraíam tanto, de forma que houve uma tendência a se “substituir” a relação de domínio do marido sobre sua esposa por uma relação mais intensa, “apimentada pelo sentimento”, e para isso os homens utilizavam-se de mulheres “por conta”. E as autoridades urbanas tinham consciência do utilitarismo da concubinação e das casas de prostituição, visto que estas eram consideradas “exutórios indispensáveis às paixões masculinas contrariadas pelas estratégias matrimoniais” (p.147).

“A teoria científica que então se contrapõe ao orgasmo feminino no seio da união conjugal, o angelismo romântico que tende a fazer esquecer à jovem burguesa que ela tem um corpo e o progresso que constituía, no seio desse mesmo meio, a intimidade de um lar centrado na educação dos filhos favorecem a proliferação desta sexualidade ilegítima, sem dúvida mais

enganosa, tolerada, mas mais ou menos discretamente vigiada pelas autoridades e pela opinião pública” (Corbin, 1991, p.147).

No decorrer do século XIX, foi aumentando o número de pessoas que lutavam em favor de maiores direitos para a mulher, em prol de sua emancipação. Temos como exemplo as comunidades owenistas e fourieristas na primeira metade do século XIX nos EUA, que procuravam conciliar o comunismo, o livre pensamento religioso e o casamento igualitário, misturando o radicalismo econômico a experiências modificadoras das relações no amor e na vida conjugal.

Apesar das resistências, os movimentos em prol dos direitos femininos foram ganhando força. As mulheres foram aos poucos se livrando de sua vestimenta pesada, passaram a praticar esportes e conquistaram privilégios econômicos. Com a saída da mulher para trabalhar fora de casa abriu-se a possibilidade de que a vida profissional a realizasse mais do que o casamento. Assim, sustentando-se através do próprio trabalho, poderiam fugir de casamentos infelizes e sem amor. O “amor vitoriano” já não se sustentava: “Talvez o amor vitoriano tenha sido uma desesperada defesa de retaguarda contra as mudanças inevitáveis provocadas pela civilização industrial” (Socci, 1983, p.40). Ao mesmo tempo em que representava uma forma de amor interessada na preservação da família e da estabilidade da sociedade, foi possível encontrar no amor vitoriano aspectos que não eram indicadores de felicidade. Um exemplo disso é o descontentamento inerente aos primórdios do movimento feminista. A sensualidade eclodia em movimentos como o naturalismo-realismo, na literatura, que também acusava a decadência e a perversão.

Para além da literatura, houve notável aumento da prostituição, já que as mulheres trabalhadoras eram mal remuneradas, e por isso muitas contavam com outras fontes para sobreviver. Incluem-se neste rol as empregadas domésticas, governantas e costureiras que precisavam se submeter aos caprichos dos patrões para não perderem o emprego.

O aperfeiçoamento dos métodos contraceptivos, já na segunda metade do século XX, teria consolidado a emancipação feminina. A mulher não mais precisaria abandonar suas aspirações profissionais em função do casamento e as tarefas domésticas começam a ser divididas entre o casal. Tal emancipação teria, então, favorecido o desenvolvimento de uma relação mais igualitária entre os sexos.

Citando Hunt, que chama a nossa era de “A idade do amor”, Socci (1983) ressalta o quanto o amor é, hoje em dia, exaltado, sendo cantado, representado, retratado, noticiado, enfim, configurando uma “condição ‘sine qua non’ para uma vida feliz” (Hunt, p.321, In Socci, 1983).

Este amor proclamado por homens e mulheres na atualidade procura combinar o desejo sexual, a amizade afeiçoada e as funções procriadoras da família. A escolha do parceiro passa a ter como critério a atração romântica, e é esperado que a ternura, a excitação e o mistério coexistam com a rotina doméstica e os cuidados com a prole.

Para Socci (op.cit), estamos vivendo uma era de contradições. Ao mesmo tempo em que glorificamos a síntese do amor com o sexo, contribuímos, com o auxílio dos meios de comunicação de massa, para uma banalização da sexualidade, de forma que a sedução se sobrepõe à camaradagem, ao companheirismo e ao amor.

Se esses são fenômenos coexistentes, mas diferentes e independentes, ou se a fase de transição entre “velhas normas” e “novas ordens” impulsionam os sujeitos a buscarem meios de atenuar suas incertezas, o fato é que, nunca o homem se sentiu tão perplexo a respeito do amor e do sexo.

2.2

O amor na contemporaneidade

Vimos que durante um longo período na história, o amor foi visto como um sentimento que surgia após o casamento, de modo que não possuía o caráter fundamental que ostenta hoje. Sendo assim, o casamento não acabava quando o amor terminava. A necessidade que criamos, hoje em dia, de unir amor e casamento gerou em nós expectativas que, segundo Jablonski (1991), estão fadadas à frustração. Para ele, o amor se tornou entre nós, ao mesmo tempo, fator de união e desagregação do casamento contemporâneo.

Talvez isso ocorra devido a uma supervalorização cultural do chamado “amor-paixão”. Alguns autores destacam a existência de dois tipos de amor: o amor-paixão e o amor-companheiro. No primeiro caso há, além da idealização do outro, atração visual, desejo de servir (ser servido), adoração, flutuação do humor, entre outros. Esta tendência à idealização vai diminuindo com o amadurecimento, levando

assim ao amor companheiro. A transformação em amor companheiro ocorre quando a relação permanece, de forma que sobressaem a ternura, a amizade, o companheirismo. Mas esta “evolução” no relacionamento significa para muitos o fim do amor, pois estes não suportam a passagem da paixão para o companheirismo. Entretanto, segundo o autor, é o amor companheiro que torna duradouro um casamento: “Se o amor-paixão faz, nos dias de hoje, ‘acontecer’ os casamentos, é o amor-companheiro que vai mantê-los” (p.77).

Vivemos numa época em que, ao mesmo tempo em que observamos certa descartabilidade nas relações, percebemos em contrapartida um grande investimento emocional nas mesmas. Existe atualmente uma ambivalência de atitudes no que diz respeito aos relacionamentos amorosos. Os novos arranjos tentam conciliar sentimentos duradouros com a fugacidade da vida moderna. Prioriza-se a qualidade e intensidade do relacionamento em detrimento do compromisso de perdurar enquanto casal até a morte.

A este respeito, Giddens (1993) enfatiza dois aspectos. Um deles se refere ao fato de as pessoas se utilizarem cada vez mais do termo relacionamento - e não namoro ou casamento - para designar o vínculo que as liga a seus parceiros. Essa mudança, que é sem dúvida bem mais do que terminológica, denota as transformações por que passa o casamento e uma série de outras situações nas quais as pessoas, associadas umas às outras por vínculos emocionais próximos e continuados, só mantêm seu relacionamento enquanto ambas as partes considerarem que extraem dele satisfações suficientes, para cada uma individualmente.

O tipo de amor em questão é confluyente e não mais romântico. O autor define como confluyente esse tipo de amor que volta-se para a busca de um “relacionamento especial”, e não de uma “pessoa especial”. Nessa busca, o fator preponderante não é a consideração, o cuidado ou a deferência à pessoa amada, mas a preocupação com a relação, que, submetida a um processo constante de negociação e de construção, merece cuidados especiais. O relacionamento erótico-afetivo só é mantido enquanto cada um dos parceiros obtém um certo grau de benefícios que justifique a sua continuidade. O amor confluyente presume igualdade na doação e no recebimento emocionais, de modo que só se desenvolve até o ponto em que cada parceiro está

preparado para manifestar preocupações e necessidades em relação ao outro e está vulnerável a este outro.

Este tipo de amor também traz para o cerne do relacionamento a importância do erotismo, do prazer sexual como elemento essencial para a manutenção ou a dissolução da união. Assim, cada vez mais os casais recorrem a fontes de informação, aconselhamento e treinamento sexual como forma de se manterem atualizados, e com isso serem capazes de proporcionar maior satisfação para o outro e para si mesmos.

Giddens (op.cit) considera que atualmente os ideais de amor romântico tendem a se fragmentar diante da pressão da emancipação e da autonomia sexual feminina. Este tipo de amor dependeria da identificação projetiva, característica do amor-paixão, como fator imprescindível para que os parceiros sintam-se atraídos e desejem se unir, criando assim uma sensação de totalidade com o outro. No entanto a identificação projetiva não seria compatível com o desenvolvimento de uma relação que dependa da intimidade para ter continuidade.

Deveres e obrigações ligados ao casamento tradicional heterossexual indissolúvel são descartados como retrógrados e postos em dúvida, assim como a idéia de que o amor seria o componente básico e essencial ao exercício da sexualidade plena. Amor e sexo não mais caminham, necessariamente, lado a lado. Hoje muitos jovens optam pela coabitação em detrimento do casamento por acreditarem que a falta de compromisso, a ausência de delimitações legais da relação é o que garante a sua qualidade.

O que há algumas décadas poderia caracterizar-se como permissividade sexual, hoje é visto como liberdade de escolha, independência, especialmente para as mulheres, que ainda lutam para consolidar sua emancipação e autonomia sexual. A possibilidade de as pessoas se unirem e de se manterem unidas em decorrência única de elos subjetivos ligados ao desejo é tida como um direito inquestionável do indivíduo, cuja fidelidade maior situa-se na relação que ele mantém consigo mesmo, com seus prazeres, sua felicidade e seu bem-estar pessoal.

Mas, apesar de tudo isso, não são poucos os jovens que ainda buscam uma união legitimada cível e/ou religiosamente. Chaves (1997) afirma que a família e o casamento continuam sendo pontos de referência básicos, e que, paradoxalmente,

nunca mais a família e o casamento serão experiências vividas da mesma forma como foram no passado.

Para ela, ao mesmo tempo em que o ideal igualitário da sociedade moderna trouxe para os indivíduos um sentimento de liberdade, o enquadrando dentro de outras normas e valores. As formas de poder não teriam deixado de existir, e sim se deslocado de instâncias visíveis para outras relativamente invisíveis.

“O ideal do casamento moderno é a intimidade psicológica total. A percepção de que o outro é diferente, dotado de uma individualidade própria, e o respeito mútuo são condições imprescindíveis para a existência do casamento. É necessário que haja amor, companheirismo, bom relacionamento sexual, compreensão, autonomia, capacidade de estar só e de auto-observação, estabilidade, confiança, sinceridade, honestidade e autenticidade. Demonstrar o amor é uma necessidade imperiosa, assim como compartilhar o cotidiano” (Chaves, 1997, p. 28).

Aquilo que a autora chama de “casamento confessional” gera no casal muitas expectativas, assim como impõe uma relação de intensa intimidade que prevê um alto grau de auto-revelação de ambas as partes. E este “dever” de “se dar”, se mostrar, acaba por produzir uma situação paradoxal: as fronteiras individuais tendem a se desfazer ao mesmo tempo em que se sentem casados à maneira individualista. A obrigatoriedade da intimidade às vezes atrapalha regras básicas de convivência, podendo acarretar num esgotamento da relação. O ideal contemporâneo de casamento prevê uma entrega total do indivíduo, o que além de gerar expectativas e idealização do outro, pode produzir uma sensação de esvaziamento, provocando assim tensões e conflitos na relação conjugal.

Segundo Chaves (op.cit), os relacionamentos amorosos de hoje têm como requisitos indispensáveis o desejo, a verdade, e a individualidade. O que determina a escolha do parceiro ou a permanência na relação são a vontade e o desejo, ambos bem claros. A preocupação com o próprio prazer se sobrepõe ao investimento no outro e a sensualidade do corpo é muito valorizada. A qualidade das relações também é muito importante, visto que atualmente elas mantêm-se somente enquanto prazerosas e úteis para ambos.

Mas somado à valorização da vontade própria e da individualidade existe um desejo de estar junto, de casar, conviver, se unir a alguém. Neste sentido, Féres-Carneiro (1998) chama a atenção para “o difícil convívio da individualidade com a

conjugalidade”, já que muitas vezes parece que uma tende a anular a outra. Ao mesmo tempo em que os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, valorizando o crescimento e o desenvolvimento de cada um, existe também uma necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais.

Féres-Carneiro (op.cit.) afirma que todo casal precisa conciliar em sua dinâmica duas individualidades e uma conjugalidade, pois são dois sujeitos com todas as suas vicissitudes e histórias individuais convivendo com um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida do casal. O casal cria assim um modelo único que define a sua existência enquanto tal, identificado pela autora como “identidade conjugal”.

Ao estimular a autonomia do indivíduo, a família cria uma contradição entre a negação e a valorização de laços de dependência, o que acaba ocorrendo também no laço conjugal, onde, segundo a autora, “é preciso ser ‘um’ em sendo ‘dois’”. Assim, os relacionamentos conjugais nas sociedades ocidentais modernas são mais valorizados e priorizados que as relações sociais e familiares mais amplas.

Investigando as expectativas e visões de mundo de homens e mulheres em relação à constituição de modelos de casamento e de família, Jablonski (2003) constatou que a sociedade age de forma ambivalente. Os estímulos são ao mesmo tempo de união amorosa e de ruptura dos laços. A exaltação de um estilo de vida altamente individualista é incompatível com o espírito do “familismo”. Assim, os apelos ao novo e à descartabilidade confrontam-se com a noção de comprometimento inerente à opção de quem quer se casar.

Ao discutir os limites da individualidade nas relações amorosas, Magalhães (1993) destaca que a sociedade moderna está vivendo - em termos psicanalíticos - a “era do narcisismo”, marcada pelo culto ao ego:

“O casal moderno privilegia a multiplicação de ensaios, a busca da unidade perfeita ao invés de submeter-se ao compromisso da longevidade. Na medida em que caíram por terra os imperativos sociais, econômicos e religiosos que favoreciam a duração e a indissolubilidade, o amor passa a comandar a vida a dois”. (Magalhães, 1993, p. 59).

A autora observou que o discurso do ideário igualitário se manifesta de maneiras diferentes de acordo com a faixa etária. Mais atingidos pela aceleração do

processo de modernização em fases ainda precoces do seu desenvolvimento emocional-afetivo, os mais jovens apresentam um discurso mais marcado por valores individualizantes e, conseqüentemente, sofrem os conflitos e ambivalências resultantes da coexistência de valores modernos e arcaicos.

Magalhães (op.cit) afirma que o casamento moderno, marcado pelo individualismo, privilegia o prazer. Os jovens casais definem o casamento com base no aumento da convivência, enfatizando a satisfação individual dos cônjuges e o prazer “a dois”, assim como a privacidade. No casamento moderno os filhos são vistos como obstáculos à privacidade conjugal.

Existe maior valorização e discriminação dos projetos individuais nos casais mais jovens, de modo que o crescimento profissional dos sujeitos tem grande influência na relação. O casamento também é visto muitas vezes como um empecilho ao desenvolvimento profissional dos parceiros. Normalmente a contribuição nas despesas é proporcional ao ganho de cada um.

A autora observou em suas pesquisas a grande importância dada pelos sujeitos à liberdade e à fidelidade. Ninguém abre mão da exclusividade do parceiro, e nos casais mais jovens a liberdade para permanecer ou não na relação parece conferir à mesma um status ainda maior. Mas o discurso em defesa da liberdade é confrontado com declarações de insatisfação dos sujeitos no que diz respeito às relações sociais do parceiro com pessoas do sexo oposto.

Magalhães (1993) considera que a excessiva preocupação com o prazer individual na sociedade moderna favorece a falta de sintonia entre os parceiros. Enquanto as mulheres enxergam no aumento da intimidade um fator de melhoria na vida sexual, os homens consideram exatamente o oposto: o excesso de intimidade provocaria o desinteresse sexual.

Existe ainda um descompasso no que diz respeito à introjeção dos valores individualistas. As mulheres teriam sido mais atingidas pelo processo de modernização, talvez pela necessidade de se igualar ao homem, de modo que hoje elas se apresentam mais identificadas com os valores individualistas, enquanto os homens se apegam mais aos valores hierárquicos.

Constatamos assim que a convivência de valores igualitários e hierárquicos provoca certa descontinuidade, principalmente entre os mais jovens, causando conflitos e ambivalências. Os valores introjetados precocemente pelo sujeito não acompanham a velocidade do processo de modernização, ainda que o discurso individualista esteja presente.

Bauman (2003) também ressalta a liquidez e a fugacidade das relações contemporâneas. Ele afirma que para muitas pessoas o amor é um acontecimento recorrente, ou ao menos aquilo que elas julgam ser amor. Enquanto vivem uma relação de amor, essas pessoas têm plena consciência de que outras virão, de modo que continuam, de certa forma, “abertas” a novas possibilidades. Assim, a noção de “amor eterno” caiu por terra, do mesmo modo que o padrão das experiências chamadas de amor. A expressão “fazer amor” é hoje utilizada para designar até mesmo uma eventual noite de sexo.

Assim sendo, passamos a acreditar que amar é uma habilidade que pode ser adquirida e até aperfeiçoada com a prática, de modo que cada experiência pode ser melhor que a anterior. Para o autor, esta é uma ilusão, pois experiências sucessivas de relações amorosas não levariam a um aprendizado do amor, mas ao contrário, aperfeiçoariam as habilidades de “terminar rapidamente e começar do início”. O amor não comporta regras invariáveis, pois os relacionamentos se dão num espaço instável, o que torna a repetição de hábitos inútil, quando não desastrosa.

Bauman (op.cit) destaca o caráter criativo do amor. Amar é reconhecer a liberdade incorporada no outro, o desconhecimento do futuro, o que requer coragem e humildade, tornando tal habilidade rara em uma sociedade imediatista e consumista como a nossa. A estreita relação do amor com a alteridade e com o mistério faz com que as tentativas de posse, de poder, de fusão sejam mortais para este sentimento. Mas infelizmente essas inclinações caminham lado a lado com ele. O amor não suporta o misterioso encantamento do outro, então precisa subjugar-lo, e quando consegue, o encantamento se esvai. “Eros move a mão que se estende na direção do outro - mas mãos que acariciam também podem prender e esmagar” (p. 23).

As diferenças pessoais são um fator que, invariavelmente, gera conflitos para o casal. O ser amado é comparado por Bauman (op.cit) a uma tela, onde o sujeito

busca pintar e retocar até que a pintura se revele um retrato do próprio pintor. Assim, a adoração do ser amado se aproxima da auto-adoração.

O autor compara o objeto do amor a um bem de consumo. Assim como os impulsos, inclusive aqueles que nos levam a consumir, as relações modernas têm declaradamente um caráter transitório. Nada do que ocorrerá neste curto espaço de tempo trará conseqüências duradouras o suficiente para influir numa relação futura. E tal qual acontece com os bens, o objeto amoroso é trocado logo que aparece outro mais “moderno” ou “atraente”.

O relacionamento é visto também como um investimento. Como tal, ele possui riscos e almeja algo em troca: o lucro, que viria sob a forma de amor, companheirismo, ou seja lá o que se esteja buscando. No entanto este lucro nunca é garantido. Sendo assim, a promessa de compromisso, que sofre a influência de vários fatores no relacionamento, tornar-se-ia irrelevante a longo prazo. O questionamento acerca da escolha certa se faz então inevitável. A pessoa precisa estar sempre vigilante. Para o autor, estar num relacionamento significa uma incerteza permanente. Visando pôr fim à insegurança trazida pela solidão, a busca de um relacionamento acaba, portanto, acentuando o sintoma.

Para Bauman (2003), as relações de curta duração são altamente prazerosas porque trazem o conforto de não exigirem dedicação nem comprometimento. São acima de tudo convenientes. O pouco investimento emocional faz com que as pessoas sintam-se mais seguras, menos expostas.

Ao traçar parâmetros definitórios para as relações afetivas, Puget e Berenstein (1993) fazem uma análise dos diferentes tipos de vínculos que unem duas pessoas. Com base nesta análise poderíamos dizer que as relações prevalecentes na atualidade se aproximam mais do que eles chamam “vínculo de amantes”, definido como “a relação amorosa exogâmica entre dois egos, hetero ou homossexual, com negação e/ou recusa de enquadramento matrimonial” (p.14).

Segundo eles, este tipo de vínculo não tolera projetos implicando futuro e tem como vantagem a possibilidade de recriar ilusoriamente uma vivência de incondicionalidade. Sem a estabilidade trazida pela cotidianidade - Parâmetro definitório que caracteriza o vínculo matrimonial, que se refere ao tipo de estabilidade

baseada em uma unidade temporal e espacial caracterizada pelos intercâmbios diários - fixa-se a ilusão de um prazer permanente, livre de obrigações.

No caso dos relacionamentos conjugais, oficializados ou não, a consciência da fragilidade do vínculo de afinidade, ao contrário do vínculo de parentesco, preocupa e traz o peso da responsabilidade. A qualquer momento podem surgir dúvidas quanto à opção feita. A escolha requer reafirmação diária a fim de se manter a afinidade. E essa dedicação e esforço de reafirmação são preços que muitos preferem não pagar.

A emergência de uma sociedade individualista trouxe encargos que transformaram os relacionamentos conjugais quase que num desafio. É interessante perceber que, mesmo que isso cause muito temor, também instiga, como se o grande atrativo fosse justamente a superação das adversidades. Esta tendência a ir de encontro ao conformismo que poderia resultar das dificuldades aparece quando observamos o surgimento de variadas formas de relacionamento amoroso.

A maneira como encaramos o amor atualmente é claramente distinta de outras épocas, distinta inclusive de acordo com a cultura. Quando voltamos no tempo para buscar referências a respeito deste sentimento em sociedades mais antigas, não é fácil encontrarmos, fora das expressões artísticas, dados sobre o relacionamento íntimo do casal, aquilo que hoje chamamos de “envolvimento psicológico”, de maneira que muitas vezes recorremos à dedução a partir de outras informações obtidas, o que não deixa de ser coerente. Mas quando falamos a respeito de outras culturas, em outras épocas, precisamos relativizar conceitos que para nós, atualmente, são muito concretos. Ao afirmarmos que não existia ou não existe amor nos casamentos em determinada sociedade, de que conceito de amor estamos tratando? Vimos aqui que a ascensão do individualismo, bem como a industrialização, dentre outros fatores, trouxeram mudanças bastante profundas para as relações sociais, mudanças que já iam sendo processadas, mas que num curto período de tempo intensificaram-se. Assim, o amor adquiriu, entre nós, características impensáveis tempos atrás, podendo até mesmo reunir em uma só relação aspectos contraditórios, anteriormente atribuídos somente às relações conjugais ou somente às extraconjugais. Conforme afirma Duby (1991), as maneiras de amar, assim como as relações entre o masculino e o feminino, já não são as mesmas.

Mas ao mesmo tempo, é possível perceber no amor contemporâneo traços já vistos em outros tempos, o que nos leva a crer que, apesar de ter adquirido uma configuração aparentemente original, os relacionamentos amorosos atuais conseguem atualizar características do passado, conjugando-as com novas normas e valores. E este amor é por nós supervalorizado a ponto de considerarmos qualquer variação a tal modelo como ausência do mesmo. Podemos então citar, no outro extremo, Bottéro (1991), segundo o qual, o amor e a sexualidade estão inseridos na nossa natureza mais profunda e primária, de modo que cada cultura os apresenta à sua maneira.

Quanto ao futuro dos relacionamentos, Jablonski costuma dizer que estamos caminhando para os chamados “casamentos seriais”, ou seja, para uma época (não muito longe) em que as pessoas se comprometerão em seus relacionamentos, mas somente por um período, após o qual poderão se dedicar a um novo relacionamento, também temporário, e assim sucessivamente. Isso não significa necessariamente uma diminuição da intensidade do envolvimento emocional, conforme foi visto. Ao que tudo indica, esta é mais uma forma de adaptação necessária aos novos tempos. Só não sabemos até quando o amor continuará a manter o status de condição para o casamento, uma vez que o desenvolvimento das relações sociais no curso do tempo segue movimentos cíclicos, como foi possível constatar.

2.3

A crise no casamento

Para abordar as formas de conjugalidade contemporâneas é imprescindível entendermos o que vem ocorrendo com o casamento nas últimas décadas. Causa ou efeito do panorama atual? O que sabemos é que a instituição do casamento é cada vez mais questionada, especialmente pelos mais jovens, o que pode ser encarado como uma crise, ou simplesmente como um processo de transformações e adaptações que naturalmente se fazem necessárias numa época em que as mudanças são cada vez mais frequentes e velozes.

Em todo o mundo a família e a instituição do casamento vêm passando por momentos difíceis. Quando pensamos em família, logo nos vêm à cabeça aquele modelo tradicional que inclui mãe e pai casados e filhos. No entanto, as uniões

conjugais têm ganhado formas cada vez mais heterogêneas, podendo ser adaptadas de acordo com os interesses do casal, pois a satisfação de cada um dos cônjuges é essencial nas relações modernas.

Ao estudar a crise no casamento contemporâneo, Bernardo Jablonski (1991) destaca e analisa o que seriam as principais razões para tal situação. Dentre elas estariam os processos de modernização e urbanização, que levariam a uma perda da visão coletiva e à ênfase nos interesses individuais e na intimidade, permitindo uma maior separação entre os membros da família e também o isolamento dos mais velhos. O autor denomina “fam-ilhas” as estruturas familiares resultantes dos processos citados. Assim, a família atual é caracterizada como uma ilha: cada vez menor, mais distante da família extensa, mais centrada em si. Também contribui para isso a gradual perda de funções da família, como trabalho, cuidados médicos, educação, asilo, funções estas que foram entregues a instâncias sociais. A mulher, que exercia a maioria destas funções, viu sua esfera de ação ser restringida ao âmbito da afetividade ou a “funções psicológicas”, e estas por sua vez são desvalorizadas em relação ao papel do homem, que trabalha para prover a família.

As famílias modernas possuem, portanto, grande função emocional. A perda das funções econômicas da família permitiu maior independência do indivíduo, que passa a poder viver sozinho, o que era impensável tempos atrás. Com o advento da modernidade, a família perde sua função histórica básica: a de garantir a nossa sobrevivência. A questão da afetividade tornou-se, então, fundamental. O afeto que era distribuído pela família extensa passou a concentrar-se em poucos membros, que ganharam grande importância. Os filhos hoje têm uma importância emocional nunca tida antes. Mudou a maneira de enxergar as crianças, que passaram de adultos em “miniatura” a seres singulares e possuidores de atributos admiráveis, o que trouxe como consequência uma sobrecarga emocional. A diminuição das taxas de mortalidade infantil também permitiu maior ligação emocional com as crianças, já que se tornou mais remota a possibilidade do envolvimento ser interrompido por uma morte precoce. Com a afetividade em foco, o amor ganhou importância central nas relações familiares, criando uma interdependência entre os membros, no sentido de

terem de suprir todas as necessidades afetivas uns dos outros. Para a família, ficou difícil então atender a todas as expectativas.

Uma outra razão para a situação de crise seria a idealização do amor. Jablonski (1991) destaca o quão recente é a união entre amor e casamento. Até aproximadamente o século XVII os casamentos não eram realizados por amor, mas sim por interesses econômicos.

Um outro fator motivador da crise seria a longevidade. No século XX as taxas de mortalidade caíram surpreendentemente, aumentando a expectativa de vida, de modo que os casamentos tendem a durar muito mais, ao menos teoricamente. Na prática, como veremos ao longo deste trabalho, a modernidade trouxe a possibilidade de encurtar casamentos não tão bem sucedidos com certa facilidade, menos culpa e maior aceitação social. Hoje, o divórcio encerra uniões da mesma forma que a morte o fazia há tempos atrás. Os casamentos duravam até a morte numa época em que a expectativa de vida era bem menor. Soma-se a isso o fato de as famílias estarem mais nucleares, o que faz com que os cônjuges voltem a atenção uns para os outros, pois já não há muitos filhos. E esses poucos crescem e saem de casa bem antes do falecimento dos seus pais, e quando isso ocorre, homem e mulher voltam a perceber-se depois de muitos anos devotados às crianças, ao trabalho e a interesses pessoais. Daí surgem os conflitos, pois os cônjuges precisam lidar mais diretamente com as diferenças individuais e, na maioria das vezes, não estão preparados para isso.

As transformações ocorridas na esfera da sexualidade também afetaram profundamente as relações amorosas, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher neste contexto. Assim como a liberação sexual, a emancipação feminina tem levado a uma demanda de maior igualdade entre homens e mulheres. No entanto, apesar de a mulher estar saindo da posição passiva, ela ainda não condiz com aquilo que a mídia divulga, estando no meio do caminho, o que, segundo o autor é fator que precipita a crise. Sabemos que a frustração aumenta à medida que ocorre mais próxima do alvo. Fazendo uma analogia à questão da emancipação feminina, ele considera que o grau de insatisfação das mulheres era menor quando elas eram mais passivas com relação ao casamento. Quanto maior a expectativa, maior a frustração. E a frustração das mulheres com relação ao casamento estaria ocorrendo devido aos

avanços relacionados à emancipação feminina, pela sobrecarga trazida pela dupla jornada, entre outras coisas. Elas nem sempre conseguem corresponder a todas as expectativas que a sociedade lhes impõe, sentindo-se frustradas por não alcançarem aquele ideal de mulher difundido pelos meios de comunicação.

São ainda as mulheres as mais afetadas pelas conseqüências da revolução sexual da década de 60. O advento da pílula permitiu a separação entre sexo e procriação, dando a elas a possibilidade de desfrutar de certa liberdade até então exclusiva dos homens, o que também pode ter contribuído para a diminuição do número de mulheres casando-se virgens. O sexo vem se tornando mais igualitário, com uma maior preocupação com o prazer da mulher, e a virgindade feminina também não é mais valorizada e guardada como antigamente, sendo considerada hoje uma opção. O autor ressalta, ainda, que hoje elas são as que mais tomam a iniciativa do divórcio, apresentando maior insatisfação com o casamento.

A posição mais independente e ativa da mulher trouxe conseqüências também para a questão da fidelidade. Podemos dizer que ainda hoje, no que diz respeito às diferenças de gênero, vigora a chamada “dupla moral”: meninos e meninas recebem educações diferentes com relação à sexualidade. Elas são orientadas de maneira mais conservadora. Apesar disso, a emancipação feminina permitiu que a mulher contestasse algo que sempre foi tido como “natural”, que é a infidelidade masculina. E ela não só contesta como também reivindica seus direitos, o que tem provocado muita polêmica.

Jablonski (1991) chama a atenção para a contradição entre a concepção de casamento monogâmico indissolúvel e a liberação sexual, que faz da monogamia um compromisso difícil de ser cumprido para muitas pessoas. O adultério aparece então como uma das soluções encontradas para lidar com um problema trazido pela longevidade: os casamentos muito duradouros. Torna-se difícil ter de se contentar com um único parceiro durante muito tempo, enquanto vivemos numa busca incessante por novidades, sob a influência de uma época marcada por rápidas transformações e imensa descartabilidade. Sabe-se que ainda hoje a infidelidade masculina é mais aceita que a feminina, porém a liberação e a emancipação feminina estão trazendo novas prerrogativas a esse respeito. Apesar de estudos mostrarem que

as mulheres, quando se envolvem em relações extramaritais, o fazem dentro de um contexto mais afetivo, percebe-se que elas estão entrando com mais facilidade em relações de curta duração. Podemos verificar então que as mudanças no papel da mulher produziram grande impacto sobre o casamento, de modo que o autor considera a emancipação feminina um dos fatores relacionados à crise.

Finalmente, Jablonski (op.cit) destaca o papel da mídia nesta problemática. Hoje a televisão consegue atingir a maioria da população e por um tempo considerável, criando inclusive padrões comportamentais. A questão do casamento tem chamado a atenção da imprensa, mas apesar de prestar serviços importantes, a mídia às vezes divulga inverdades. Quando são divulgadas e generalizadas características de comportamento de um povo, mesmo que a informação não esteja correta a tendência é que tais características sirvam de modelo para todos os demais. Em função da insegurança trazida por uma época de transições bruscas, as pessoas tendem a conformar-se com aquilo que lhes é transmitido. As respostas que antes vinham da família e da Igreja, hoje chegam através dos meios de comunicação. A TV mostra especialistas que trazem ensinamentos tanto para os pais quanto para os filhos, norteando comportamentos, expectativas, educação. Mas a mídia não cria inverdades sem algum fundamento, e mesmo nestes casos a divulgação maciça acaba por tornar-se realidade. O aumento do número de divórcios e sua divulgação fazem com que cresça sua aceitação, e assim aumentem ainda mais, pois o medo da desaprovação social que inibia os divórcios não existe mais.

Mas o intenso processo de modernização que a sociedade vem sofrendo, e que atinge várias áreas, mas não todas, esbarra nas dificuldades que os indivíduos encontram em acompanhar tantas mudanças. Por mais que nos consideremos “modernos”, todos nós temos uma “bagagem”, uma história de vida que não pode ser deixada para trás tão facilmente e substituída por novos valores de uma hora para outra.

O impacto dessas transformações recai também sobre a família e a subjetividade, causando dificuldades e angústia. As mudanças nos modelos e ideais de família não são assimiláveis facilmente, o que torna a adaptação ao novo um tanto quanto conflituosa.

A mudança social no âmbito da subjetividade é a que ocorre com mais dificuldade. As pessoas inseridas neste processo precisam estar sempre solucionando as dificuldades dele decorrentes, e assim acabam se protegendo atrás de rótulos como “modernas” ou “arcaicas”, rótulos estes que encobrem a complexidade do processo.

A esse respeito, Figueira (1987) destaca o quanto as mudanças rápidas são superficiais, de forma que “o novo e o moderno convivem com o arcaico e o antiquado”. O autor distingue dois tipos de família: o primeiro é definido como hierárquico e tradicional, e prevalecia nos setores médios da sociedade na década de 50. Esta família é relativamente organizada, “mapeada”. Nela as diferenças entre homem e mulher são muito bem demarcadas, com o homem ocupando uma posição superior em relação à mulher e aos filhos, havendo ainda um duplo padrão de moralidade. Da década de 50 em diante a família sofreu um processo de modernização impulsionado por um ideal de família igualitária, que questionava a hierarquia, a desigualdade e a diferença de privilégios. Nesta, as diferenças pessoais são mais relevantes que as sexuais, etárias ou posicionais, e as noções de certo e errado ganham flexibilidade. No entanto estes dois tipos bem definidos de família são muito mais ideais do que reais, servindo como modelo a ser seguido ou evitado.

Figueira (op.cit) ressalta que o processo de modernização não se dá de maneira linear, o que torna a realidade da família modernizada ambígua. A emergência de um ideal igualitário traz em seu bojo personagens heróicos e glamourosos que são constantemente substituídos como possibilidades de identificação para aqueles que desejam se desligar de suas identidades tradicionais. A velocidade das mudanças é tanta que novas identidades se sobrepõem às antigas sem que haja alteração substancial.

O processo de modernização também estaria produzindo, segundo o autor, um enfraquecimento de fronteiras entre categorias diferentes, com a redefinição das mesmas através de uma idéia de ligação que traz uma nova identificação que lhes é comum. Por exemplo, através desta idéia, homens e mulheres, adultos e crianças são percebidos como indivíduos, minimizando suas diferenças intrínsecas. Tudo isso seria resultado de uma ideologia igualitarista que tende a diluir os marcadores das diferenças intrínsecas como sexo, idade ou posição social. As diferenças resultam

cada vez mais de escolhas individuais dentro de um conjunto de possibilidades previamente definido, onde as manifestações hierárquicas são inibidas. No entanto, esta inibição se dá no plano do discurso e não necessariamente significa a abolição de certas idéias. Um exemplo disso é o fato de algumas maneiras de se falar de homossexuais e negros estarem sendo inibidas, sem que, no entanto, isso signifique que o preconceito esteja sendo erradicado.

Assim, a difusão da psicanálise teria papel importante neste processo, pois além de orientar as pessoas afetadas pela modernização acelerada, reforça a lógica do igualitarismo, da dissolução de fronteiras ou da construção delas. Os conceitos psicanalíticos são então considerados como universais e democratizantes, pois unem seres tidos como intrinsecamente diferentes em torno de uma só categoria: indivíduo.

Não se pode negar a relação existente entre as transformações sociais e as transformações subjetivas. Figueira (op.cit) chama a atenção para o fato de que as mudanças são tão rápidas que, ao contrário do que parece, o “moderno” não substitui o “arcaico”: eles coexistem. Mesmo que esteja invisível, o “arcaico” consegue fazer oposição ao “moderno”, que representa aquilo que desejamos, mas nem sempre conseguimos ser.

O autor chama de desmapeamento a coexistência de mapas, ideais, identidades e normas contraditórias nos sujeitos: “O ‘desmapeamento’ (...) não é perda ou simples ausência de ‘mapas’ para orientação, mas sim a existência de mapas diferentes e contraditórios inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito” (p 22). Além de gerar certa desorientação e conflitos de identidade, o desmapeamento também provocou tentativas de solução. Uma delas foi o aumento da demanda de psicoterapia e psicanálise em virtude das dificuldades trazidas por mudanças aceleradas. A segunda é definida pelo autor como “modernização reativa” ou falsa modernização. Para explicá-la o autor recorre à definição de dois tipos de regra: de primeiro grau e de segundo grau. A primeira requer uma autoridade exterior ao sujeito e define o conteúdo do comportamento, sendo fundamental para o ideal de família hierárquica, com noções claras de certo e errado. A segunda emana do exterior do sujeito, mas não define o seu comportamento e sim o convida a pensar e decidir o que fazer, diminuindo assim a possibilidade de rebeldia e confronto. Esta

regra dá ênfase ao sujeito e não ao “código” (Foucault, 1984, in Figueira, 1987), sendo assim fundamental para o ideal de família igualitária. Há ainda um terceiro tipo de regra que consiste na regra de primeiro grau com conteúdo modernizado, ou seja, muda o conteúdo (de arcaico para moderno) mas o mecanismo continua o mesmo. Na modernização reativa o conteúdo “moderno” funciona como reação ao conteúdo “arcaico” (este permanece inconscientemente), numa mudança apenas de conteúdos, onde o imaginário moral continua o mesmo, podendo sempre se manifestar, o que exige uma reatividade ainda maior. Deste modo, a verdadeira modernização seria aquela que transformaria, no interior do sujeito, regras do primeiro grau em regras do segundo grau, constituindo um processo de individuação.

Assim, diante da velocidade das transformações e da inércia da subjetividade o sujeito não consegue modernizar profundamente o seu funcionamento, limitando-se a atualizar o conteúdo do comportamento através da modernização reativa.

De acordo com o autor, como solução para o desmapeamento a modernização reativa tem uma ação positiva (produtiva) e uma negativa (supressora): a positiva leva os sujeitos à ilusão de que são apenas o que desejam ser; a negativa leva à supressão do arcaico, daquilo que não se deseja ser.

Diante disso o autor conclui que não há uma “nova família brasileira”, mas sim uma família onde valores modernos convivem com valores arcaicos. Sendo assim, quanto mais harmoniosa for esta convivência, mais satisfatória será a relação conjugal e/ou familiar.

Chaves (1997) afirma que existe, sim, no Brasil hoje uma nova família, mas esta tem como ponto de referência básica a família tradicional. Segundo ela, o processo de transformação que o modelo familiar tradicional vem sofrendo não significa que ele tenha se tornado inoperante ou falido, o que de certa forma ratifica a teoria de Figueira.

Podemos perceber então que são muitas as razões para as dificuldades que o casamento vem enfrentando. E “enfrentar” é a palavra-chave, pois apesar de tudo as pessoas ainda optam em sua maioria por dividir suas vidas com alguém, embora muitas destas uniões tenham adquirido formas alternativas. Como num movimento de

auto-preservação o casamento “persiste” promovendo as adaptações necessárias para sobreviver nas condições atuais.

2.4 O casamento hoje

Transformações sociais ocorridas nas décadas de 60 e 70 começaram a modificar a concepção de casamento e a trazer questionamentos acerca da estruturação e do funcionamento das relações diádicas, surgindo assim a possibilidade de novos arranjos conjugais. Até o início da década de 60 os valores que organizavam as relações conjugais eram baseados em normas sociais bem definidas. A partir de então, a concepção clássica de casamento começou a ser questionada. Ela continua a ser uma referência, mas novos tipos de arranjos conjugais surgiram.

Os diversos questionamentos, impulsionados por fatores como o movimento feminista, o surgimento da pílula anticoncepcional, a difusão da psicanálise, entre outros, provocaram uma “modernização” no conjunto de valores das classes médias urbanas. Juntamente com tais movimentos, deu-se uma difusão de princípios igualitários e individualistas. Os padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres foram questionados, assim como a virgindade feminina, a religião, afetando assim a estrutura e o funcionamento da relação conjugal. Tudo isso pode ter acarretado um esvaziamento das regras sociais, fazendo com que os sujeitos se organizassem em função de valores mais individualizados e flexíveis, partindo de um referencial interno baseado na experiência pessoal. Assim, os novos ideais de conjugalidade baseiam-se em aspectos como a menor segregação dos papéis conjugais, o respeito ao espaço e à individualidade de cada um, a vigência de um código moral simétrico, e a igualdade entre homem e mulher nos planos profissional e sexual. Esses valores são norteados por princípios igualitários e individualistas, organizando os arranjos de forma que os referenciais internos e a experiência pessoal de cada um ganham importância substancial.

Influenciados pela psicologia e/ou psicanálise, as classes médias urbanas privilegiam em suas relações conjugais a liberdade, a igualdade e a singularidade, respeitando e preservando as diferenças individuais, e valorizando a verbalização e a

elaboração de emoções. Estas relações devem estar baseadas em laços afetivos, no desejo de estar junto. Assim, a concepção de casamento fundamenta-se mais nas concepções que cada cônjuge traz internalizadas do que em normas definidas socialmente. Desta forma, os laços afetivos e o compromisso interno de cada um são mais valorizados que os vínculos formais.

A concepção clássica de casamento o define como “união solene entre duas pessoas de sexos diferentes, com legitimação religiosa e/ou civil” (Ferreira, 1993). No entanto, novas definições surgiram a partir de transformações sociais, trazendo opções como o divórcio, o recasamento, o casamento em casas separadas e o casamento sem vínculos legais. Atualmente até as uniões que não são legitimadas por cerimônia civil ou religiosa podem ser consideradas como casamento, visto que grande parcela das relações conjugais dos grandes centros urbanos se estrutura desta forma.

Dias (1995) afirma que a concepção de casamento atual engloba duas possibilidades de opção conjugal: uma fundamentada no vínculo formal a partir de legitimação religiosa e/ou civil, e outra fundamentada na idéia de que casamento é convivência, independentemente dessas legitimações. A esta última denomina coabitação, aquilo que hoje reconhecemos como união estável.

A coabitação surgiu a partir do questionamento da concepção de casamento tradicional, ligada à modernização dos valores familiares e conjugais. Segundo a autora, de início a coabitação foi uma opção para aqueles que já tinham sido casados, mas hoje é bastante difundida tanto como opção conjugal quanto como uma fase intermediária entre o namoro e o casamento. No Brasil, a coabitação vem crescendo nas classes médias urbanas desde a década de 60. Após a sanção do divórcio, em 1978, constituiu-se também como primeira opção conjugal entre os jovens, significando ruptura com valores e normas tradicionais e funcionando como um casamento experimental.

Nas classes médias cariocas, a concepção de casamento predominante tem um enfoque individualista, privilegiando o indivíduo em detrimento das relações em família. A relação é então baseada em critérios de escolha afetiva e sexual, sustentados por um ideal romântico. Assim, o casamento pode ser definido como um

“viver junto” com ou sem vínculos legais. No segundo caso, há um compromisso, mas ele é interno, assumido diante de si mesmo e do parceiro. A classe média carioca convive, portanto, com duas concepções de casamento.

A coabitação vem deixando de representar, portanto, uma oposição ao casamento, passando a ser uma opção para aqueles que não são religiosos, para os que preferem fugir do tradicional, e até mesmo como um estágio antes do casamento. É comum observarmos casais que coabitam fazendo planos de legalizarem a união, assim como casais que optaram por casar legalmente depois de já dividirem o mesmo teto.

Impulsionada pela sua aceitação social e pelo aumento da liberdade sexual entre os jovens, a coabitação ainda suscita discussões acerca da definição do seu papel social, pois não é um namoro, e para muitos também não é um casamento. Para Dias (1995) representa uma semiconsagração social, pois é aceita como relação não marginal, mas que ainda não possui o caráter oficial do casamento.

A autora afirma que muitos dos casais que coabitam pensam em casar-se legalmente, outros não. Assim, o que parece ter mais importância para os parceiros é a estabilidade da relação e não a sua legalização.

Enquanto fase preparatória para o casamento, a coabitação seria uma forma de testar a durabilidade da relação, de avaliar melhor o outro, funcionando como um estágio intermediário entre o namoro e o casamento:

“(…) a coabitação, como fase experimental, não rompe com valores e normas estabelecidas, apenas as modifica. Transforma uma regra estabelecida, o noivado, em algo mais adequado à realidade contemporânea” (Dias, 1995, p 31).

Desta forma, os ajustamentos entre o casal são feitos antes do casamento e não depois, como na forma tradicional.

A coabitação também pode ser uma alternativa para aqueles que contestam o casamento tradicional, ou para aqueles que não tiveram uma boa experiência com o casamento, que é então encarado como um modelo ultrapassado e que precisa ser reformulado. Desta forma, a coabitação não é considerada um casamento. Para a autora, este tipo de relação é frágil, já que o vínculo se estabelece de forma ambígua.

Quando vista como uma variação do casamento, não há diferenças entre os dois tipos de vínculos, a não ser pela existência ou não de uma certidão. Enquanto a

coabitação se baseia em um compromisso individual, o casamento engloba além deste, um compromisso social. No primeiro caso, o ideal de conjugalidade apóia-se na idéia de relação conjugal como a convivência cotidiana sob o mesmo teto, onde o vínculo afetivo é mais importante que os vínculos religiosos ou legais.

Apesar da sua difusão, não podemos afirmar que a coabitação possua o mesmo status do casamento. No entanto, Dias (1995) destaca que as normas e expectativas que circundam os dois tipos de relação são basicamente as mesmas. Tanto na coabitação quanto no casamento as mulheres são mais responsáveis pelo desempenho de tarefas domésticas, porém no primeiro caso esta delimitação é menos rígida. Na coabitação a fidelidade também é muito importante. A possibilidade de infidelidade ameaça seriamente o vínculo de uma união que não possui caráter oficial, o que torna a possibilidade de rompimento mais atemorizante. Nos dois casos, o vínculo do casal é mais valorizado que vínculos familiares ou de amizade, e filhos são bem-vindos, porém não logo após a união.

No âmbito financeiro sobressaem algumas diferenças entre esses dois tipos de união. Segundo pesquisa citada em reportagem exibida pelo Fantástico em 27/03/05, realizada entre casais estáveis, legalmente casados ou não, com marido e mulher possuindo renda própria, o dinheiro está entre as principais causas de conflitos. Verificou-se que o fato da relação ser “oficial” ou não muda a forma como os casais lidam com o dinheiro. Segundo a pesquisa, 30 % dos casais oficialmente casados têm conta corrente conjunta, enquanto apenas 6% dos que vivem juntos dividem a mesma conta bancária. Entre os coabitantes, apenas 59% sabem o quanto cada um ganha, ao passo que 80 % dos casados conhecem o rendimento do outro. E na maioria das vezes, independentemente do tipo de união, é o homem quem arca com os gastos mais pesados.

Segundo Béjin (1987), a coabitação seria uma forma, geralmente inconsciente, de tentar conciliar comportamentos considerados incompatíveis nas antigas sociedades, ou seja, uma tentativa de unir traços da vida conjugal e das uniões extraconjugais. Béjin faz então uma correlação entre o “amor conjugal comedido”, o “amor extraconjugal apaixonado”, e a “coabitação de jovens”, a partir de nove critérios de diferenciação.

O primeiro refere-se à duração potencial da vida em comum, que tradicionalmente só era interrompida com a morte de um dos cônjuges, enquanto que a união extraconjugal não incluía coabitação prolongada. A coabitação juvenil situa-se entre as duas anteriores: não é tão efêmera quanto as ligações ilícitas, mas também não se baseia na indissolubilidade, requer uma renegociação diária de sua duração. O segundo critério é a consagração social da união: a coabitação não tem o caráter oficial e cerimonial do casamento, e nem é associada à promiscuidade. Ela desfruta de uma semiconsagração social, constituindo um rito preliminar que anunciaria o casamento.

Quanto às finalidades essenciais da união, terceiro critério, observa-se que os casamentos eram realizados, principalmente, por razões econômicas e por interesses que não incluíam o amor, de modo que se buscava nas relações extraconjugais as alegrias e satisfações sexuais não encontradas no casamento, sem distinção de classe. A coabitação juvenil traz ambos os traços, já que algumas considerações materiais influem na escolha do parceiro, assim como se busca primordialmente um entendimento sexual, até mesmo para que se mantenha a ligação.

A diferenciação das funções na vida em comum constitui outro critério. Era marcante no casamento uma diferenciação nas funções de cada cônjuge, estabelecendo assim uma complementaridade, o que não ocorria na união extraconjugal. Na coabitação juvenil também existe divisão de tarefas, favorecendo uma complementaridade, mas há ainda uma busca de igualdade, de simetria perfeita, o que seria impossível de alcançar, vindo a causar desavenças com base na crença em igualdade, formando então um círculo vicioso.

A fidelidade constituía uma opção na união entre amantes e não um princípio, ao passo que a união legítima previa fidelidade mútua. Mas, na prática, a dupla moral prevalecente determinava imprescindível apenas a fidelidade feminina. Esta dupla moral estava adaptada à cultura e à sociedade pré-industriais. Hoje já é questionada, de modo que a mulher pode optar por se enquadrar nela ou não. A questão da fidelidade não se expressa, portanto, através de uma norma universalmente aceita. Para os coabitantes ser fiel significa respeitar o compromisso, assim como a situação de igualdade estabelecida, a fim de não correr o risco de destruir a relação. A dupla

moral dá lugar a uma “moral dual”, apoiada na divisão entre corpo e espírito. Diante da “fragilidade” do vínculo, que necessita ser redefinido quase que diariamente, aumentando a possibilidade de rompimento do mesmo, houve uma relativização na exigência de fidelidade. A sexualidade puramente “física” é diferenciada do amor que une carne e espírito, considerado mais completo e verdadeiro. Para os coabitantes, a traição puramente “física” pode ser tolerada, mas quando envolve “sentimento” torna-se mais grave. Já que existe a crença de que para a mulher é mais difícil separar amor e sexo, a infidelidade feminina se mostra muito mais ameaçadora à relação, o que nos remete à dupla moral.

O modo de expressão dos sentimentos configura o sexto critério de diferenciação. A relação extraconjugal era o campo de maior entrega às paixões, por sua natureza efêmera e por sua finalidade de proporcionar prazer aos amantes, enquanto que no casamento, mesmo que existisse amor, a sua manifestação era mais comedida, mais respeitosa, pois a honra da esposa devia ser resguardada. Hoje os jovens coabitantes buscam sintetizar essas características. Querem demonstrar livremente sua paixão, e ao mesmo tempo fazem reserva a fim de não aparentar muito envolvimento, mesclando comedimento e exagero. Existe ainda uma exigência recíproca de lealdade que requer a ausência de segredos entre os parceiros, de forma que tudo seja compartilhado, dividido, o que gera um acúmulo de funções que termina por sobrecarregá-los.

O fundamento normativo da relação sexual constitui o sétimo critério de diferenciação. No passado os cônjuges podiam se considerar proprietários um do outro e assim exigir aquilo que determinavam as conveniências sociais e as prescrições religiosas sobre as relações sexuais, o que chamavam de “dívida conjugal”. O mesmo não ocorria na relação extraconjugal, onde as trocas não implicavam em apropriação. Atualmente os jovens coabitantes tentam, ao mesmo tempo, manter a posse e os direitos sobre seu corpo e suas sensações, e usufruir uma “expansão sexual” que impõe o direito ao gozo pleno para além dos limites da sexualidade física, incluindo amor, fidelidade, franqueza, etc.

A atitude diante da fecundidade é outro critério segundo o qual os coabitantes tentam conciliar traços das antigas relações extraconjugais e conjugais. Estes não

afastam a possibilidade de ter filhos, porém a gestação é adiada por um período variável, que geralmente é seguido de um desejo de concepção e uma preocupação com a fertilidade.

Com relação à área afetiva, nono e último critério apontado, observa-se que a afetividade do casal de amantes se limitava ao próprio casal, já que a união não podia ser socialmente reconhecida, nem podia gerar frutos. Com o casamento os parceiros construía em torno da união uma rede de relações que torna a área afetiva neste caso mais ampla, incluindo filhos, amigos, vizinhos, parentes. Na coabitação a afetividade não se limita ao casal de modo semelhante à situação de clandestinidade do vínculo de amantes, no entanto as outras relações do casal, de amizade ou parentesco, não ocupam a posição que ocupavam nas uniões legítimas. Apesar das relações com os pais de ambos, os amigos, eventualmente os filhos, o casal constitui o “centro de gravidade” da área afetiva.

Vimos assim que a coabitação juvenil sintetiza características das uniões conjugais e das relações extraconjugais, e o mesmo vem ocorrendo com os casamentos atuais. Cada vez mais as pessoas casadas comportam-se como os coabitantes anteriormente descritos, adiando a vinda de filhos, valorizando a liberdade e a sexualidade, ou tolerando pequenas infidelidades.

Goldenberg (1994) atenta para o que os sociólogos chamam de “problema sem nome”, definido pela dificuldade em se escolher entre os variados tipos de arranjos conjugais existentes na atualidade. Todos nós carregamos um modelo de família e casamento, mas levados pela sedução de alternativas “modernas”, queremos conciliar as duas formas de conjugalidade, a tradicional e a moderna, porém desfrutando apenas das vantagens de cada uma, sem as desvantagens. Ela descreve o amor como um “sentimento amplo, difuso, tranqüilo e duradouro”, enquanto a paixão aparece como um “sentimento inicial e provisório”, que se transforma ou acaba com o passar do tempo. Suas pesquisas revelam que as pessoas consideram impossível permanecer por muito tempo em estado de paixão, devido à natureza inquietante deste sentimento. Este deve transformar-se em amor, algo mais tranqüilo, mas sempre trazendo resíduos daquela paixão para manter o desejo e não transformar-se em amizade. A infidelidade aparece como uma busca desesperada por se sentir vivo,

excitado, desejável novamente. Assim como a segurança em relação ao amor do outro faz cair a frequência e a importância das relações sexuais, o ciúme e a insegurança podem determinar o aumento do desejo sexual.

Entre os jovens casais, está sendo valorizada a fidelidade como disposição natural de pessoas que se amam, e não aquela baseada em prescrições morais. Aqui não existe a “dupla moral”. Há um acordo de exclusividade sexual, que vale igualmente para os dois sexos. Goldenberg cita ainda a existência de uma “lógica confessional”, com a necessidade de se contar tudo ao outro, até mesmo possíveis aventuras extraconjugais.

O casamento como contrato está cedendo lugar a uma união baseada em sentimentos, no desejo de estar junto, o que requer negociações e conquistas diárias, além de ser cogitada agora a hipótese da dissolubilidade. Com isso, nasce a importância de se discutir a relação: é preciso equilibrar a busca de igualdade e a valorização da individualidade e isso requer muito diálogo.

Mas não é apenas nas relações conjugais que podemos observar tantas mudanças de valores e comportamentos. É possível notar esta tendência desde os relacionamentos menos formais, especialmente entre os jovens. O namoro, por exemplo, inclui atualmente comportamentos e atitudes que antes só eram aceitáveis dentro do casamento, como o sexo, por exemplo.

O namoro tradicional sempre esteve ligado ao processo de casamento e de escolha dos cônjuges. Não se namorava apenas por namorar, ou para obter prazer, e sim com um propósito maior que era o casamento. Até que o candidato tivesse condições econômicas de pedir a “mão” da moça, o namoro transcorria secretamente, longe dos olhos do pai e dos irmãos dela. O rapaz não era recebido na casa da moça, a menos que houvesse entre eles um compromisso, uma promessa de casamento. Todo este controle tinha como objetivo a preservação da honra, da reputação, da pureza que a virgindade representava, o bem supremo de troca para o matrimônio. A moça que tivesse um namoro ou noivado que não resultasse em casamento tinha a sua reputação prejudicada (Chaves, 1993).

Estas regras e valores eram ditados pela elite brasileira, pelos médicos e pelo Estado, seguindo a política higiênica do início do século XX. No entanto o que era

prescrito nem sempre era de fato cumprido. Entre as camadas mais pobres da população as regras de relacionamento eram mais brandas, as mulheres tinham mais autonomia com relação à sexualidade, coisa que as moças dos segmentos mais altos da sociedade só alcançaram há pouco tempo.

Apesar de ainda trazer resquícios do namoro tradicional, hoje muitos costumes relacionados ao namoro sofreram mudanças, e a maior delas é a quebra do vínculo entre namoro e casamento. Entenda-se essa “quebra” como o fim da obrigatoriedade e não da relação entre os dois, pois esta ainda existe, porém com maior flexibilidade. Hoje a família não possui tanto poder de interferência, já é possível namorar pelo prazer da relação, assim como ter vários namoros antes de se casar. Mas, mesmo diante destas variações, o compromisso é um aspecto que continua presente. Mesmo não estando necessariamente relacionado ao casamento, o compromisso pressupõe um vínculo estável, monogâmico e fiel.

A partir dos anos 80 um tipo específico de relacionamento se tornou muito comum entre os jovens: o “ficar com”. Chaves (1997) estudou o fenômeno “ficar com” e a maneira pela qual ele se manifesta entre jovens de classes média e média alta de grandes centros urbanos brasileiros.

Segundo a autora, tal fenômeno difere de outras formas de relacionamento claramente delimitadas e legitimadas socialmente, como casamento, noivado, namoro, flerte, amizade, paquera... Marcado pela falta de compromisso e pela pluralidade de regras e usos, tem como principal objetivo a busca de prazer. É definido também como a menor forma de relacionamento amoroso entre duas pessoas, o “átomo da relação”, como diz Chaves (1997). Sua prática inclui conversa, carícias, beijos, “sarra-sarra”, abraços e relação sexual, podendo ocorrer todos estes tipos de contato ou apenas um. O tempo de duração é indeterminado, mas por definição o “ficar com” é passageiro e fugaz, podendo durar do tempo de um beijo a alguns dias.

O “ficar com” começou a tornar-se comum na década de 80 entre os jovens das camadas médias dos grandes centros urbanos brasileiros, adquirindo assim identidade própria. Pode ser caracterizado como um código estável, já que é

organizado por princípios fixos, apesar da pluralidade de desejos e de regras observados em sua prática.

Esta forma de relacionamento é hoje muito difundida e veiculada pela mídia. Comporta várias práticas, usos e tipos e pode ser experimentado com várias finalidades. Pode durar apenas algumas horas e compreende desde a troca de beijos até uma relação sexual, podendo ou não evoluir para um namoro. O ponto-chave é a falta de compromisso. Chaves (op.cit) considera o “ficar com” uma saída para a dificuldade de um indivíduo em se envolver emocionalmente e a maneira mais fácil de obter prazer sem se comprometer. Geralmente é desencadeado por uma atração física, um desejo, uma vontade, ou pela beleza. Mas também pode ocorrer impulsivamente, “como descarga”, como algo automático, ou “por pilha”, ou seja, insistência dos outros. No momento do “ficar”, o ato é mais importante do que o pensar. Não é preciso pensar no “amanhã”, no depois, o importante é aproveitar o momento, fazer o que a vontade determina. No “ficar com” as regras de comportamento não são bem delimitadas e rígidas, de modo que o peso da transgressão se dilui.

A autora destaca como outro princípio fundamental deste código de relacionamento a negação da alteridade, ou seja, a negação do outro como indivíduo singular. No “ficar com” o outro não é visto como um ser dotado de uma individualidade própria, e sim como alguém que tem a função de satisfazer um desejo qualquer.

A comutatividade do objeto é outra característica importante neste caso. Existe a possibilidade de trocá-lo sem dificuldade e a qualquer momento, sem o mínimo de culpa. O fato de um rapaz “ficar” com uma moça num dia não o impede de se interessar e ficar com outra no dia seguinte ou até mesmo no mesmo dia, e isso serve também para a menina.

Dentro deste contexto, o erotismo assume grande importância. Todas as partes do corpo sensual são erotizadas, existem várias possibilidades sexuais, de forma que o prazer não é limitado pela prática genital. Como a “ficada” pode ocorrer num espaço de tempo muito curto, o ato sexual nem sempre é possível ou desejado, de

modo que o corpo é explorado como possibilidade de se obter prazer de variadas formas.

Este tipo de relação é encarado muitas vezes como sendo negativo, talvez devido ao seu caráter fugaz. Ao mesmo tempo, pode ser pensado como uma fase de experimentação, de descobertas. É fato que, de uma forma ou de outra, acaba por causar preocupação numa época em que a violência e as doenças sexualmente transmissíveis estão freqüentemente nas manchetes.

Segundo Chaves (1995), o “ficar com” adquiriu ao longo destes poucos anos identidade própria, sendo, desta forma, irreversível, código para onde convergem ideais tradicionais e modernos; prazer sexual genital e um conjunto de práticas sexuais mais amplo; intimidade e, ao mesmo tempo, uma crescente desesperança de encontrá-la.

Para a autora, este novo código de relacionamento só pôde crescer dentro da sociedade urbana contemporânea, marcada pelo individualismo e pelo igualitarismo, onde as famílias estão em permanente mobilidade, os indivíduos mudam de posição social, se pensam autônomos e auto-suficientes.

O acelerado processo de modernização propiciou transformações nas relações amorosas como um todo e não apenas dentro do casamento. Atualmente existem tipos de relacionamentos destinados a atender aos diversos gostos e necessidades, mas o que todos eles têm em comum são as contradições decorrentes da conjugação de valores tradicionais e modernos.

3

Entre Becos e vielas - Um Outro Olhar

3.1

O desenvolvimento de uma nova pobreza no Brasil

3.1.1

Pobreza e desigualdade

Sônia Rocha (2006) conceitua a pobreza como um fenômeno complexo, que pode ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de maneira adequada, de modo que torna-se essencial especificar quais são essas necessidades e que nível de atendimento pode ser considerado adequado. Obviamente, esses parâmetros terão de ser relativizados de acordo com o contexto socioeconômico em questão. Assim, “ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (p. 10).

A atual problematização da pobreza, ao contrário do que poderíamos imaginar, não teve origem nos países pobres, e sim nos países desenvolvidos, após a reconstrução do pós-guerra, alertando para as condições de sobrevivência de grupos desprivilegiados. Rocha cita Townsend (1962, In: Rocha, 2006) ao enfatizar o caráter relativo da noção de pobreza: “Minha tese principal é que tanto pobreza como subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades” (p.11).

Quando as discussões acerca da pobreza passaram a contemplar países com diferentes níveis de desenvolvimento social e produtivo, foi possível contrapor à noção de pobreza relativa a noção de pobreza absoluta. Esta última estaria estreitamente ligada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital:

“O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos ‘relativamente pobres’ em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos” (Rocha, 2006, p.11).

Em países de economia moderna e monetarizada, grupo no qual se insere o Brasil, a noção de atendimento às necessidades é operacionalizada de forma indireta, via renda. Assim, pobres são “aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade” (Rocha, 2006, p.13). Mas, na prática, existe um consenso de que a estrutura de consumo das famílias é a fonte mais adequada para o estabelecimento de linhas de pobreza.

O Brasil encontra-se numa posição peculiar: de acordo com o valor atingido pela renda *per capita*, o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de onde se pode concluir que a persistência da pobreza absoluta se deve à má distribuição de renda. Entre 1993 e 1995 a renda real dos 10% de indivíduos com os rendimentos mais baixos dobrou, levando a uma significativa diminuição da pobreza absoluta, no entanto essa mudança praticamente não afetou o grau de desigualdade de renda. Nas palavras de Sansone (sem data): “todo mundo está melhor, mas a distância é exatamente a mesma” (p.1).

E esse contexto de distância social entre ricos e pobres causa grande impacto na percepção da desigualdade nas camadas inferiores da sociedade. À ligeira diminuição da pobreza nesse segmento somou-se uma difusão maior da informação, inclusive sobre o que acontece nas outras camadas sociais. Assim temos uma sociedade em que as expectativas das diferentes camadas estão muito próximas, ao passo que a estrutura de oportunidades não acompanha a mesma tendência. Tal cenário, segundo Sansone, “produz um campo fértil e absolutamente problemático para a reavaliação das identidades sociais tradicionais e das estratégias de sobrevivência (p.2)”. E a mesma distância social se mantém também entre os grupos de cor, evidenciando que a cor e a renda estão estreitamente relacionados.

E esta não é uma tendência atual, conforme ressaltam Pastore e Haller (1993). Os autores lembram que, mesmo na época de maior mobilidade social – época de profundas transformações na estrutura social brasileira, com a passagem de uma sociedade essencialmente rural para uma urbana, e com o processo de industrialização, ao longo do século XX, até meados da década de 70 -, houve também um incremento da desigualdade, o que, à primeira vista, pode parecer

paradoxal. Seria natural imaginarmos que a alta mobilidade social tenderia a reduzir a desigualdade. No entanto, o que se observou foi que

“a grande maioria dos brasileiros (de *status* baixo) subiu na estrutura social percorrendo pequenas distâncias, enquanto poucos brasileiros (de *status* médio) percorreram grandes distâncias na estrutura social, saindo, muitas vezes, dos níveis mais baixos da classe média e indo parar no topo da classe alta em apenas uma geração ou até menos” (pp.31-32).

O que ocorreu, portanto, foi um “estiramento” da estrutura social, ou seja, um aumento extraordinário entre o topo e a base da pirâmide social. Assim, o referido paradoxo na verdade nada tinha de paradoxal: “O Brasil permitiu muita mobilidade, aumentou sua classe média e, ao mesmo tempo, tornou-se mais desigual” (Pastore & Haller, 1993, p.32).

A partir da década de 80 houve considerável diminuição nesse dinamismo da ascensão social. De acordo com Pastore & Haller (op.cit), “a estrutura social brasileira está se tornando menos permeável nos dois sentidos. É difícil se movimentar e mais difícil ainda subir na escala social” (p.35).

Gacitúa-Marió & Woolcock (2005) afirmam que, no Brasil, a mobilidade caracteriza-se por ser de curta distância, abrangendo, portanto, classes com origens homogêneas. A existência de uma clara divisão entre os setores manuais e não manuais impede que os trabalhadores não qualificados passem para os setores qualificados e não manuais. “Em resumo, o Brasil é uma sociedade organizada em classes bem demarcadas, com certo grau de fluidez dentro de cada classe, mas com significativa rigidez quando se trata de cruzar fronteiras” (p. 37).

Assim, uma melhor distribuição de renda assumiria um caráter estratégico no Brasil, segundo Rocha (2006), por três razões básicas: por uma questão de justiça social; por ser funcional, tendo em vista as inevitáveis situações de conflito geradas pelo alto nível de desigualdade de renda, em especial nas áreas urbanas e modernas, onde os contrastes são mais críticos; e, por último, porque as oportunidades “naturais” de crescimento econômico são predominantemente concentradoras, exigindo ações específicas do poder público para evitar o agravamento e promover a diminuição da desigualdade de renda.

As informações obtidas através de pesquisas domiciliares (Censo Demográfico ou PNAD) mostram que os estudos sobre distribuição de renda no

Brasil se concentram sobre o nível de desigualdade de renda entre pessoas. No entanto, Rocha (2006) ressalta a importância da repartição intrafamiliar da renda de todos os membros do grupo familiar como determinante do bem estar entre as pessoas, e não apenas o resultado de suas rendas individuais. Assim, a mensuração da pobreza estaria mais associada à renda familiar do que às rendas individuais, uma vez que a família é entendida como “unidade solidária de consumo e rendimento”.

No período entre 1981 e 1999 verificou-se um aumento relativo da desigualdade de renda entre famílias, enquanto a desigualdade entre pessoas diminuiu, o que, segundo Rocha (2006), deve-se ao impacto distributivo desfavorável de famílias menores e mais homogêneas internamente, no que se refere à inserção no mercado de trabalho e ao rendimento decorrente de tal inserção. A desigualdade de renda entre famílias se mostra superior à desigualdade entre pessoas desde 1996. Assim, inferimos que a repartição intrafamiliar não contribui para reduzir a desigualdade original de renda entre os indivíduos, mas, ao contrário, vem agravá-la.

3.1.2 A Heterogeneidade da Pobreza no Brasil

Em um país de dimensão continental como o Brasil, que reúne em seu amplo território características diversas, marcado por diferenças regionais tanto físicas como produtivas e socioculturais, é natural que a situação dos indivíduos e famílias pobres também se apresente de maneira variada.

Ao longo dos últimos 30 anos, com a progressiva urbanização do país, a pobreza tornou-se essencialmente urbana e metropolitana. Hoje, cerca de 80 % dos pobres brasileiros estão concentrados nos centros urbanos.

Apontando para uma “metropolização” da pobreza, Tolosa & Rocha (1993) destacam que a concentração populacional nas metrópoles brasileiras, além do caráter quantitativo, apresenta também peculiaridades qualitativas que diferenciam a população metropolitana da rural. Assim, o habitante da metrópole teria algumas características que o diferenciariam do habitante das cidades menores:

“Pela ótica das relações sociais no mercado de trabalho, o habitante da metrópole depende pouco dos vínculos de família, de amizade e da pequena produção de subsistência, aspectos esses decisivos para a sobrevivência em centros pequenos. Nas metrópoles, a maior exposição aos meios de comunicação e a convivência diária com manifestações internas de desigualdades de renda e de riqueza criam sentimentos de ansiedade e de inconformismo com o status *quo*. Em consequência, o residente metropolitano tende a ser politicamente mais ativo que o habitante das cidades menores” (p.117).

Rocha (2006) destaca que a pobreza rural nordestina difere claramente daquela encontrada nas duas maiores metrópoles brasileiras. No nordeste, o tamanho médio das famílias pobres é maior, e as crianças são mais numerosas. A chefia feminina é relativamente baixa (16 %) ¹ e a maioria dos chefes de família é analfabeta (59%). O Estado deixa a desejar como provedor de serviços básicos. Grande parte dos domicílios não possui acesso à rede de água (40%) e esgotamento sanitário (83%), e mais da metade não possui eletricidade (53%).

A pobreza no Rio de Janeiro e em São Paulo está articulada, social e economicamente, ao funcionamento da economia nacional, havendo no meio urbano interação freqüente entre as subpopulações pobre e não-pobre. Em relação às famílias pobres nordestinas, o tamanho das famílias no Rio e em São Paulo é menor e o número de crianças também. O percentual de chefia feminina é elevado (32%) e o percentual de chefes analfabetos, apesar de alto (13%), é consideravelmente mais baixo que o verificado no nordeste rural (59%). O acesso ao abastecimento de água e à eletricidade é praticamente universal, havendo déficits importantes somente com relação ao esgotamento sanitário (29%).

Uma análise da proporção da pobreza por idade mostra que esta afeta principalmente as crianças, já que a proporção de pobres declina com a idade. Na faixa etária até 4 anos, 54,5% das crianças são pobres, enquanto na faixa acima de 60 anos, pouco menos de 16% são pobres.

Os indivíduos de cor preta e parda são os que apresentam maior prevalência entre os pobres. Quanto aos indicadores de educação, podemos perceber que a pobreza ainda está associada a altas taxas de analfabetismo, posto que 70,4% dos analfabetos são pobres.

¹ Os dados estatísticos apresentados em “A heterogeneidade da pobreza no Brasil” têm como fonte pesquisas do IBGE/Pnad, consultados em Rocha (2006).

O baixo nível de renda familiar pode ser explicado pela maior frequência de chefes mulheres, chefes jovens e de baixo nível de escolaridade entre os pobres. Rocha (op.cit) lembra que a chefia feminina ocorre, preponderantemente, na ausência de cônjuge, reforçando a vulnerabilidade da família em termos de taxa de dependência e nível de rendimento.

A repartição da população economicamente ativa e da ocupação por gênero é semelhante entre os pobres e não-pobres. Mas, características da família e também do próprio indivíduo, como baixa qualificação, trazem desvantagens para a inserção produtiva dos pobres, visto que tanto a taxa de participação como a de ocupação são significativamente mais baixas entre os pobres do que entre os não-pobres. Também entre os pobres estão os trabalhadores mais jovens, o que prejudica a escolaridade, constituindo assim um mecanismo de perpetuação da pobreza.

Quase 25% dos pobres ocupados trabalham por conta própria, em geral em atividades de baixa produtividade, com baixos e imprevisíveis rendimentos. Os trabalhadores sem rendimentos representam 23%, e são geralmente membros da família que “ajudam” na atividade principal do chefe ou do grupo familiar, sem rendimentos próprios, o que, segundo a autora, seria expressão dos arranjos informais e do baixo custo de oportunidade do trabalho de membros secundários dessas famílias.

Entre os pobres, a renda do chefe corresponde a 73 % da renda total, enquanto o mesmo índice entre os não-pobres não chega a 70 %. Há também uma menor participação do cônjuge pobre na renda familiar devido à menor inserção no mercado de trabalho, fator que está ligado ao momento do ciclo vital onde é maior a presença de crianças.

De acordo com os dados apresentados por Rocha (2006), as famílias brasileiras são preponderantemente nucleares. Numerosas também são as famílias uniparentais, estando especialmente vulneráveis à pobreza, visto que a maioria delas é chefiada por mulheres, e estas apresentam desvantagens importantes quanto à forma de inserção e ao nível de rendimento obtido no mercado de trabalho.

A autora aponta o acesso a bens duráveis e a alguns serviços públicos como indicadores do nível de bem-estar das pessoas, relativamente independente do nível

de renda. É possível encontrar na maioria dos domicílios pobres, itens como fogão, geladeira e televisão, o que significa que, apesar do baixo nível de renda, os pobres se utilizam de estratégias diversas para garantir a posse de bens duráveis básicos, aproximando-os do padrão de vida dos não-pobres.

Quanto aos indicadores de acesso a serviços públicos básicos, observa-se a quase universalização da energia elétrica e praticamente os mesmos níveis de acesso à água e à coleta de lixo entre pobres e não-pobres, sendo que existem diferenças de atendimento com relação à regularidade da prestação do serviço. Quanto ao esgotamento sanitário, os déficits de atendimento são elevados tanto para pobres quanto para não-pobres, no entanto os pobres encontram-se mais vulneráveis com relação às condições de acesso, resultando em efeitos danosos sobre as condições de saúde, em especial sobre a taxa de mortalidade infantil.

Os diferenciais de acesso a bens duráveis e a serviços públicos são muito pequenos se comparados às respectivas rendas – “a renda média das famílias não-pobres é 5,5 vezes maior do que a das pobres em 1999” (Rocha, 2006, p.154) - de modo que parecem operar no sentido de reduzir as desigualdades nas condições de vida entre as duas subpopulações.

Analisando a situação do pobre no Brasil, de 1992 a 1999 (IBGE/Pnad, In: Rocha, 2006), é possível observar que as maiores modificações em seu perfil dizem respeito a elementos de conforto do domicílio, ligados à posse de bens duráveis e ao acesso a serviços públicos básicos, refletindo uma tendência à universalização do acesso ao bem comum ou serviço, como aparelho de televisão e rede elétrica, por exemplo.

É importante lembrar que o nível de renda média quase não se alterou nesse período e que a melhoria do acesso aos bens duráveis foi possível por outras razões, como, por exemplo, o barateamento desses produtos e as estratégias de aquisição. Da mesma forma, a melhoria do acesso a serviços públicos também não está vinculada à melhoria da renda.

Lívio Sansone (sem data) aponta para o desenvolvimento de uma nova pobreza no Brasil. Ao analisar a evolução da pobreza a partir de estudos

intergeracionais na última década, o autor ressalta a existência tanto de continuidades como de rupturas.

Em pesquisas realizadas na Região Metropolitana de Salvador (1992, 1993, 1997), Sansone observou uma grande diferença entre pais e filhos no que diz respeito ao nível educacional, bem como um maior aumento na escolaridade feminina, proporcionalmente aos homens. O autor atenta para a possibilidade desse incremento na escolaridade feminina nas camadas baixas urbanas ser devido à queda da popularidade do casamento (devido à incerteza de poder depender do trabalho do marido) e ao menor acesso das mulheres a alternativas ao trabalho assalariado.

De acordo com tais estudos, o desemprego nem sempre atinge os menos escolarizados, e os jovens são os mais afetados. O aumento da seletividade do mercado de trabalho acaba por minimizar o efeito do aumento do nível escolar dos jovens. Enquanto os pais acreditam que a formação escolar dos filhos é suficiente, simplesmente porque é superior à deles próprios, os filhos se sentem frustrados em seus sonhos profissionais, o que além de criar conflitos nas famílias, desmotiva a continuidade dos estudos. Assim, afirma Sansone (sem data), a “galera” e a televisão se tornam para estes jovens importantes agências de socialização. Nesse contexto a escola vai, aos poucos, perdendo o sentido.

O autor conta que o motivo pelo qual os pais deixavam os estudos era bastante claro: precisavam ajudar na renda da família, ou trabalhando na terra ou se ocupando em atividades informais. Hoje, constata, dos jovens que abandonam a escola, só a metade o faz para trabalhar e ajudar no orçamento doméstico. A outra metade não sabe explicar o porquê ou como abandonou a escola.

Sansone afirma que a alta taxa de desemprego, sobretudo entre os jovens em busca do primeiro emprego, é ainda maior entre os pobres. Mas a questão do desemprego nos leva ao problema da definição do que se entende por trabalho ou emprego, sobretudo numa população onde grande parte das pessoas trabalha sem carteira assinada. Para o autor, questões como essa, de interpretações altamente subjetivas, interessam e dividem as classes baixas ao longo de linhas ligadas, sobretudo, a faixas etárias e nível escolar:

“Os jovens em geral, e quem tem um nível escolar acima do segundo grau, tendem a dividir mais nitidamente emprego de desemprego e biscate de trabalho/emprego. Estes dois grupos se declaram mais facilmente desempregados do , um estigma. Se eles fazem um biscate, isso é para eles um jeito para sobreviver, na espera do ‘trabalho certo’. Os pais, tendem a definir o que para os filhos seria um biscate, como o ‘trabalho mesmo’, e chegam muitas vezes a utilizar o termo profissão para esse tipo de atividade econômica” (Sansone, sem data, p.6)

Entre os jovens, especialmente abaixo dos 25 anos, a maioria são sub ou desempregados, muitos vivendo numa situação de inatividade à espera de um trabalho que corresponda às suas expectativas ou ao seu nível escolar, deixando de procurar aqueles atribuídos a pessoas pouco ou não qualificadas. Para eles, pior do que depender da baixa renda da família é exercer uma atividade que implique a perda de status entre os amigos ou que não corresponda às expectativas criadas pela escola, a mídia e a turma. Os pais desses jovens são em sua maioria empregados sem carteira assinada, exercendo atividades que aprenderam em condições pré-industriais, com as quais se identificam e que lhes trazem status na vizinhança. Muitos acumulam mais de um trabalho, formando o grupo dos hiper-empregados, em contraste à situação dos mais jovens. Para os filhos, tais atividades são consideradas “biscates”, mal retribuídas e fadigasas.

Os jovens estão mais insatisfeitos com o mundo do trabalho e com a própria existência, enquanto seus pais acreditam ter melhorado as condições de existência, podendo proporcionar aos filhos muito mais do que eles mesmos tiveram quando jovens (casas de tijolo, estudo, alimentação). E essa percepção diferenciada do trabalho leva a diferentes prioridades: enquanto para os pais a posição profissional tem grande importância, para os filhos o mais importante é o consumo. Aqueles acreditam na melhoria horizontal da própria condição econômica enquanto estes acreditam mais na melhoria vertical e individual através da passagem da classe baixa à média.

A pós-modernidade trouxe um aumento da proximidade simbólica entre classes diferentes. Nunca foi tão pequena a distância entre as expectativas de diferentes camadas sociais em termos de qualidade de vida, poder aquisitivo e de qualidade de trabalho. Assim, cresce o número de profissões tidas como indignas nas classes baixas, sendo evitadas pelos mais jovens, levando à inatividade e à

dependência da família. Sansone afirma que, diante deste cenário, uma minoria buscaria alternativas na pequena criminalidade (sobretudo os rapazes) e no mercado matrimonial (sobretudo as meninas).

Em um meio onde o status baseado no emprego é precário, a fonte de status passa a ser o poder aquisitivo, atrelado a um novo padrão de consumo. Segundo o autor, haveria uma correlação entre precariedade ocupacional e procura de status no alto padrão de consumo, o que vai refletir nos mecanismos da paquera e na escolha do(a) companheiro(a).

Em suas pesquisas, grande parte das meninas escolarizadas e moradoras de favelas relata ter dificuldades para encontrar, no local onde moram, homens que consigam satisfazer as suas expectativas em termos de status e consumo, o que, em parte, explicaria a preferência de algumas delas por rapazes envolvidos com a criminalidade.

Segundo o autor, haveria também um crescente número de jovens mulheres insatisfeitas com a vida de “esposa de pobre”, o que se confirmaria através da diminuição do número de casamentos, do aumento relativo dos casais que só “se juntam”, e das mães solteiras desde o nascimento do primeiro filho.

Houve, portanto, uma mudança geral do significado do trabalho na vida das pessoas, especialmente nas classes baixas e para aqueles que não têm profissão valorizada no mercado, de modo que o trabalho cada vez menos define o status e a posição da pessoa na sociedade. Os comportamentos que os pais definem como típicos da juventude não são mais limitados, como em sua geração, por etapas tidas como naturais na vida de um jovem adulto, como o casamento, a gravidez e os filhos. Entre as meninas a recusa da condição proletária se reflete no menosprezo para com a figura da mãe pobre, personagem que reuniria aquilo que elas querem a todo custo evitar:

“A renda de muitos homens que a gente acha, dizem elas, somente dá para viver na pobreza; depois de um tempo eles começam a encher a cara e ficar mais tempo fora de casa até que eles arrumem outra na rua. Para que repetir o que tantas das nossas mães já vivenciaram se estamos numa época de direitos da mulher? Por que se continuar a negar o direito ao prazer, ao amor e ao tempo para si? (Sansone, sem data, p.18)”.

Os meninos, por sua vez, argumentam ser difícil satisfazer as meninas de hoje, demonstrando o que Sansone avalia como um recrudescimento das relações de gênero e uma redefinição das relações de poder nelas: “Hoje em dia não dá mais para achar mulher em se ganhando um salário mínimo. Há mais mulher que nunca que preferem namorar bandido e meninas que só querem curtir” (p.18).

Sansone (sem data) aponta também para a afirmação do baile funk como opção de lazer desses jovens e para a popularização do uso da cocaína, conforme descreve um de seus informantes, morador do Cantagalo: “Antigamente, aqui na favela, dia de domingo os maridos enchiam a cara e a mulher, por desespero, freqüentava a igreja católica. Agora, o marido toma uma linha de cocaína, a mulher vai para a igreja pentecostal” (pp.18-19).

Para o autor, a intensificação de tendências já presentes há dez anos trouxe uma revolução em torno de dois eixos de valores: a noção trabalho/consumo e a noção de reprodução/sexualidade, e é na combinação desses eixos que os jovens desenvolvem novas identidades sociais e novas percepções da desigualdade. As identidades sociais construídas por jovens de classe baixa são hoje mais reflexivas do que há dez anos, mais informadas, “estrategicamente sofisticadas e ‘pensadas’ mais do que simplesmente assumidas e ‘vivenciadas’” (p.10), o que traz conseqüências também para a construção de suas estratégias de sobrevivência dentro de um universo socialmente e territorialmente cada vez mais amplo, menos local. Assim, a popularização do culto ao individualismo e a noção de amor romântico figuram como fatores que podem criar novas contradições para os pobres.

Ao que parece, o desenvolvimento de uma nova pobreza no Brasil tem como característica principal a existência de uma mesma noção de cidadania compartilhada por categorias diferentes da população, o que significa compartilhar valores como trabalho, consumo, lazer, respeito dos direitos individuais e liberdade de escolha individual. E essas novas demandas de cidadania podem levar a contradições e frustrações, à medida que não são acompanhadas por um aumento da possibilidade concreta de satisfazer as expectativas, o que acarreta em uma forte sensação de privação relativa: “Sabendo mais pode até se ter a sensação de poder menos” (Sansone, sem data, p.21).

Pecego (1999) lembra que a compreensão social ou o imaginário social acerca da pobreza é comum a todos os espaços, mesmo que, concretamente, o “ser pobre” no Brasil apresente variações de acordo com as regiões e sub-regiões.

Até o início do século XX a visão da pobreza, tradicionalmente cristã, vinculava a ela um valor positivo, superior, dotando o pobre de uma dádiva espiritual, oferecendo a ele instrumental simbólico para suportar e lidar com a situação miserável de vida. A ascensão dos valores modernos (individualistas) e a exaltação do consumo colaboraram para o enfraquecimento de tal visão da pobreza, favorecendo assim uma concepção na qual noções como falta e carência vão além do âmbito material: “a pobreza agora é tida como infortúnio moral” (Pecego, 1999, p.95).

Tal concepção tem colaborado para a associação entre pobreza e marginalidade, associação esta que acabou sendo compartilhada entre os próprios pobres, através da absorção de um discurso que atribui à pobreza as causas e os efeitos das mazelas sociais a que estamos sujeitos². E nesse contexto, conforme veremos a seguir, mais estigmatizados ainda são aqueles que moram em favelas: “Negros, brancos, ‘paraibas’, ‘bairanos’, entre outros atores sociais, são, antes de tudo, pobres, mas são classificados, em geral, pelos formadores de opinião, como pertencentes às ‘classes perigosas’” (Campos, 2005, p.63).

3.1.3 O desenvolvimento da favela

Os primeiros estudos realizados no Rio de Janeiro sobre o espaço urbano e seus personagens populares tiveram como foco o cortiço, considerado no século XIX como o *locus* da pobreza. Era ali que se concentrava a chamada “classe perigosa”, formada por vadios e malandros: “Caracterizado como verdadeiro ‘inferno social’, o cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social” (Valladares, 2000, p.7). Foi designado como o espaço de disseminação de doenças e de vícios, sendo

² Ver NAIFF, Luciene A. M. & NAIFF, Denis G. M. A Favela e Seus Moradores: Culpados ou Vítimas? Representações Sociais em Tempos de Violência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 5, no. 2, pp. 107-119, 2º semestre de 2005 (2005).

então denunciado e condenado pelo discurso médico-higienista, o que levou a medidas administrativas, como a proibição da construção de novos cortiços no Rio e a destruição de vários deles (“bota-abaixo”), culminando com a destruição do maior de todos, o “Cabeça de Porco”.

No início do século XX, o desejo de tornar o Rio, então capital do país, mais atraente para o mercado internacional, culminou num plano de reurbanização, desenvolvido pelo engenheiro e prefeito da cidade, Pereira Passos. O ataque às moradias pobres e a seu modo de vida precário foi a medida tomada a fim de pôr em prática o projeto de modernização e saneamento.

Essa forma habitacional foi considerada por muitos estudiosos como a “semente da favela”. Já se notava no interior do “cabeça de Porco” a presença de casebres e barracões, e o projeto de reurbanização do centro da cidade propiciou a ocupação ilegal dos morros no início do século XX. Na origem do processo de favelização encontra-se o Morro da Favela, famoso por abrigar ex-combatentes da guerra de Canudos. Originalmente denominado Morro da Providência, foi rebatizado pelos imigrantes baianos.

Nessa época, grande parte da população pobre era de ex-escravos e seus descendentes, passando pelo difícil momento de ajustamento pós-abolição, e havia ainda um grande fluxo de imigrantes em processo de adaptação. A forma de sociabilidade destes grupos incluía o caráter provisório e improvisado das habitações, além de articulações solidárias entre as famílias. Representando um entrave à modernização, muitas habitações foram demolidas, numa tentativa de se extinguir o que era considerado o foco da desordem e das epidemias. Tal situação levou muitos trabalhadores a se juntarem a outros que já viviam em estruturas improvisadas nas terras marginais do Rio de Janeiro.

A infra-estrutura das cidades fez com que os grupos pobres perdessem seus antigos papéis, muitas vezes ligados à manutenção da casa-grande. Os planos governamentais de modernizar a cidade nos moldes culturais e estéticos europeus, não incluíam os pobres, que tinham que se adaptar aos novos contingentes urbanos como possível. No Rio, muitas famílias pobres, muitos ex-escravos foram se

instalando em antigos sobrados no centro, os cortiços, ou em regiões periféricas ou nos morros, o que logo se chamou de favela.

Assim, os barracos, despossuídos de serviços urbanos, representavam a forma mais barata de moradia na cidade. Também nas zonas sul e norte do Rio mais favelas apareciam nos terrenos desocupados.

“Embora as favelas não tivessem nem mesmo os escassos serviços urbanos e equipamentos sanitários dos subúrbios, geralmente estavam situadas mais perto dos locais de trabalho e ofereciam mais ar e luz do sol do que as casas de cômodos, centrais, porém mais caras. Para uma minoria de pobres urbanos, no início do século XX, as favelas representavam a melhor opção disponível de moradia” (Hahner, 1993, p.188).

Sendo assim, o projeto de modernização não obteve sucesso. As famílias, varridas do centro, se abrigaram nas margens da cidade, longe dos padrões e dos olhares da elite. A diversidade de etnias contribuiu para a riqueza das manifestações culturais e populares. Suas vidas e famílias foram reconstruídas da maneira que lhes foi possível.

“Obrigados a restaurar noções e valores lesados pela experiência da escravidão, os escravos e os ex-escravos recompunham o sentido de família em direções amplas, estendendo-as das células nucleares para o contexto de grandes parentelas, mobilizadas por meio de hierarquias e de vínculos religiosos, de parentescos de fundo étnico ou aqueles forjados no tráfico e nas quais os designativos *pai, mãe, tia* eram utilizados em relações que superavam as da simples consangüinidade” (Wissembach, 1998, p.123).

Outro fator importante nesse contexto foi a intensificação do processo de industrialização no século XX, que colaborou para o aumento da migração do campo para a cidade, aumentando o número de famílias pobres em situação precária nos centros urbanos, bem como a impressão de desordem, e tornando ainda mais evidente a desigualdade:

“O temor social, que nas épocas anteriores à abolição provinha da figura dos escravos, em suas rebeldias domésticas, suas revoltas coletivas e ligações pontuais com a plebe urbana, espriava-se agora na direção de figuras multifacetadas de diferentes etnias e composições de mestiçagem, que iam do branco estrangeiro ou nacional pobre, passando pelo mulato e chegando ao negro retinto, localizados indistintamente nas moradias coletivas e nos cortiços, nas áreas insalubres da cidade, invadindo cotidianamente as ruas, os mercados e as praças públicas” (Wissembach, 1998, p.92).

Costa (1979) lembra que, para que o projeto de modernização na virada do século XX fosse posto em prática, era preciso contar com o apoio irrestrito da classe

dominante, que até então receava a perda do seu poder, representando uma potência resistente a ser combatida pelo Estado em consolidação.

“Para tal, o governo contou com os aparatos científicos, em franco desenvolvimento na época, intervindo diretamente na família ao alegar a ignorância desta para inúmeras atividades e responsabilidades que assumia até então” (Pecego, p.22, 1999).

O cotidiano foi reconstruído em nome da saúde. Uma vez incorporados nas classes dominantes, os novos hábitos higiênicos estariam aos poucos sendo disseminados ao longo de toda a sociedade. O Estado passou a contar cada vez mais com a elite, que se empenhava neste movimento para o progresso: a modernização. Nas famílias pobres, o controle era mais punitivo do que educativo, até porque muitas vezes as intervenções das autoridades nesta população não eram docilmente aceitas, como por exemplo, a Revolta das Vacinas, em 1904.

A pobreza representava, portanto, um empecilho ao projeto modernizador, e foi através de formas violentas que algumas medidas higiênicas foram tomadas com relação às populações pobres. O escravo representou o primeiro desafio sanitário, tendo em vista a dificuldade de se convertê-lo à ordem médica, sem abrir mão das injustiças que a sociedade lhe reservava. Buscava-se modificar alguns de seus hábitos, mas sem alterar a sua posição social e os seus ideais de mudança.

Essas experiências mostraram que a remoção da população pobre do território das elites nem sempre é possível ou traz o resultado desejado. O discurso excludente torna-se, então, fundamental na segregação social, de modo a assegurar uma diferenciação, numa tentativa de se impor uma ordem normativa. Atualmente há uma crescente interdependência entre diferentes camadas, levando as elites a tolerar essa proximidade indesejada da massa trabalhadora: “A vizinhança, tão renegada, tornara-se cumulativa, tão necessária quanto incontornável, próxima mas arredia (...)” (Marins, 1998, p. 213). Assim, as famílias abastadas contam com a mão-de-obra dos pobres, numa dinâmica que garante o estilo de vida de uns, e a sobrevivência de outros.

3.1.4 A favela vista de outro ângulo

Em cem anos de evolução da favela, podemos dizer que muitos daqueles mecanismos de dominação e segregação continuam presentes ainda hoje. Também no imaginário social pouca coisa mudou. Na prática, entretanto, podemos identificar algumas mudanças, ou mesmo constatações, quase que imperceptíveis aos olhos da maioria. Nesse sentido, Brum (2003) mostra o quanto a definição de favela oferecida atualmente pelo IBGE não mais condiz com a sua realidade, tornando-se mesmo inadequada. A favela é definida como “aglomerado subnormal (favelas e similares) é um conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (p.1).

De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, em 2000, nas três maiores favelas do Rio, os dados sobre a quantidade de domicílios atendidos por rede geral de água não condizem com tal definição. A Maré tem quase a totalidade dos seus domicílios atendidos: 99,9%, e a Rocinha e o Complexo do Alemão com, respectivamente, 97,3% e 97,9%. O mesmo ocorre com os índices relativos à coleta de lixo: Na Rocinha, 99,9% dos domicílios são atendidos, na Maré, 94,9% e no complexo do Alemão, 99,3%.

Curiosamente, dados levantados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1997 (IPLANRIO) apontaram que as dez favelas cariocas com melhores índices de qualidade de vida registravam indicadores acima da média de toda a cidade. Enquanto o Rio apresentava 3,9% de água inadequada, nas favelas este índice era de 2,62%. Quanto à taxa de esgoto e coleta de lixo inadequados, o Rio também sai na frente, com 2,1 e 2,7 pontos percentuais acima da média das favelas.

Assim, a favela não pode continuar a ser definida por uma suposta ausência de serviços públicos, bem como por ocupações irregulares, visto que muitas delas já conseguiram o título de propriedade, e as construções ilegais de residências de classe média e alta são ocorrências cada vez mais noticiadas pela imprensa.

O próprio termo “favela” já não comporta, por si, a complexidade e a variedade de tipos com os quais nos deparamos atualmente.

“Existem favelas e favelas, e mesmo dentro de cada uma as variações entre suas partes, áreas, sub-áreas, microáreas, é enorme. Vemos então que o termo favela na verdade, em que pese a aparente evidência do que significa, pode abranger localidades que apresentam tantas distinções quantas são as favelas do Rio de Janeiro” (Brum, pp.3-4).

Perlman (1987) chama a atenção para o fato de muitas das idéias que permeiam o imaginário popular a respeito das favelas estarem equivocadas. Uma dessas idéias errôneas diz respeito ao tipo de pessoa que habita a favela. Para ilustrar tal pensamento, cita o trecho de um documento de 1968 da Fundação Leão XIII:

“As famílias chegam do interior, puras e unidas – por vias legais ou não – em uniões estáveis. A desintegração começa nas favelas, como consequência da promiscuidade, dos maus exemplos e das dificuldades financeiras. As crianças presenciam o ato sexual; moças jovens são seduzidas e abandonadas; engravidam e não sentem vergonha... A cachaça e as drogas abafam as frustrações, as humilhações e a deficiência de alimentos, características da vida na favela. A noite pertence ao crime... Na calada da noite escutam-se os gritos de socorro, mas ninguém tem coragem de acudir, com medo de tornar-se a próxima vítima... A polícia raramente penetra na favela e, nesses casos, só em grupos” (p.41).

A autora descreve aquilo que denominou “o mito da marginalidade”, uma extensa variedade de estigmas que marcam o favelado, e que constituiria a “sabedoria convencional”:

“Além de serem acusados de colapso social, crimes e prostituição e de difícil adaptação, são considerados parasitas da economia, gastando os recursos vitais de serviços sem dar nada em troca. Finalmente, presume-se, do lado da esquerda como da direita, que se tornem uma ameaça violenta e radical, visto que suas frustrações e comparações invejosas com a riqueza em seu redor se transformam em ódio, canalizado contra o sistema político, se não na primeira geração, com certeza na segunda” (p.42).

Uma outra idéia errônea diz respeito aos motivos que levam as pessoas a viverem em favelas. Perlman (op.cit) destaca que, apesar de muitos deles estarem ali por serem excluídos da habitação formal ou do mercado de trabalho devido à escassez de renda ou de conhecimentos especializados, outros tantos ali estão por opção. Não seriam poucas as famílias que teriam outras opções para moradia, mas não o fazem a fim de minimizar as despesas de habitação, maximizando assim outros valores, como estilo de vida, proximidade do mercado de trabalho, educação, entre outros.

Quanto à natureza dos assentamentos informais, a autora afirma que as favelas são altamente organizadas em si mesmas, bem como perfeitamente integradas ao resto do sistema de habitação. É muito comum o aluguel, sublocação ou arrendamento de moradias nessas áreas. Segundo Perlman (op.cit), não são poucos aqueles que contam com unidades destinadas à locação, tendência que vem aumentando nos últimos anos, com a crescente saturação tanto da cidade como da periferia.

A imagem da “habitação padrão” constitui um outro fator indutor de idéias errôneas sobre a favela. Fatores como a proximidade do local de trabalho, segurança, serviços urbanos como água encanada, eletricidade e esgoto representam prioridades que estão acima do aspecto físico da moradia tida como padrão e idealizada por setores do governo responsáveis por projetos de habitação popular.

Diante dessas constatações podemos concluir que boa parte dos discursos acerca da favela carece de informações concretamente fundamentadas. Assim, hoje como no início do século XX, ainda nos deparamos com uma série de medidas voltadas para a favela e que supostamente beneficiariam a sociedade como um todo, mas que na verdade pouco contribuem para o suprimento das reais necessidades da população favelada.

3.2

Família e casamento nas camadas pobres da população

3.2.1

A família pobre nas abordagens históricas

O historiador Luciano Figueiredo (1995) realizou um estudo sobre a família mineira no século XVIII, utilizando como fonte as devassas³ episcopais, que consistiam em registros de denúncias feitas a visitantes que percorriam o estado

³ Figueira cita as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707*, fl. 1056 (livro V, título 39 [Das Devassas]), que definem tal prática: “as devassas a que o direito chamou inquirições são uma informação do delito, feita por autoridade do juiz ex-offício. Foram ordenadas para que não havendo acusador não ficassem os delitos impunidos (...)”.

vigiando e punindo aqueles que transgredissem as normas de conduta exigidas pelos rigorosos padrões cristãos.

Assim pôde observar que, entre os diversos “crimes” apontados, aqueles associados à vida familiar sobressaíam, tais como: a coabitação, violências no domínio conjugal, paixões pelas parceiras, celebração de batizados de filhos de relacionamentos consensuais, dentre outros.

Sem regulamentação legal ou religiosa, este tipo de organização familiar era associado à desordem moral e à desorganização. E esta era a forma de organização que caracterizava a vida familiar dos grupos populares.

A necessidade da família legítima foi um dos grandes paradigmas da ordem colonial. Nesta época, os chamados “tratos ilícitos” entre homens e mulheres estavam entre os crimes mais investigados e punidos. Esses crimes eram investigados a partir de denúncias feitas por testemunhas convocadas pelo visitador, pertencentes aos grupos intermediários da sociedade mineradora. No entanto, mesmo com toda esta vigilância, as mais variadas formas de relacionamento entre casais pareciam multiplicar-se. Igreja e Estado uniram-se então na luta pela disseminação e preservação da família legítima, e para tanto “cabia disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e a carne” (Figueiredo, 1995, p. 21).

Já nos primeiros anos de colonização portuguesa no Brasil, é possível notar o esforço do Estado e da Igreja no sentido de estimular a formação de famílias legais e evitar o relacionamento afetivo entre portugueses e a população nativa. Enquanto a Igreja o fazia através do incentivo às uniões entre portugueses e órfãs ou meretrizes, a fim de se evitar o pecado e aumentar a população, “no serviço de Deus”, o Estado tratava de enviar ao Brasil mulheres punidas pelo degredo. O objetivo comum era aumentar o contingente de mulheres brancas na colônia e assim formar núcleos familiares de origem portuguesa. No entanto, estas medidas não foram suficientemente eficazes para se alcançar os fins desejados, de modo que as uniões livres teriam não apenas se generalizado, como também teriam sido marcadas logo cedo pela miscigenação, tornando a família legítima, formada por casais brancos, um projeto cada vez mais distante.

Com o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais, no século XVIII, mais especificamente após a montagem do aparelho administrativo e a definição da urbanização do território, medidas mais consistentes teriam sido tomadas em prol da família legítima. A carta de D. João V ao então governador D. Lourenço de Almeida nos dá uma noção da estreita relação entre a legitimação da família e a manutenção do poder do Estado:

“Procureis com toda a diligência possível, para que as pessoas principais, e ainda quaisquer outras tomem o estado de casados, e se estabeleçam com suas famílias reguladas na parte que elegeram para sua vocação, porque por esse modo ficarão tendo mais amor à terra, e maior conveniência do sossego dela, e conseqüentemente ficarão mais obedientes às minhas reais ordens, e os filhos que tiverem do matrimônio os farão ainda mais obedientes (...)” (Laura Vergueiro, 1981, In: Figueiredo, 1995, p.26).

Assim como em Portugal, o casamento possuía também uma dimensão política. O reduzido número de mulheres brancas de origem portuguesa, e em idade de casar, se mostraria um forte obstáculo à vontade do Rei, o que levou o governador a sugerir a proibição das idas de mulheres do Brasil para serem freiras em Portugal, proposta aceita dez anos mais tarde, devido à lentidão da burocracia.

“Hei por bem ordenar que todo o Estado do Brasil não venham mulheres para esse Reino sem licença minha. Sendo-me presentes os motivos por que no Brasil não há mais crescimento de gente, em grande prejuízo do aumento e povoação daquele Estado, sendo a principal causa dessa falta o grande excesso, que há, em virem para esse reino muitas mulheres, com o pretexto de serem religiosas, violentadas por seus pais, ou mães, constringendo-lhes as vontades, que deviam ser livres para elegerem estado, de que resulta faltarem essas mulheres o matrimônio, que convém aumentar no Brasil (...)” (*Coleção Cronológica de Leis Extravagantes...*, 1819, In: Figueiredo, 1995, p.27).

Mas essas medidas voltavam-se para as “valiosas mulheres brancas”, já que o desequilíbrio entre elas e os homens de mesma condição os levava a manter relações com mulheres negras ou mulatas. O objetivo era preservar a pureza de classe dos “homens bons”, já que esta representava também um critério para o acesso a cargos de importância política. O poder metropolitano no governo deveria ser representado por homens brancos:

“Dessa forma ficarão aqueles ofícios dignamente ocupados e poderá conseguir-se que os homens daquele país procurem deixar descendentes não defeituosos, impuros, vendo que de outro modo não podem alcançar, nem para si,

nem para os seus, os empregos de maior distinção e honra das terras em que vivem...” (Figueiredo, 1995, p.29, In: C. R. Boxer, 1963, p.187) ⁴.

Entre os grupos sociais “desorganizados” e “desobedientes” não se poderia pretender a pureza racial, de modo que as autoridades trabalhavam no sentido de difundir a prática do matrimônio sob a legitimação da Igreja. Uma vez que o patriarcalismo incidiu de forma atenuada em Minas, o governo se viu obrigado a ter de estender o seu controle sobre os sistemas de alianças e parentesco nas classes mais baixas.

Ainda sob os efeitos da reforma católica e do Concílio de Trento, no século XVIII a Igreja fazia enorme esforço para afirmar-se institucionalmente. A difusão dos sacramentos representou, assim, um elemento essencial na disseminação do cristianismo, tendo o casamento posição de destaque entre eles. A indissolubilidade e estabilidade do vínculo conjugal, além de assegurar a reprodução da espécie, ligaria os povos à terra, ordenaria os afetos e disciplinaria a sexualidade. Mas para que isso ocorresse, era preciso não só difundir o matrimônio, mas também combater o concubinato. Para tanto, o clero local atuava permanentemente, cuidando tanto da assistência espiritual quanto do controle das condutas morais das populações. Mas mesmo assim muitos não deixavam de cometer o “delito”. Para o clero era impossível controlar tamanho contingente em situação de união consensual. Além disso, muitos casos de indisciplina entre os clérigos contribuíram para a desmoralização desta classe, que perdia assim sua credibilidade e poder de persuasão.

Somando-se a isso, havia a dificuldade da maioria da população em arcar com as despesas cobradas pela Igreja para a realização dos casamentos. Como a população era extremamente móvel, tornava-se difícil providenciar e custear as inúmeras certidões a fim de afastar os impedimentos ao matrimônio. O pagamento do pároco para a celebração da cerimônia tornava o casamento extremamente caro e, portanto, inacessível. Impossível também era estender o matrimônio à população escrava, visto que isso esbarrava na exigência de certa autonomia, inexistente entre pessoas que viviam sob a tutela de um proprietário.

⁴ (Ata do Conselho Ultramarino de 25 de setembro de 1725, sugerindo ao rei que fosse proibido aos homens de cor o exercício de cargos nas câmaras municipais).

Figueiredo (1995) argumenta que todo esse rigor institucional da Igreja para a administração do casamento acabava por jogá-la num paradoxo. Ao mesmo tempo em que intervinha maciçamente na vida familiar, não possibilitava, através de mecanismos adequados, que a população sem recursos usufruísse dos sacramentos cristãos. As uniões extraconjugais denunciadas nas devassas perpassavam, portanto, as camadas populares e as intermediárias, fazendo do concubinato a relação familiar típica destes setores.

Segundo o autor, a incapacidade da Igreja de reestruturar as exigências para a realização do matrimônio, adaptando-se às características da realidade colonial, condenou ao fracasso o projeto de disseminação da família legítima entre a população mineira. Mesmo temendo represálias, a população aprendeu a resistir “pela força de seu cotidiano”. Neste cenário, as visitas foram pouco eficazes para uma normalização dos comportamentos. Além das razões já mencionadas, o autor conta que não eram muitas as delatações feitas pelas testemunhas, apontando como uma das possíveis causas para isso a não adesão popular à repressão dos comportamentos afetivos e familiares que contradiziam a moral cristã. Ele afirma ainda que a crença exagerada, por parte da Igreja, na transmissão de normas e valores da cultura dominante para a cultura das classes populares demonstra um desconhecimento daquela a respeito do exercício de formas de resistência desses grupos.

A conjugalidade na sociedade mineira colonial, de um modo geral, não se enquadrou nos ditames religiosos, adequando-se às exigências do cotidiano. Fatores como a instabilidade social e a rotatividade de grande parte da população masculina tornavam difícil a manutenção do matrimônio conforme o modelo institucionalizado.

Era inexpressivo o número de casamentos envolvendo ao menos um dos cônjuges na condição de escravo. Tendo em vista a marcante presença desta população na sociedade mineira daquela época, somadas às dificuldades anteriormente citadas, conclui-se que nunca foi alta a proporção de casamentos legítimos envolvendo esses grupos.

Entre os escravos urbanos, que possuíam certa autonomia, era comum que se estabelecessem uniões consensuais que escapavam ao controle do proprietário. Nas

regiões rurais era possível ainda que se constituíssem famílias de escravos, que eram preservadas também como unidade de comércio.

Para os proprietários, era mais desejável promover relacionamentos consensuais entre os cativos, visto que sua dissolução não configuraria um problema, do que arcar com a indissolubilidade do casamento cristão e lidar com seus efeitos possivelmente negativos. Ao mesmo tempo, a separação de escravos casados através da venda era condenada, inclusive pela Igreja.

Citando Leite (1985, In: Figueiredo, 1950), Figueiredo afirma que as famílias ricas induziam os casamentos de seus escravos domésticos para dar continuidade aos serviços, mas impediam os casamentos dos demais a fim de evitar a diminuição do seu valor de venda.

Neste contexto, os casamentos entre escravos sofriam contradições decorrentes da implantação de um modelo cristão de família. Era impossível ao marido exercer sua plena autoridade, tal qual predizia o modelo cristão de família, se sua esposa fosse escrava. Isso comprometia a sobrevivência do casamento e gerava violentos conflitos em família. Nestes casos, a força do senhor sobre suas propriedades se sobrepunha ao poder da Igreja.

O modelo de casamento que inspirou a Igreja na regulamentação desse sacramento na colônia tinha como preceito fundamental a indissolubilidade. Mas a realidade social no Brasil colônia, marcada profundamente pela escravidão e pela extrema mobilidade da população, era completamente diversa da européia, de modo que não somente a prática do casamento, mas também seu caráter pretensamente indissolúvel, não se generalizaram. Assim, a noção de casamento nas camadas populares se tornou muito suscetível às exigências materiais e aos desejos imediatos.

Com a incapacidade da Igreja de superar suas contradições em função da difusão do casamento, foi impossível que ele se legitimasse como instituição. Desse modo, a conjugalidade nas camadas mais empobrecidas possuía normas muito flexíveis, que em geral iam contra a moral cristã, como por exemplo, a separação de domicílios, de corpos, a prática do adultério e violências.

Segundo Figueiredo (1995), a violência conjugal ameaçava diretamente a estabilidade do matrimônio, visto que muitas vezes acarretava em abandonos (do

marido ou da esposa), ou no estabelecimento de novas relações, os concubinatos. Para a Igreja, estes acontecimentos preocupavam mais pela perturbação à paz e à continuidade conjugal do que pela violência em si. Isso explica a preocupação dos visitantes em combater as rugas e tensões no domínio conjugal.

O autor conta que eram inúmeros os casos dos maridos que maltratavam ou até deixavam suas esposas para viver com suas escravas, de forma que estas, sim, recebiam o carinho e devoção que nunca dedicaram às primeiras. “Definitivamente, parecia que o sentimento inquieto do amor em Minas Gerais não encontrava seu lugar no casamento” (Figueiredo, 1995, p.90). As esposas ficavam, então, em posição extremamente vulnerável, suscetíveis não só à violência mas também ao descaso dos maridos. Quando do conhecimento das visitas pastorais, esses homens eram punidos, multados e tinham de assumir o compromisso de voltar a cumprir com suas obrigações conjugais, livres de violências. Conforme vimos anteriormente, não havia a intenção, por parte da Igreja, de proteger as esposas vítimas, mas sim de preservar o caráter indissolúvel do casamento cristão. Mas o real temor da Igreja passava pela figura da mulher, “gênero tão propenso ao pecado”. Assim, caberia ao homem a administração do casamento, “pelo perigo a que expõe a sua mulher de pecar e ofender a Deus vendo-se maltratada e oprimida” (AEAM, Devassas, 1730-1, fl 21 v-79, In: Figueiredo, 1995).

As especificidades da vida cotidiana em Minas colonial levaram a uma não legitimação social do caráter indissolúvel do casamento, do qual a Igreja não abria mão. Muitas separações definitivas ocorreram, algumas por iniciativa da mulher, escapando ao controle legal, e passando a ser julgadas pela moral da comunidade. Nestes momentos, eram de suma importância o apoio do grupo familiar e a rede de solidariedade da vizinhança. Era comum que mulheres separadas voltassem a viver com os pais ou com vizinhos amigos que a protegessem da ira dos maridos. Um outro motivo que justificava a separação era a existência de doença contagiosa.

Muitas esposas resistiam à reaproximação dos maridos, mostrando-se independentes, o que não condizia com a imagem de submissão feminina esperada pela moral cristã. Quando não havia evidências de tensões conjugais, essas mulheres eram condenadas pela sociedade como pecadoras e desviantes. Aquelas que optavam

pela separação sem que os motivos fossem considerados legítimos eram tidas como “vagabundas”, “escandalosas meretrizes”, “adúlteras” (Figueiredo, 1995), ao passo que depreciação semelhante não ocorria com os maridos que agiam dessa mesma forma.

A essas separações geralmente se seguiam uniões consensuais, de forma que, aqueles que já eram perseguidos por serem separados, sofriam nova perseguição por contraírem união não legitimada religiosamente. Ainda assim o concubinato representava uma opção muito mais próxima da vida cotidiana, pois era mais imediata, menos dispendiosa e desligada de obrigações burocráticas e institucionais, configurando deste modo um inimigo “implacável” para a Igreja.

Em estudo sobre a família na sociedade paulista do século XIX, Samara (1987-88) pôde perceber uma íntima relação entre casamento, cor e grupo social, donde conclui que os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada. Os casamentos representavam, nesta época, uma opção apenas para certa parcela da população, ficando circunscritos aos grupos de origem e unindo interesses entre a elite branca. No entanto, a fusão de grupos sociais e raciais continuou a ocorrer paralelamente, através das uniões esporádicas e da concubinação.

Embora entre as camadas mais pobres a escolha do cônjuge obedecesse a critérios menos seletivos e preconceituosos, mesmo nesses casos os matrimônios eram mais comuns entre componentes de um mesmo estrato social ou étnico. Os arranjos matrimoniais eram, portanto, realizados segundo critérios e valores morais, implícitos a cada grupo social.

A validade dos casamentos desiguais ou mistos era duramente contestada a fim de se garantir a harmonia conjugal, conforme podemos perceber através do discurso de D. Francisco Manoel de Melo, publicado em Lisboa, em 1747, e transcrito por Samara (1987-88):

“uma das coisas que mais podem assegurar a futura felicidade dos casados, é a proporção do casamento. A desigualdade no sangue, nas idades, na fazenda causa contradição, discórdia. E eis os trabalhos por donde vem. Perde-se a paz, e a vida é um inferno. Para a satisfação dos pais convém muito a

proporção do sangue; para o proveito dos filhos, a da fazenda; para o gosto dos casados, as idades”⁵.

Apesar de legalmente permitidos no Brasil após a independência, essas uniões entre “pessoas desiguais” continuavam a ser desaconselhadas e criticadas, o que não significa que deixassem de ocorrer, mas, pelo contrário, as duras críticas sugerem uma persistência incômoda.

Conforme foi visto, eram estimuladas as uniões entre iguais, ou seja, entre aqueles pertencentes à mesma religião, mesma classe social, mesma nacionalidade. Mas com o passar do tempo ficou mais escassa a oferta de cônjuges elegíveis, o que estimulou a fusão de grupos, provocando alterações no quadro social.

Segundo Samara (1987-89), este contexto não favorecia a eleição do amor como estímulo para o casamento, de modo que este aparecia mais como consequência da vida em comum. Em sua análise de testamentos, a autora encontrou mais comumente referências à estima, dedicação e gratidão do que especificamente ao amor do casal. Carinho e amor eram mais relevantes nos casamentos dos mais pobres, onde os padrões de moralidade eram mais flexíveis e pouco havia a se dividir, o que pode explicar a maior facilidade com que se desfaziam as uniões entre esses indivíduos, já que a separação ou um novo concubinato não teriam graves repercussões.

Willems (1954) chama a atenção ao fato de que, para as classes pobres, a instituição familiar não é desenvolvida em torno da propriedade particular, característica das classes médias e altas. A ausência de maiores interesses econômicos em torno da união matrimonial facilitaria o acordo entre as famílias.

Azevedo (1966) fala acerca da preferência das classes baixas por uniões conjugais consensuais em meados do século XX. Segundo o autor, o concubinato era mais freqüente nesse estrato devido ao alto custo do casamento oficial, seja ele civil ou religioso, sendo este também considerado pouco necessário para a estabilização do laço conjugal. Em estados como a Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, cujas economias estiveram fortemente ligadas à escravidão, os índices de uniões livres apresentavam-se mais elevados.

⁵ Melo, D. Francisco Manoel de, Carta de guia de casados, Coimbra, Oliveyra Impressor, 1747 p. 8 e 9, Em: Samara, 1987-88, p. 96.

O autor também atribui às classes baixas um maior índice de separações, apontando como um dos fatores de influência na estabilidade conjugal a freqüente migração de um dos cônjuges, geralmente das áreas rurais para as regiões metropolitanas. Nesses estratos a virgindade não era tão valorizada como nas classes superiores, e o recasamento era encarado de maneira menos conflituosa.

Para Azevedo (op.cit), fatores como a experiência do trabalho escravo, as dificuldades econômicas e o analfabetismo se mostraram decisivos na produção de diferenças de comportamento entre a classe baixa e as demais.

3.2.2

Um novo olhar sobre a família pobre

O modelo de família patriarcal apresentado por Gilberto Freyre aparece como uma das primeiras e principais representações do que se procurava formular como “família brasileira”. A família era definida como “constituída por um grupo extenso formado pelo patriarca, sua mulher, concubina, filhos e vasta rede de parentesco e agregados (...)” (Diogo, 1989, p.12). Tal modelo referia-se à sociedade agrária da época e era instituído sempre a partir da visão de um grupo de elite, sendo visto como a forma de organização familiar predominante, de modo que, mesmo quando não existia como prática, geralmente nos estratos sociais mais baixos, o mesmo se fazia presente, levando Freyre a denominá-los como grupos “parapatriarcais”, “semipatriarcais” ou “antipatriarcais”. Este modelo aparecia ainda como um ideal absorvido pela sociedade, a ser atingido: “sempre que possível, isto é, quando ascendiam socialmente, os indivíduos dos estratos mais baixos realizavam o modelo de família patriarcal” (Diogo, 1989, p.13).

A estrutura patriarcal começa a ser compreendida como indo além dos domínios da família e passa a ser considerada como matriz daquela sociedade em formação. Posteriormente vai assumir o caráter peculiar da família brasileira e, conseqüentemente, de toda a organização social.

Para Mariza Corrêa (1994), a referida obra de Gilberto Freyre favoreceu uma visão simplificada da sociedade colonial, como se tudo se restringisse à casa-grande

ou à senzala, ao senhor ou ao escravo. Sendo este o modelo tradicionalmente utilizado como parâmetro, todos os outros modos de organização familiar, quando abordados, apareciam como subsidiários dele. Para a autora, aqueles que se contentam com os modelos dominantes para compreender o todo social estariam, além de iludidos, contribuindo, também violentamente, para a continuidade de uma história de dominação, e reproduzindo uma compreensão da sociedade à imagem e semelhança do modelo dominante.

Corrêa (1994) exemplifica algumas das diversidades sociais que também faziam parte da vida colonial, como por exemplo, a distribuição do trabalho agrário, cuja complexidade não poderia se restringir à descrição da vida do engenho. É possível constatar grande diversidade no próprio engenho, que incluía, além de escravos, senhores, trabalhadores assalariados livres, técnicos do trabalho do engenho, comerciantes, “agregados”. A autora ressalta que pode se tornar nociva uma noção de família referida unicamente ao modelo patriarcal, contribuindo na prática para a marginalização de outras alternativas familiares. A família patriarcal existiu e foi importante, mas não consistiu o único modelo familiar.

“Não se está sugerindo a inversão do processo e o estudo do ‘desorganizado’ ou do ‘inorgânico’ (...) como parâmetro da constituição da sociedade brasileira, mas parece importante dar conta da existência de uma tensão permanente entre os impositores de uma ordem pré-definida e aqueles que resistem cotidianamente” (Corrêa, 1994, p.37).

Essas reflexões nos levam a questionar também as generalizações feitas a respeito da família conjugal moderna. Se considerarmos que esta deriva da família patriarcal, supomos que o processo de industrialização e urbanização vem sempre acompanhado por um processo paralelo de redução, racionalização e triunfo do individualismo. Corrêa argumenta que a identidade entre os processos econômicos de uma determinada época e os processos sociais decorrentes não é automática. Para suportar as pressões do mundo capitalista, talvez as redes de relações tivessem de ser mais extensas, especula a autora. Assim, não podemos, afirmar que as formas de organização familiar sigam este padrão determinista, sem antes fazer um exame das possibilidades de articulação dos fatores econômicos, sociais e políticos subjacentes a essa sociedade.

Devemos, portanto, fugir das simplificações que retratam a família patriarcal rural e a moderna família conjugal urbana como extremos, que não levam em conta a complexidade dos fatores envolvidos no desenvolvimento da sociedade brasileira. É importante ressaltar que este processo não se deu de maneira uniforme ou unilateral. A massa das camadas inferiores não aguardava passivamente as imposições de uma classe que possuía o poder de ditar as normas, mas resistia cotidianamente, gerando uma tensão permanente. Por isso, a autora fala da impossibilidade de se escrever a história da família brasileira, já que o panorama em questão é muito mais rico, de modo a fazer coexistir dentro do mesmo espaço social várias formas de organização familiar.

Sabemos que o papel da família patriarcal é uma referência obrigatória no estudo da sociedade brasileira, mas a dimensão e os limites por ela assumidos devem ser discutidos. Ela surge como representação de família enquanto um grupo estruturado numa hierarquia, uma estrutura de relações entre desiguais, e a sua abrangência para outros estratos ou classes sociais é bastante criticada por diversos autores, dentre os quais Ângela Almeida e Roberto DaMatta e, conforme foi visto, Mariza Corrêa. No entanto, este mesmo modelo continua sendo legitimado pela sociedade, mesmo que em condições adversas à sua realização, de modo que, aquelas situações onde não pode ser concretizado são, em referência a ele, definidas negativamente: "'solteirona', 'mãe solteira', 'mulher abandonada', 'mulher que sustenta a casa'" (Almeida, 1987).

Emilio Willems (1954) levanta a possibilidade da existência de variações estruturais da família em função da classe social a qual pertence. Assim, as condições concretas de vida diferem de acordo com as diferentes classes sociais, o que pode levar a diferentes configurações estruturais da família, tanto no plano associativo quanto no ideológico. Para Willems (op.cit) as classes pobres não seguem exatamente os mesmos modelos da cultura dominante, havendo, portanto, restrições na caracterização da "família brasileira" como um todo. Somam-se a isso as diferenças entre as regiões do país e com relação a alguns hábitos culturais. Por exemplo, segundo o autor, nas classes baixas há pouco tempo de namoro e quase não existe noivado, e as limitações financeiras fazem com que haja uma predominância do

casamento religioso sobre o civil, que além de dispendioso perde um pouco sua significação quando não estão em jogo interesses econômicos. Deste modo, famílias de classes sociais diversas podem ser atingidas de maneiras distintas pelos efeitos das tensões e pressões advindas de processos sociais como a urbanização, a industrialização e a comunicação de massas. Nesse sentido, é importante que a incompatibilidade entre uma estrutura em transformação e os estereótipos correntes sobre a família não seja confundida com "desorganização" ou "desintegração".

Em consonância, Bilac (1979) reconhece a importância que os processos de industrialização e urbanização têm sobre a família, mas ressalta que tais processos ocorrem em determinadas estruturas sociais, que por sua vez possuem características específicas.

A autora considera a família "como um dos componentes de um dado sistema social, interagindo com outras instituições, outros grupos sociais, afetando-os e sendo por eles afetada" (p. 19). Sendo assim, toma a família como unidade de convivência, onde as relações entre pais e filhos, esposas e esposos, envolvem várias dimensões afetivas, culturais, etc. Portanto não se deve reduzir a sua problemática à questão econômica, mas, por outro lado, a situação de carência econômica faz com que "o peso dos fatores econômicos seja decisivo na tomada de decisões relativas ao destino do grupo doméstico" (p. 88).

Mello (2003) chama a atenção para os sintomas de etnocentrismo ou de preconceito que fazem da família pobre seu alvo principal. Quando o assunto é criminalidade, "as famílias das classes populares estão no banco dos réus" (p. 52). Esta família é declarada incompetente e seus membros adultos desqualificados culturalmente. Ela incorpora assim o papel de bode expiatório para aplacar a ansiedade gerada pela insegurança decorrente do crescimento da violência. A pobreza aparece então como a origem das ameaças de ruptura com os projetos de vida e de assunção social das classes médias.

A autora atenta para a importância de se delimitar o espaço conceitual ao se trabalhar a compreensão da família. É necessário abandonar as pretensões de universalidade, pois *a família* enquanto abstração não existe. As representações da família não são idênticas, daí a necessidade de se qualificar de que família estamos

falando, posto que são possíveis variações de acordo com o país, região, estrato social, momento histórico, etc. E mesmo quando falamos em famílias das camadas populares urbanas no Brasil, ainda estamos diante de uma grande generalização.

Mello (2003) ressalta ainda que as referências da literatura às populações das camadas mais pobres da população como padecendo de uma desorganização familiar acentuada sugerem a existência de uma família organizada, padrão de ordem e harmonia. Esta tem como modelo a família nuclear monogâmica, composta de mãe zelosa, pai provedor e filhos bem cuidados. A existência desses modelos, argumenta, não representaria problema se estes não fossem tomados como padrões a partir dos quais são medidos os desvios, sendo então internalizados como produtos ideológicos, e tornando-se um dos fundamentos políticos de atribuições de caráter negativo e estigmatizante.

Ao invés de desorganização, a autora fala de polimorfismo familiar. Quando observamos mulheres que cuidam dos filhos sozinhas, homens acometidos pelo alcoolismo ou doenças psicossomáticas como fruto da desesperança, jovens que logo substituem o provedor de sustento nas tarefas que dependem de força física, figuras como tias, avós, irmãs, que assumem o papel materno quando a mãe vem a faltar. Todas essas situações nos falam de formas diferentes de organização, que atendem às necessidades subjacentes, o que, de maneira alguma, significa desorganização.

3.2.3

A família pobre urbana na atualidade

Estudos recentes realizados com as camadas populares ratificam a concepção de que as relações conjugais e familiares nesses segmentos possuem algumas características diversas daquelas encontradas nas camadas média e alta. As abordagens históricas falam pouco das famílias pobres. A família patriarcal, de certa forma, já incluía estes grupos, que participavam de sua manutenção, mas não eram tidos como famílias independentes.

Nesses segmentos as unidades domésticas sofrem freqüentes alterações devido às rupturas a que estão sujeitas durante seus ciclos de desenvolvimento. Em

função dessas rupturas, é possível se estabelecer uma relação entre as condições socioeconômicas e a estabilidade familiar, conforme atesta a literatura sobre famílias pobres no Brasil (Angier, 1990; Macedo, 1979; Bilac, 1978).

Sem desconsiderar ou minimizar o fato de que a ideologia patriarcal, assim como a redistribuição dos aspectos emocionais implicados na alocação de papéis sexuais atingem os indivíduos independentemente de sua localização na estrutura social, Salem (1980) atenta para o que há de específico na inserção feminina segundo as distinções de classe. Dessa forma, sustenta que "os condicionamentos de classe das mulheres faveladas propiciam a maximização da intensidade dos processos inerentes à condição feminina" (p.94), o que trará consequências também para o âmbito conjugal.

A autora aplicou a técnica de história de vida a 17 mulheres moradoras da Rocinha, com o objetivo de investigar como era pensada e construída a identidade feminina nesses estratos, chegando ao que denominou de "dupla determinação", a insidir sobre aquelas mulheres: a de classe e a de gênero.

A família apareceu como a esfera prioritária de identificação feminina. Assim, elas só conseguiam se definir *na* ou *através da* família, seja como filha, esposa ou mãe. Sua inserção no mundo está sempre intermediada por figuras familiares, como pais, marido ou filhos. Sob esta mesma perspectiva, o homem foi representado como "sujeito de sua existência", como "portador de vontade própria", vindo a ser mais liberto, com maior capacidade para prover sua subsistência, e menos comprometido com a família, já que, segundo os depoimentos, não se preocupa com os cuidados cotidianos dos filhos e abandona a mulher facilmente para ficar com outra.

Para as entrevistadas, a vida em família implica em um menor controle pessoal da mulher sobre sua própria existência, uma vez que fica submetida ao controle dos pais ou maridos, havendo ainda a responsabilidade com a criação dos filhos. No entanto, este fato não leva a uma idealização, por parte dessas mulheres, do domínio público. Este só se configura vantajoso quando realizado pelo homem. Elas se atribuem características que não as capacitam a atuar neste domínio, como

fraqueza e pouca coragem. Mesmo quando desempenha atividades extradomésticas, a identidade principal da mulher continua se localizando no âmbito doméstico.

A figura masculina é proeminente na estrutura hierárquica familiar, e a ela é delegado o amparo emocional e econômico do grupo. Assim, a família aparece como instância protetora para essas mulheres. A relação entre homem e mulher caracteriza-se, portanto, como relação entre tutelador e tutelado. “É como se o fracasso e o desamparo de sua classe ficassem corporificados, respectivamente, na figura do homem e na da mulher” (Salem, 1980, p.77).

A avaliação que a mulher pobre faz do casamento corresponde à imagem que faz do homem, de modo que, quando a avaliação é negativa, ela tende a culpá-lo, eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre os infortúnios, ao passo que, se a avaliação é positiva, tende a atribuir ao homem os ganhos alcançados, subestimando a sua própria contribuição. Citando Rodrigues (1978, p.69 In: Salem, 1980), Salem sustenta que “o homem é o crivo pelo qual a interação entre ela e o mundo se dá”.

A mulher percebe o rumo de sua existência como escapando ao seu controle, como sendo exterior a ela, delegando ao homem o papel de direcionar e ordenar a sua própria vida. Quando, por abandono real ou de ordem figurativa, o homem não desenvolve o que dele é esperado, esta lacuna é preenchida pela indeterminação, quando o imponderável e a sorte se somam aos já existentes condicionamentos de classe. Por mais que a figura masculina seja, na maioria das vezes, ausente, ela continua a ser representada como “o elo de intermediação entre a mulher e o mundo extradoméstico”. Aqui é possível estabelecer uma relação entre esta realidade, na qual a identidade feminina se encontra atrelada ao espaço doméstico, e a ideologia patriarcal.

Salem (op.cit) ressalta que as conseqüências da separação para a mulher favelada são mais drásticas, já que ela não costuma recorrer a instâncias impessoais, como a do direito. Assim, a possibilidade de receber a pensão alimentícia que lhe caberia fica à mercê da vontade ou da possibilidade do homem e, na maioria das vezes, não se concretiza. Por isso, dificilmente a separação é cogitada por elas que, mesmo insatisfeitas, optam por permanecer em uniões que asseguram a sua subsistência e a dos filhos.

Quando o homem se afasta fisicamente (situação vivenciada pela maioria das entrevistadas), a mulher se vê numa situação em que tem de assumir o papel de chefe de família, tornando-se a principal, quando não a única responsável pelo sustento do grupo. Frequentemente este fato se repete diversas vezes numa mesma família, que se vê seguidamente abandonada por um único ou diferentes homens.

A autora fala agora sobre a "dupla indeterminação" que permeia o cotidiano dos pobres. Em virtude de suas condições de existência, as camadas mais baixas da população tendem a recorrer à categorias mágicas, à sorte, ao destino, ao acaso como recursos cognitivos e explicativos (as camadas mais favorecidas também as utilizam, porém menos, comparativamente). Este seria a primeira indeterminação. A segunda indeterminação se dá quando o homem não corresponde à expectativa que nele é depositada, deixando de cumprir a função que lhe é delegada. Nesta situação a mulher se vê desamparada, pois se defronta com sua privação enquanto classe.

Segundo Sarti (2003), as relações familiares entre os pobres seguem um padrão tradicional de autoridade e hierarquia. Existe hierarquia entre homem e mulher, adultos e crianças, de modo que as relações entre eles são pouco ligadas ao utilitarismo urbano. A autora afirma que, nestes casos, o conflito entre família e individualidade existe, mas é pouco acentuado, prevalecendo o todo (a família) sobre as partes (os indivíduos).

As fronteiras entre o masculino e o feminino são reafirmadas através de regras que demarcam a hierarquia familiar, implícitas na convivência cotidiana. Assim o homem assegura seu lugar de autoridade, lugar que, fora do domínio familiar, não lhe pertence. Enquanto trabalhador e pobre, mas com a incumbência de prover o sustento da família, é sobre o homem que recai mais fortemente o peso do fracasso quando o dinheiro não é suficiente. “Assim é que na tentativa de ‘conferir dignidade ao cotidiano sem relevo’ destacam-se as qualidades morais que sustentam o *homem que é homem* nas situações de dificuldade, estruturais em suas vidas (Sarti, 2003, p. 61). À mulher cabe administrar os ganhos do marido, de modo que “*apesar de pouco, o dinheiro dê*”.

Como autoridade moral, o homem garante a respeitabilidade da família, fator que torna a sua presença algo de extrema importância para o grupo familiar. À mulher

cabe a tarefa de manter a unidade do grupo. A autoridade feminina está vinculada, portanto, à valorização da mãe e ao controle do dinheiro, independentemente de "quem" traz o dinheiro para casa.

Quando o homem deixa de cumprir o seu papel de provedor, sua autoridade é seriamente abalada, assim como sua respeitabilidade perante os familiares, de modo que estes buscarão em outros homens da rede familiar um substituto para esta figura de autoridade masculina. mesmo assumindo o papel masculino de provedor, muitas vezes a identificação do homem com a autoridade moral não se altera. É comum que as diversas atribuições masculinas no núcleo familiar sejam executadas por diferentes figuras, como ocorre, por exemplo, nos casos de separação conjugal, quando um exerce a função paterna enquanto o outro, a de provedor.

As mulheres chefes de família contam com o auxílio da rede familiar para a manutenção de seu grupo doméstico. É comum que o filho mais velho assuma a função de chefe da família. Do mesmo modo, os papéis femininos podem ser deslocados para outras mulheres da família, como a filha mais velha ou as avós. Nos casos de separação, a rede familiar mais ampla passa a assumir o exercício do papel originalmente conjugal. Daí a importância das avós, do irmão da mãe.

"As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, levam a desencadearem-se arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem" (Sarti, 2003, p. 66).

Endossando a atribuição do caráter holístico como predominante nas relações familiares das classes baixas, Velho (1994) afirma que, nestas, a importância do todo sobressai à do indivíduo, apesar da tensão entre valores hierarquizantes e individualistas característica da atualidade.

No entanto, em pesquisa realizada com famílias de baixa renda da favela de Vigário Geral, Kallas (1992) constatou a existência do ideal de família conjugal dos segmentos medianos presente nos segmentos populares, ainda que, nesses últimos, outras formas de associação conjugal se façam legítimas em resposta à precariedade das condições de vida. Semelhantemente, Pecego (1999) também encontrou no ideal de família de uma comunidade pobre da zona sul do Rio de Janeiro padrões que prezam a intimidade familiar e a privacidade de seus membros.

Em suas observações num bairro popular de São Paulo, Mello (2003) pôde constatar a importância dos laços familiares nas camadas populares, sendo a família o núcleo que concentra e dá ordem à sociabilidade. A autora encontrou grandes aglomerados familiares, formados pelos membros de uma mesma família, e percebeu que mesmo os casais mais jovens preferiam não se afastar do espaço familiar. Ela ressalta que, apesar de fundamental, esses aglomerados não são mantidos somente pela dependência afetiva. Eles responderiam aos esquemas de mútua dependência, onde a troca permanente de serviços e o apoio constante são essenciais no enfrentamento das agruras do dia-a-dia, como as épocas de escassez, as doenças e o desemprego. E este não é um privilégio daqueles que podem contar com o grupo familiar. Muitas vezes os vizinhos se encarregam de complementar esta “rede de sustentação mútua” para os momentos de necessidade aguda, momentos estes bastante freqüentes.

Ao se questionar sobre a natureza do sentimento que predomina nestes momentos, a autora conclui que ele se aproxima mais do “*conhecimento da verdadeira dimensão da carência, fruto de uma experiência real de ajuda*”, do que meramente uma solidariedade por nós idealizada. A natureza da solidariedade real é outra:

“É nascida da experiência comum de necessidades vitais minimamente supridas. Não é sentimental, mas dura como a vida que levam. Não se manifesta com alarde, mas é calada, apegada à sobrevivência. É feita de contradições, pois é calculista e impulsiva, quase instintiva e essencialmente humana” (Mello, 2003, p. 54).

Sarti (1996) afirma ainda que, apesar da diversidade de organizações domésticas propiciada pela vida na favela, ainda existe a presença, mesmo que imaginária/simbólica, de uma representação familiar calcada em ideais românticos presentes nas concepções modernas de família das classes médias e altas. E o não cumprimento desses padrões é por eles vivenciado como insucesso pessoal.

Mas essa noção de família idealizada também se reveste de significado prático quando a vislumbramos como, em última instância, fonte de recursos materiais, além de morais, a fim de garantir a sobrevivência.

4

Juntando os “Trapos” – Sobre a Conjugalidade na Rocinha

4.1

Metodologia

O objetivo de investigar a configuração da conjugalidade nas camadas pobres da população implica um trabalho que enfoca as representações subjetivas tanto quanto os atravessamentos sociais imanentes. O método de pesquisa qualitativa, pelo conjunto de características, configura como o mais adequado para se alcançar os fins desejados nesta pesquisa.

Os participantes da pesquisa são moradores da favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro, que vivenciavam no momento algum tipo de conjugalidade, reunidos, portanto, segundo o critério da homogeneidade fundamental, quando ao menos uma característica ou variável é comum a todos os sujeitos da amostragem, tornando possível assim identificar os membros de um grupo social específico. Se temos como objetivo compreender o modo como a conjugalidade é vivenciada e representada em um determinado segmento social, buscamos não limitar um perfil de alta definição, e sim compor um grupo com variados tipos, a fim de apreendermos o fenômeno em questão em sua diversidade, capturando também eventuais semelhanças. Por isso não foram pré-determinados aspectos como faixa etária, gênero, escolaridade, natureza da relação conjugal (se oficializada ou não) ou tempo de união. O critério fundamental utilizado para o recrutamento foi o fato de ser morador da Rocinha e ter vida conjugal.

Pretendíamos investigar a conjugalidade a partir do olhar dos próprios sujeitos, das suas próprias significações a respeito de suas experiências, visto que em pesquisa qualitativa o objeto de estudo são as pessoas ou as comunidades em sua fala e em seu comportamento, em seu *setting* natural, conforme aponta Turato (2003).

Segundo os princípios metodológicos apresentados por Nicolaci-da-Costa (2006) a língua em uso é concebida como expressão do todo social, e a ela é atribuído "o importante papel de construir a nossa percepção da realidade" (Nicolaci-da-Costa,

2006, p.6). De acordo com a autora, o processo de internalização de uma língua nos constitui como sujeitos individuais, portanto,

"Uma vez que o discurso nos constrói e reconstrói como sujeitos em conformidade com os valores sociais dos grupos aos quais pertencemos ao longo da vida, o discurso também pode revelar os valores a partir dos quais se dão essa construção e reconstrução" (p.7).

Diante disso, optamos por utilizar como instrumento de coleta de dados entrevistas semi-dirigidas. Neste caso, ambos os integrantes da relação (entrevistado e entrevistador) podem, em determinados momentos, dirigir o rumo da conversa, de modo que o participante ganha maior liberdade para expor e articular seu pensamento. O entrevistador introduz um tópico para que o entrevistado desenvolva, propondo questões de aprofundamento, e este último também pode, espontaneamente, explicar uma idéia ou uma experiência e seu significado (Rubin e Rubin, 1995, In: Turato, 2003). Minayo (2007), concebe a entrevista como instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais, posto que a fala é reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos, além de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socio-econômicas e culturas específicas. (p.110).

Através das entrevistas, pretendia obter dados de natureza subjetiva que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado: suas atitudes, valores e opiniões. Chizzotti (2000) compreende os "dados" de uma pesquisa como fenômenos que se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos, não se restringindo às percepções sensíveis e aparentes, de modo que precisamos "ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência" (p. 84).

Uma vez que utilizamos entrevistas como instrumento de coleta de dados, recorreremos à análise do discurso como método de tratamento do material obtido.

Utilizamos como método auxiliar de análise o MEDS (Método de explicitação do discurso subjacente), proposto por Nicolaci-da-Costa (2006). Seu objetivo geral é a escuta detalhada da fala dos entrevistados sobre o assunto a ser investigado, por isso era importante que as entrevistas ocorressem da forma mais natural possível, para que houvesse espontaneidade no discurso e assim se alcançasse a profundidade desejada. Há ainda um objetivo que o distingue de outros métodos

qualitativos: o de trazer à tona conflitos psicológicos que nem sempre são verbalizados explicitamente pelo entrevistado, visto que muitas vezes eles não são conscientes, o que pode aparecer através de inconsistências nos depoimentos.

No momento das entrevistas, foi importante a apreensão do comportamento global dos participantes como parte integrante do estudo, sendo avaliado posteriormente juntamente com o conteúdo oral. Nesse sentido, Turato (2003) destaca alguns dos possíveis aspectos a serem observados: "interposição de momentos de silêncio, fala embargada, uma palavra pronunciadamente vacilada, colocações com inibição e desinibição, manifestações de lapsos de língua e outros atos falhos" (p.319).

O autor aponta, ainda, para além dos componentes físicos da palavra, como elementos da apresentação pessoal e a comunicação não-verbal. Assim como o discurso, um comunicado não-verbal pode trazer informações adicionais, complementar, ou mesmo contrariar aquilo que foi dito pelo entrevistado.

Cada participante foi entrevistado pessoalmente por mim, sempre dando preferência a sua própria residência, desde que as interferências externas (barulho, familiares, crianças) não inviabilizassem o trabalho. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio mediante o prévio consentimento do entrevistado e transcritas na íntegra. Elas tiveram como base um roteiro de itens a serem abordados, levantados a partir da literatura consultada e de acordo com os objetivos da pesquisa. São eles: *concepção de família e de casamento; a determinação da escolha amorosa; o lugar dos filhos; o papel das famílias de origem; o espaço físico; as redes de relacionamento (vizinhos, parentes, igreja, etc.); o ideal de casamento e de família; a sexualidade.*

A quantidade de participantes não foi estipulada a priori, sendo definida à medida que iam sendo atendidos os critérios específicos de seleção. Após a décima entrevista consideramos que os objetivos haviam sido alcançados. Vale ressaltar que, de acordo com Turato (2003), costuma-se utilizar para este tipo de agrupamento um número entre seis e quinze sujeitos.

Sabemos que em pesquisa qualitativa se faz necessário o uso generalizado de amostras pequenas, visto que envolvem um intenso trabalho artesanal e demandam

muita dedicação e tempo. No entanto, tal especificidade não interfere na possibilidade de se fazer generalizações. Minayo (2007) afirma ser possível ver o grupo representado na fala do indivíduo, pois tanto o comportamento social como o individual obedecem a modelos culturais interiorizados, apesar das variações presentes nas expressões pessoais. Ela não ignora, porém, o caráter peculiar das subjetividades em questão: “(...) é preciso buscar o que há de comum no grupo e o que há de específico no discurso individual” (p. 208).

Ainda com relação à representatividade dos dados coletados através deste tipo de pesquisa, Goldenberg (1999) afirma que os mesmos objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, contrapondo-se, portanto, à incapacidade da "estatística" de dar conta da singularidade e da complexidade de certos fenômenos. Nestes casos, a quantidade é substituída por intensidade e profundidade:

"Na pesquisa qualitativa, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc." (Goldenberg, 1999, p.14).

A tarefa desses pesquisadores é, portanto, realizar interpretações contextuais (social e historicamente) dos fenômenos humanos e sociais estudados (Nicolaci-da-Costa, 2006). Para os pesquisadores qualitativistas, o estudo da vida social possui especificidades que não podem ser alcançadas através de métodos quantificáveis que visam o estabelecimento de leis e explicações gerais (modelo positivista).

Não pretendo aqui pormenorizar a questão da cientificidade das Ciências Sociais, assunto já bastante discutido e ainda controverso. Contudo, considero importante destacar a possibilidade de objetivação em se tratando de pesquisa em um universo onde somos, ao mesmo tempo, o objeto de investigação. E essa identidade entre sujeito e objeto é o que torna a tarefa desafiadora e, talvez por isso mesmo, sedutora. “A cientificidade não pode ser reduzida a uma forma determinada de conhecer; ela pré-contém, por assim dizer, diversas maneiras concretas e potenciais de realização” (Minayo, 1994, p. 11).

Minayo (1994) fala sobre a historicidade do objeto das ciências sociais, evidenciando assim o caráter provisório, dinâmico e específico de qualquer questão social. Tal objeto possui, portanto, consciência histórica, ou seja:

“(…) não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado, intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são do que ações objetivadas” (p. 14).

Goldenberg (1999) sugere ao pesquisador buscar na objetivação "o esforço controlado de conter a subjetividade. Trata-se de um esforço porque não é possível realizá-lo plenamente, mas é essencial conservar-se nesta meta para não fazer do objeto construído um objeto inventado" (p.45). Ela lembra que a subjetividade do pesquisador está presente desde a escolha do objeto, privilegiado dentre diversos outros. Ao mesmo tempo, este objeto se impõe com sua historicidade, estabelecendo-se então uma relação entre o pesquisador e o seu campo que guiará todo o percurso da produção do conhecimento. Nesse sentido, “cabe ao pesquisador usar um acurado instrumental teórico e metodológico que o munície na aproximação e na construção da realidade, ao mesmo tempo que mantém a crítica não só sobre as condições de compreensão do objeto como de seus próprios procedimentos” (Minayo, 2007, p. 42).

Outro esforço necessário nessa busca por objetivação é o reconhecimento do caráter ideológico das ciências sociais, esforço que, segundo Minayo (1994) deve ser incorporado como critério de realidade. Toda ciência é, portanto, comprometida, uma vez que passa necessariamente pela subjetividade, bem como por interesses diversos.

4.2 **Reflexões sobre o campo**

A Rocinha foi escolhida como campo de investigação por vários motivos. Primeiro porque, como moradora do local, foi ali naquele cenário que surgiram em mim as primeiras indagações que culminaram na presente pesquisa. Essa proximidade me levou ao segundo motivo: seria mais fácil inserir-me em um ambiente conhecido, onde já tenho estabelecidas relações de confiança. Confiança não só por parte dos meus entrevistados, mas também aquela necessária para me conferir segurança ao

adentrar qualquer comunidade que, conforme sabemos, tenha lá os seus critérios de seleção daquilo que pode ou não ser realizado em seu território, especialmente por alguém que provém de uma outra comunidade. Por fim, creio que a Rocinha guarde dimensões dignas de um trabalho que abarque as diversidades das camadas pobres, visto que comporta uma população bastante variada em termos de raça, origem, e até mesmo de renda, embora reconheça que, pela proximidade física, essa população se encontra, de alguma forma, inserida no universo cultural das classes média e alta da zona sul do Rio de Janeiro.

Para Chizzotti (2000), o pesquisador deve despojar-se de preconceitos e assumir uma atitude aberta a fim de apreender o máximo que puder das manifestações que observa, e assim alcançar uma compreensão global dos fenômenos. Para tanto, é importante que ele partilhe da cultura, das práticas, das percepções e experiências dos sujeitos da pesquisa, o que lhe possibilitaria compreender a significação social que estes atribuem ao mundo que os circunda e aos atos que realizam.

Podemos dizer que a minha entrada no campo foi marcada por uma cisão no olhar sobre aquela realidade, dada a necessidade de objetivação, pois eu fazia parte daquele universo. Essa inserção obviamente conferiu-me liberdade para interagir com os sujeitos, poupando-me da necessidade de identificação e autorização por parte dos traficantes. A esse respeito, Zamora (1999) constata:

“Dependendo do lugar, os traficantes apenas querem saber o que vai ser feito, mas em outros espaços, ainda mais se há guerra de quadrilhas, o controle incide sobre os detalhes do trabalho social, o que pode desfigurá-lo ou torná-lo impossível. Por tudo isso, consideramos pelo menos uma imprudência entrar nas favelas sem conhecer ninguém e sair procurando quem entrevistar (...)” (p. 149).

Não significa, porém, que o fato de morar na comunidade me assegure a tranquilidade para pesquisar ou trabalhar com aquilo que bem entenda. Tenho certeza de que, dependendo do assunto ou do conteúdo das perguntas, os próprios entrevistados se recusariam a colaborar, entrvando a pesquisa antes de qualquer interferência “superior”. Foi o que constatei com essa fala:

“Tem que gravar é? Mas não tem problema não, né, a gente não vai falar nada demais, né?” (moradora).

O contato com os participantes foi relativamente fácil, já que eu não representava para eles uma completa estranha. A investigação sobre a conjugalidade

implicaria a exposição de aspectos íntimos, o que poderia provocar certa resistência, de modo que optei por entrevistar pessoas já conhecidas, porém, não tão próximas. Tal estratégia revelou-se posteriormente não muito eficaz, visto que ainda assim houve dificuldade em abordar temas como sexualidade, por exemplo, que apesar de fazer parte do roteiro, não foi desenvolvido como esperado, sendo então retirado da análise. Mas certamente essa proximidade trouxe-me uma série de outros facilitadores, como no momento dos primeiros contatos e da marcação das entrevistas, etapa crucial de pesquisa, e que tem muitas chances de ser dificultada pelo receio dos sujeitos frente a um pesquisador que, ao menos aparentemente, nada tem a ver com aquele universo. Com relação a isso, Pecego (1999) descreve um pouco de sua angústia ao iniciar sua coleta de dados na Cruzada São Sebastião:

“Marcava as entrevistas por telefone, quando havia, ou através do telefone do trabalho dos entrevistados. Algumas vezes fizemos um primeiro contato pessoalmente, marcando uma entrevista em dias determinados por eles. Com um sentimento de frustração, acompanhei uma série de ‘bolos’ que se seguiram. A ameaça de um encontro desfeito em cima da hora ocorreu ao longo de todo o trabalho de campo. Este fato só colaborava com mais um tempero para minhas indagações inseguras acerca da importância da pesquisa” (p. 83).

A entrada no campo foi, portanto, uma tentativa de desprendimento de uma visão pré-estabelecida que durante algum tempo provocou as minhas questões. O lugar, as pessoas, as relações, tudo era demasiado familiar, e transformar aquilo em algo exótico, conforme sugere Da Matta (1974, In: Velho, 1981), exigiu um esforço antropológico que espero ter conseguido alcançar, apesar do reconhecimento do fato de que não é possível um trabalho de campo neutro.

“Esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranóias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros” (Velho, 1981, p. 129).

Uma preocupação presente era a de enfrentar um dos “grandes obstáculos” que, segundo Minayo (2007), se colocam à frente do pesquisador, aquilo que Bourdieu (In: Minayo, 2007) denomina “ilusão da transparência”, quando há a crença de que o real se apresenta de forma nítida àquele que observa, o que pode levar a uma interpretação espontânea e literal dos dados. E, neste caso, quanto maior a familiaridade, maior o risco de ilusão. “Portanto, analisar, compreender e interpretar

um material qualitativo é, em primeiro lugar, proceder a uma superação da sociologia ingênua e do empirismo, visando a penetrar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade” (p. 229).

Era preciso humildade suficiente para reconhecer aquilo que Zamora (1999), muito apropriadamente, resumiu em poucas palavras: “Não se coleta dados. Todo dado é construído” (p. 142). E essa construção começa, como vimos, bem antes da interação entre pesquisador e objeto:

“Os sujeitos/objetos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo. No campo, eles fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto compreensivo que não é a realidade concreta e sim uma descoberta construída com todas as disposições em mãos do investigador: suas hipóteses e pressupostos teóricos, seu quadro conceitual e metodológico, suas interações em campo, suas entrevistas e observações, suas inter-relações com os pares” (Minayo, 2007, p. 202).

4.3 A Rocinha

Em 1927 uma grande fazenda que existia entre o morro Dois Irmãos e o maciço da Floresta da Tijuca foi loteada pela Companhia Castro Guidon. Adquiridos por imigrantes estrangeiros, muitos desses lotes foram transformados em sítios e a sua produção – frutas, hortaliças e legumes – era comercializada nas feiras dos bairros vizinhos. Assim, quando alguém questionava sobre a procedência de tais produtos, respondia-se: “*É da rocinha!*”. E assim foi nomeada a favela que hoje figura como a maior da América Latina.

Também deram início ao povoamento da área operários que trabalhavam nas indústrias têxteis da Gávea e do Jardim Botânico. Mas é em 1935, com a chegada da luz elétrica à Estrada da Gávea, e do asfalto em 1938, que se intensifica a ocupação, especialmente por imigrantes nordestinos, advindos do êxodo rural. Já na década de 50 o local era considerado um “gueto” nordestino (Filho, 2004). A crise econômica da cafeicultura, na década de 40, trouxe também muitos imigrantes do centro-norte do

Estado do Rio de Janeiro e de áreas agrícolas do Estado de São Paulo. Os descendentes de ex-escravos complementavam o quadro populacional.

É importante ressaltar que o êxodo nordestino se mantém forte até os dias de hoje. Geralmente o chefe da família chega primeiro, deixando mulher e filhos à espera de boas notícias. Após conseguir trabalho que garanta o sustento de todos, a família pode voltar a se reunir, desta vez em novas terras. Muitas vezes esse desfecho não é possível, seja porque a promessa de emprego farto não se cumpriu, ou porque o homem constituiu aqui nova família.

Na década de 60 foi loteada a área plana da favela, então Bairro Barcelos, pela imobiliária Cristo Redentor. A oferta de trabalho nos arredores aumentou com o crescimento da cidade provocado pela construção do túnel Dois Irmãos e da auto-estrada Lagoa-Barra, atraindo ainda mais habitantes. O fato de estar situada na zona sul da cidade, região que concentrava o mercado de trabalho, também atraía trabalhadores que residiam na Baixada Fluminense e gastavam muito tempo no percurso até o trabalho. Foi assim que começaram as locações de imóveis na região, já na década de 40. Muitos moradores que já possuíam moradia própria juntavam suas economias e compravam ou erguiam casas para alugarem, obtendo dessa forma uma renda extra. Assim formou-se o contingente da Rocinha que conhecemos hoje.

Até meados da década de 50, grande parte da área da Rocinha ainda não havia sido ocupada, havendo ainda muitos espaços entre os barracos que, quando não estavam preenchidos por vegetação, eram ocupados por animais, até mesmo de grande porte, visto que grande parte dos habitantes era de origem rural. Porém, com o vertiginoso crescimento populacional esses espaços foram gradualmente rarificando.

Se ontem a construção de casas e barracos preenchiam rapidamente espaços de chão desocupados, hoje a favela cresce “para cima”. E com isso não quero dizer “morro acima”, e sim para cima das próprias construções, o que só foi possível com o acesso à alvenaria. Com o casamento dos filhos, a chegada dos netos, a casa que já era pequena ficava ainda menor. E com a impossibilidade de ampliação por falta de espaço, a solução é construir outros andares e assim abrigar mais confortavelmente a família. Atualmente a grande maioria das construções na Rocinha possui ao menos

dois andares. E não são poucos também os prédios. O que parece ser o maior do local tem 11 andares.

Com a chegada dos movimentos sociais ao Brasil, na década de 70, vários grupos se organizaram para promover o desenvolvimento da comunidade. As reivindicações resultaram na oferta de serviços que foram chegando gradualmente. Nos anos 80 surgem as escolas, creches e centros comunitários. São implantados também o Centro de Saúde, o Núcleo da CEDAE e a Região Administrativa.

Em 18 de junho de 1993, através do Decreto Municipal 6011/95, a Rocinha deixa de ser favela para tornar-se bairro, passando a atrair investimentos e empreendimentos. A comunidade conta atualmente com uma diversidade de serviços e uma ampla estrutura comercial, com restaurantes, *lan houses*, três agências bancárias, duas rádios, três escolas públicas, quatro linhas de ônibus, cooperativas de vans, uma casa de shows, um posto de saúde, clínicas privadas, lojas diversas, um mini-shopping, uma grande frota de moto-táxi, dentre outros. Mas tendo em vista o contínuo crescimento populacional, bem como o natural desenvolvimento local, muito ainda precisa ser feito em termos de qualidade de vida para os moradores.

“Não faz diferença pra mim uma coisa e outra. A diferença pra mim seria em relação à infra-estrutura. A diferença se dá quando você tem acesso aos serviços básicos de um bairro. Desde saneamento à saúde. É brincadeira chamar a Rocinha de bairro com várias valas a céu aberto, sem pavimentação nas ruas! Então, não justifica ser bairro, o título, por si só, não interessa. Não sei se alguém acha interessante ser bairro. Como disse, mais vale a infra-estrutura do que o título”¹ (morador).

A visibilidade alcançada, seja por ações meritórias, seja pelo incômodo causado por ações do tráfico, que põe em risco não só seus moradores, mas também aqueles que passam por seu entorno ou moram muito próximos, em um dos bairros mais nobres da cidade, atrai os olhares da sociedade, que vê na possibilidade de contribuir para o bem estar da população local uma alternativa para atenuar a sensação de impotência diante da violência. Segundo o diretor da ASPA – Ação Social Padre Anchieta – um levantamento realizado em 2002 contou cerca de 63 ONG’s presentes na favela, o que não significa que todas trabalhem em prol da comunidade.

¹ Entrevista concedida ao site www.favelatemmemoria.com.br.

Um dos cartões postais da cidade. Quem ousaria definir assim uma favela? Pois pode-se dizer, sim, que a Rocinha tornou-se um ponto turístico. Todos os dias, dezenas de turistas sobem o morro em *jeeps*, encantados com o exotismo da paisagem. Se para os habitantes da cidade a favela já representa um universo à parte, apesar da proximidade geográfica entre morro e asfalto, para esses estrangeiros, adentrar os becos, subir em lages, esquivar-se das armas empunhadas por traficantes quando estes, porventura, cruzam o seu caminho, parece equiparar-se a um safári. As câmeras registram quase tudo.

O que mais chama a atenção neste cenário? Não fiz a pergunta a nenhum deles, mas na minha tarefa de estranhar o familiar esforcei-me no sentido de me apropriar do olhar do turista.

À primeira vista o que salta aos olhos é a arquitetura, aquilo que o IBGE define como “aglomerado subnormal”. Com o crescimento populacional de um lado, e a contenção do crescimento geográfico de outro, a solução são construções que parecem desafiar as leis da física. As ligações elétricas clandestinas formam extensas teias de fios desordenados. São muitos também os encanamentos à mostra.

Segundo dados do Instituto Municipal Pereira Passos, em 1999 a Rocinha ocupava uma área de 877.575 m². Com relação ao número de habitantes não há consenso. Enquanto o censo de 2000 declarava uma população de 55.500 habitantes, instituições comunitárias locais estimavam que este número chegava a 150.000. Atualmente, com base nos mais de 27.000 relógios medidores instalados pela Light, calcula-se que haja cerca de 160.000 habitantes. De qualquer forma, é um número muito grande tendo em vista o espaço disponível, constatação possível à mais breve observação.

As ruas estão sempre cheias. Os pedestres disputam espaço com carros, ônibus, vans, caminhões e motos. Na estrada da Gávea, que corta a favela desde o alto da Gávea até São Conrado, há carros estacionados por todo o trajeto, já que nem todos os que possuem carro dispõem de garagem para guardá-lo, o que contribui para o engarrafamento do trânsito, principalmente nos horários de *rush*. As calçadas, essas também diminuem a olhos vistos. São comerciantes que aproveitam o espaço para expor suas mercadorias, motos estacionadas, casas que “crescem” calçada acima, de

modo que ao pedestre resta aventurar-se entre os veículos.

Na Via Ápia, centro nervoso da favela, o movimento é constante, 24 horas por dia. É nela, e em suas proximidades, que se concentram lojas, agências bancárias, restaurantes, o comércio em geral. A qualquer hora do dia e da noite é possível observar pessoas indo ou voltando do trabalho, passeando, vendendo, comprando ou consumindo drogas, ou simplesmente conversando e tomando ar fresco. E a quantidade de pessoas circulando impressiona até mesmo os mais familiarizados:

“O povo na favela é que nem bicho, é só esquentar um pouquinho que sai todo mundo da toca, aí fica assim, tudo na rua zanzando”. (Moradora)

Os bailes funk ocorrem também durante a semana e duram até o amanhecer. Este é o lazer noturno de boa parte dos moradores, somado aos ensaios na quadra da escola de samba, aos forrós e aos pagodes espalhados pelos bares e casas noturnas. A música tocada nesses locais pode ser ouvida a qualquer hora do dia pelas ruas, em volume alto. A Rocinha é rica em sons. São buzinas de veículos, vendedores ambulantes, as crianças brincando, as músicas dos bares e biroscas, os carros de som, as caixas de som espalhadas pelos postes propagando a rádio comunitária, os cultos evangélicos que ultrapassam os limites das igrejas... E música, na favela, só em alto e bom som. Nas pizzarias, que reúnem a juventude local, a música provém dos auto-falantes de algum carro estrategicamente estacionado para oferecer o som. É interessante notar, também, que muitas vezes o morador posiciona as caixas de som do seu aparelho na janela de casa. Na favela, o espaço público é extremamente sonoro. Mas o que soa barulhento para os visitantes é a trilha sonora cotidiana dessa população.

No Largo do Boiadeiro é possível encontrar grande diversidade de produtos nordestinos. Não é difícil perceber a influência cultural dominante no local, seja pelos sons dos mais atuais sucessos da “terrinha”, como chamam a terra natal, seja pelos aromas das especiarias e comidas típicas. Aliás, a Rocinha também é rica em cheiros, bons e maus.

Como uma comunidade de grandes proporções, a Rocinha também se estratifica em classes. Ali nem todos são paupérrimos como pode parecer aos menos informados. Existem os que vivem abaixo da linha da pobreza, mas também há

muitos que ostentam um padrão de vida digno da classe média. São pequenos empresários, comerciantes, prestadores de serviços, proprietários de imóveis alugados, empreendedores que ascenderam economicamente com o desenvolvimento local, mas optaram por continuar vivendo ali. Alguns mudaram-se logo que possível, em geral, para a zona oeste, em busca, talvez, de tranquilidade longe da violência e da tensão presentes quando se vive sob a influência do tráfico ou, pior, quando não se pode confiar na polícia.

“O morador possuía a consciência que, residir lá, significava ter, de repente, numa inversão de funções da polícia, a sua casa invadida por ela ou ser capturado como um transgressor, mesmo sem ‘ter culpa no cartório’. Inclusive, um favelado, nos anos 80, se não portasse carteira de identidade ou de trabalho, mesmo trajando roupa suja de tinta e cimento, característica da construção civil, podia ser considerado suspeito de criminalidade e conduzido à delegacia, como se o ônus da prova coubesse ao acusado” (Filho, 2004, p.11-12).

Muitos, no entanto, não têm a opção de fugir dessa realidade, tendo que continuar submetendo-se a tais desmandos. Ao que parece, o estigma da marginalidade e da criminalidade atribuído aos moradores de favela desde o início do século XX ainda se faz presente hoje, somado a um poderoso complicador: o narcotráfico. E as políticas públicas de segurança acabam por reforçar esse sistema perverso. Isto porque, conforme apontam Dimenstein, Zamora e Vilhena (2004), a imagem socialmente difundida a respeito das favelas as apresenta como lugar de privação, território definido pela falta.

“Seus habitantes são descritos como pobremente educados, preguiçosos, alcoólatras, promiscuos e principalmente perigosos. Eles são pobres ‘porque eles não se empenham o suficiente para achar trabalho’ e seus filhos morrem porque escolheram ‘o caminho fácil’, isto é, a carreira do crime” (p. 33).

Assim, nascer e ser criado em uma favela significa ser associado a uma imagem de ameaça e perigo, conforme nos mostra Vergne (2002) em seu trabalho sobre os “rostos esquecidos”. Quando se trata de encontrar os culpados para as mazelas sociais, seus rostos são facilmente apontados.

“Contudo, a quase totalidade desses pobres compõe-se de trabalhadores ‘honrados’ e com famílias, em sua maior parte, bem constituídas. Ademais, grande parte da patologia social atribuída apenas ao espaço favelado era gerada fora dela, pela má distribuição da terra e da renda no país. Lá se aloca o varejo do narcotráfico, todavia, encontra-se no ‘asfalto’ a maioria dos consumidores e dos atacadistas de drogas” (Filho, 2004, p. 10).

Na Rocinha, como nas demais favelas, a população é penalizada pela atuação de uma minoria, mas segue, desde sempre, resistindo e persistindo em sua luta por uma dignidade que precisa ser reconquistada e reafirmada diariamente². Em meio a tudo isso, não faltam relações de afeto, carinho e respeito, conforme veremos a seguir.

4.4 Sobre os Entrevistados

Antes de iniciarmos a análise dos dados, segue uma breve apresentação dos entrevistados, personagens principais deste estudo, cujos nomes foram modificados a fim de preservar suas identidades:

Dona Fátima:

Moradora da Rocinha há 23 anos, D. Fátima trabalha em um projeto social voltado para a educação de crianças ao lado de sua casa. Pernambucana, viu as dificuldades aumentarem com a separação dos pais, aos 9 anos de idade. Foi quando começou a trabalhar em “casa de família”, atividade que continuou a realizar depois da vinda para o Rio, ainda na adolescência. E foi no local de trabalho que conheceu o marido, também nordestino. Trabalhavam no mesmo prédio, ela como doméstica, ele como faxineiro. O namoro durou um mês. Nesta época ainda não moravam na Rocinha, o que viria a acontecer dois anos depois. Após 5 anos de casamento civil resolveram casar na igreja. Teve três filhos, um morreu logo após o parto.

Gabriele:

Gabriele é uma jovem de 23 anos que passou boa parte da vida na Rocinha. Há sete anos vive em união estável, que pretende oficializar ainda este ano. Aos 15 anos engravidou do primeiro namorado, indo morar em um quarto com banheiro que

² Maiores informações sobre o assunto podem ser encontradas em ZAMORA, M. H. **Textura Áspera: Confinamento, Sociabilidade e Violência em Favelas Cariocas**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

ele havia construído em cima da casa da mãe. Tiveram mais dois filhos, também não planejados. Hoje trabalha como vendedora autônoma e sonha em voltar a estudar para “ter uma profissão”. A entrevista ocorreu na lage da casa de uns amigos de Gabriele, enquanto o marido, no quintal da mesma casa, consertava sua moto.

Fernanda:

Fernanda tem 25 anos e três filhos. Teve o primeiro aos 13 anos. O segundo veio dois anos depois, fruto de um novo relacionamento, que também não durou. Seu atual relacionamento dura dez anos, sete de coabitação, idade que tem o terceiro filho. Em um quarto na casa da sogra, onde a cama de casal ocupa quase que todo o espaço, Fernanda vive com o marido e o filho. A relação com a sogra não é amistosa, mas Fernanda diz não ter outra opção. O primeiro filho vive com o pai, e a filha é criada pela sua mãe. Fernanda sonha em casar oficialmente e ter a sua casa. Ela não trabalha e quem sustenta a casa é o marido.

Patrícia:

Aos 14 anos Patrícia foi expulsa de casa, grávida de dois meses, indo morar com o namorado na casa da mãe dele. Na infância foi abusada pelo pai, mas conta que a mãe não dera importância ao fato. Hoje, aos 25 anos, continua casada com o mesmo marido e tem 3 filhos. Com a ajuda da família, o casal construiu uma casa no andar de cima, onde moram até hoje. As agressões físicas sempre foram comuns no relacionamento, mas, segundo ela, diminuíram bastante desde a última separação do casal, quando se relacionara com outro homem. Diz que este fato teria feito o marido lhe dar mais valor, depois de já tê-la traído muito. Atualmente, Patrícia trabalha como cabeleireira e deseja progredir na profissão.

Ana Maria:

Ana Maria tem 42 anos e vive com o atual companheiro há 15 anos, seu segundo casamento, ensejado por uma gravidez não planejada. Nascida na Bahia, chegou à Rocinha aos 25 anos. Tem 5 filhos e um neto, que registrou como seu, pois a mãe dele, de 15 anos, “não tem responsabilidade”. Trabalhava com produtos

fitoterápicos, o que deixou de fazer para cuidar do neto. Há sete anos não tem vida sexual e diz não sentir falta, pois sente pelo marido um “amor de irmão”. Já casada, teve uma experiência homossexual, mas diz não ter gostado, e por isso não levara adiante. O marido bebe diariamente, o que a incomoda bastante, mas, apesar de tudo, nunca pensou em separação.

Ricardo:

Ricardo é motorista, tem 29 anos e sempre viveu na Rocinha. Mora com a namorada na casa da mãe desde que ela engravidou do seu único filho, hoje com 8 anos. Planeja construir uma casa para morar com a mulher e o filho, e um dia ter seu próprio negócio para poder parar de trabalhar e aproveitar a vida ao lado da família.

Beatriz:

Beatriz tem 35 anos e vive com o atual companheiro há 2, desde que tinha menos de um mês de relacionamento. Tem dois filhos do primeiro casamento, e um do atual. Atualmente não trabalha por causa do bebê, mas planeja voltar a trabalhar e procurar o ex-marido para legalizar a separação e poder casar novamente. Diz que a vida conjugal melhorou muito desde que o marido parou de beber, há cerca de um ano.

Antônio:

Antônio tem 34 anos e é moto-boy. Vive em união estável há 6, desde que a namorada engravidou e os dois resolveram morar juntos. Atualmente frequenta o A.A., o que diz ter melhorado significativamente a sua vida. Deseja um emprego melhor, pois quer construir algo para nunca deixar a mulher ou os filhos desamparados.

Marcelo:

Marcelo tem 39 anos e é um pequeno empresário do ramo comercial na Rocinha. Está em seu quarto casamento, e deseja que este seja o último. Conta que

sempre teve relacionamentos extra-conjugais, e que, em certo momento, deixava a esposa para ficar com aquela que considerava mais bonita. Casou pela primeira vez aos 17 anos, e desde então vem trocando as esposas pelas amantes. Mas hoje, freqüentador do A.A, se diz mudado. Não bebe mais, freqüenta a igreja regularmente, e diz não pretender mais trocar de esposa.

Geraldo:

Geraldo tem 60 anos, 3 filhas, e está em seu segundo casamento, que dura 29 anos. Na primeira vez casou-se oficialmente, mas na segunda, não, apesar dos apelos da companheira, que sonhava em legalizar a união. Gosta de beber diariamente, mas diz não ter problemas quanto a isso, pois quando quiser, consegue parar. Deseja não precisar sair da Rocinha nunca, pois ali nasceu, cresceu e criou as filhas, viu muita coisa acontecer, e a essa altura da vida, não saberia viver em outro lugar.

4.5

Nem príncipes, nem sapos - Quando o amor vem depois

A Gravidez

É difícil falar sobre casamento nas comunidades de baixa renda sem incluir na discussão a questão dos filhos. Conforme afirma Sarti, nesses estratos a constituição familiar implica, necessariamente, o desejo de tê-los (p. 72).

Esse desejo está presente também entre os casais de classe média, mas não imediatamente após o casamento e, menos ainda, antes dele. Um novo membro nesta família quase sempre requer certo planejamento, o que pode levar anos.

O que pude observar na Rocinha foi que os filhos representam não somente um fator de legitimação das uniões, mas aparecem também como fator determinante para as mesmas. Os casamentos ali normalmente se iniciam em decorrência de uma gravidez não planejada, em geral, ocorrida ainda na adolescência.

Dos entrevistados, somente duas mulheres e um homem relataram terem planejado a vinda dos filhos. Destes, um homem e uma mulher encontram-se no

segundo casamento e, contam, suas primeiras uniões sucederam a notícia da gravidez. Para os demais, a perspectiva da chegada de um bebê acelerou um processo que sequer havia sido cogitado antes: morar juntos.

Sarti afirma que a estrutura idealizada de família compõe-se de três peças: o casamento (o homem e a mulher), a casa e os filhos. Eu acrescentaria que tal composição no grupo estudado apresenta, em sua realização, uma ordem temporal: os filhos; o casamento; a casa.

“(...) aí desse namoro ela ficou grávida, e ela também não tinha com se manter sozinha porque ela não trabalhava, no caso só quem trabalhava era eu, aí quer dizer, juntou o útil ao agradável. Aí ficamos assim, ela foi lá pra casa, fomos morar juntos, aí ficamos durante esses 6 anos, agora considerando como casado, aí nesse intervalo tivemos um filho, depois tivemos outro, depois tivemos mais outro, no caso são quatro filhos.”
(Antônio)

“Eu comecei a namorar com ele, engravidei da Y. e aí tava na casa da minha irmã, e como o meu cunhado não podia saber que eu tava grávida, eu fui pra casa da outra irmã, e aí ele começou a ... a me... como é que se diz? Como ele já sabia que eu tava grávida, ele assumiu, nós alugamos casa e moramos e estamos até hoje.” (Ana Maria)

“(...) eu vim morar com ele depois que eu engravidei, porque... ele dormia na minha casa, eu vinha dormir aqui... Aí eu vim morar aqui logo depois que eu ganhei ele (filho), porque a minha gravidez também eu fazia isso, dormia aqui, dormia na minha mãe... Mas ajuntar os trapinhos mesmo, só depois que eu ganhei ele.” (Fernanda)

Na maioria das vezes, um filho não planejado leva à coabitação repentina, e assim a casa permanece enquanto projeto até que seja possível a sua construção, em geral, com a ajuda das famílias de origem, ou até que o casal possa pagar um aluguel.

Tendo em vista a intenção de formar um grupo aleatório, o fato de o entrevistado ter ou não filhos, não foi relevante para o recrutamento. No entanto, todos os entrevistados tinham ao menos um filho. Se os casamentos sucedem a gravidez, nos parece normal a dificuldade de encontrar casais sem filhos. Sendo assim, podemos inferir que, neste grupo, o casal parental precede o casal conjugal. O que observamos é a constituição de uma família, antes mesmo que o casal se identifique enquanto tal.

Mesmo na ausência de gravidez, a decisão de conviver maritalmente ocorre pouquíssimo tempo depois do início do namoro, e o amor não aparece como condição fundamental para isso:

“Foi assim, eu trabalhava num prédio, e aí ele trabalhava também no prédio, eu trabalhava como doméstica e ele trabalhava como faxineiro, aí a gente foi se conhecendo, se conhecendo, aí com um mês a gente se casamos, ele morava em Realengo, a gente foi morar em realengo uns dois anos, mais ou menos, aí ele comprou essa casa na Rocinha, e aí a gente foi morar até hoje na Rocinha”. (Fátima)

“Eu já tinha saído de um casamento, ela também, já com filhos, eu tinha a minha e ela a dela, aí não tinha porque ficar namorando, nós tínhamos que criar nossas filhas, e logo depois veio a terceira, então nós fomos morar juntos logo.” (Geraldo)

No caso de Beatriz, 35 anos, casada há 2, a rapidez com que se deu a união sugere que o fator determinante para tanto tenha sido a impulsividade característica do sentimento por ela identificado como paixão:

“A gente se conheceu num churrasco, aí foi rápido, a gente já se gostou, um mês depois a gente já tava morando junto, foi assim. Ele vinha aqui em casa e não queria sair, eu também não queria que ele fosse embora, a gente já não se desgrudava, não teve muito namoro não.”

Mas em ambos os casos, a gravidez não tardou. Beatriz engravidou depois de três meses de coabitação, e D. Fátima, após 5 meses. A relação entre casamento e prole se dá em duas direções: ao mesmo tempo em que o casamento implica a vinda de filhos, um filho não planejado precipita o enlace.

Nos casos estudados, morar junto, ou “juntar os trapos”, foi a saída encontrada após constatada a gravidez, como que num ato reparador. E, invariavelmente, cabe ao homem a iniciativa de “assumir” a situação, levando a mulher, antes namorada e agora mãe do seu filho que está por vir, para morar em sua casa. Não raro o homem se exime de tal responsabilidade, acarretando a permanência da mulher na casa dos pais, que acabam incorporando a criança ao núcleo familiar e encarando o ônus de amparar a mãe solteira.

Mas faz parte dos princípios éticos e morais do “homem que é homem” e que “não é moleque” tomar para si a responsabilidade para com a mãe do seu filho, “assumir”, palavra freqüentemente utilizada nestes casos. Ao confirmarem a

gravidez, as mulheres parecem permanecer na expectativa de uma reação do homem: será que ele vai assumir?

Sarti aponta a ambigüidade envolvida na aceitação da mãe solteira. Ora tida como “vítima de um safado, que não assume as conseqüências dos seus atos, um homem que não é digno de respeito”, também se questiona a obrigatoriedade de reparação por parte do homem, posto que ninguém pode ser obrigado a ser casar. Quanto a isso encontramos ressonância na pesquisa de Pacheco (2005) sobre mulheres chefes de família, onde é possível perceber que existe arraigada a crença de que gravidez e maternidade são assuntos exclusivamente femininos, de modo que a responsabilidade para com a contracepção também recai sobre a mulher.

E face à incerteza com relação à atitude masculina frente à gravidez, algumas pensam, num primeiro momento, em interrompê-la. Diante da falta de recursos para lidar com a situação inesperada, mesmo que não devidamente evitada, o aborto é quase sempre cogitado, ainda que não venha a se realizar:

“Não (não foi planejada), a minha gravidez foi... de repente, porque eu engravidei e aí eu não sabia, aí quando eu fui fazer exame já tava com 3 meses, porque eu sempre fui assim cheinha, né, e nunca desconfiei... Aí ele também não falou que queria nem que não queria, aí eu deixei, e é o primeiro filho dele, ele ama esse filho”. (Fernanda)

“Foi assim, eu engravidei, eu morava com a minha tia, aí como eu era muito nova, ela até propôs que eu abortasse, que tipo assim, achava que ele não ia querer saber de nada, aí ele foi, conversou com ela, disse que não, que não queria que isso acontecesse, então ela disse ‘então vc vai assumir ela e a criança’, aí ele falou ‘tudo bem, se ela quiser ir agora comigo...’ e aí eu fui.” (Gabriele)

Mas apesar de reconhecerem as dificuldades com a criação dos filhos, a contracepção não aparece como uma grande preocupação, o que também foi constatado por Pacheco (2005). A autora chama a atenção para a ambivalência no discurso de suas entrevistadas no que tange ao uso de métodos contraceptivos, já que a maternidade é tida como conseqüência natural de uma relação afetivo-sexual, representando a “verdadeira essência feminina”: “(...) é como se o nascimento de cada filho reafirmasse a função social e o valor da mulher” (p. 177).

No meu grupo de entrevistadas, a maioria sequer mencionou o uso de qualquer método contraceptivo e, quando mencionado, constata-se que houve inadequação no uso.

“Essa daí foi simplesmente um gole de bebida. Eu nem tinha muita coisa, porque como eu te falei no princípio, eu não gostava de homem pequeno. Então a gente saiu todo mundo enturmado, e sobrou eu e ele. Aí nós bebemos além da conta, e quando eu vi tava grávida. Eu nunca fui uma pessoa assim volúvel, mas a bebida...” (Ana Maria)

“Eu comecei a tomar remédio, mas eu não tomava certo... Eu nunca quis ter um filho só, mas também não queria ter 3. Aí eu tive a segunda, aí com 1 ano eu engravidei dele (o menino), aí eu fiquei desesperada, aí veio na minha cabeça: ‘ah, eu não vou ter, eu não vou ter’, porque eu achava que eu não ia ter condições de lidar com 3 filhos, a minha filha ainda tinha 1 ano. Mas aí ele disse que, por ele, ele queria ter, aí eu falei ‘então Deus vai me ajudar a criar esses 3 filhos’” (Gabriele)

“E aí com 16 pra 17 anos eu tive meu segundo filho. E aí eu fiquei louca né, porque já vivia naquele inferno, eu não tomava remédio porque passava mal demais, não tinha acesso à pilula do dia seguinte, porque eu nunca na minha vida tinha ouvido falar disso, ele não queria usar camisinha, e quando eu engravidava ele queria que eu tirasse. Então, assim, eu falei ‘tirar eu não tiro’ E ele: ‘mas você vai assumir esse filho sozinha’. Eu disse ‘posso até assumir sozinha, mas eu não vou tirar’”. (Patrícia)

“(...) depois de um tempo eu engravidei do meu terceiro filho. Eu ia pra igreja e ele não ia. Aí ele falou que não, que não podia ser, ‘como eu podia ter engravidado?’, que o filho não era dele. Eu falei que ele era meu marido, eu só tinha ele, como é que eu poderia ter engravidado de outro? E ele dizendo que não, que eu ia tirar... e eu disse que não. Os três ele mandou tirar, detalhe. Aí eu deixei, ele não me deu nada na terceira gravidez, não comprou uma fralda pro filho, eu me virei sozinha, sofrendo que só. Amigas minha, pessoas que gostam de mim me ajudaram a beça, me deram roupa, teve gente que me deu dinheiro pra eu comprar o que faltava pro bebê, sabe, pessoas legais mesmo que gostam de mim. E assim, eu me virei sozinha”. (Patrícia)

Patrícia foi a única a se posicionar contra o aborto, indo contra a vontade do marido, que sugerira a interrupção das três gravidezes da mulher, e não por acaso. Durante muito tempo ela arcou financeiramente, sozinha, com as despesas dos três filhos.

Solidariedade familiar

A ajuda dos familiares é fundamental, em especial no início do casamento. Conforme foi possível notar, as uniões ocorrem, na maioria das vezes, de forma repentina, sem que haja tempo para planejamentos estruturais. Sendo assim, é muito comum o casal iniciar a vida conjugal morando com a família de origem de um dos dois, em geral, a do homem, respondendo à atribuição masculina de prover o teto (Sarti, 2003). E essa convivência forçada entre sogra e nora dificilmente é pacífica:

“Que aí eu vim morar com a mãe dele, nós dois na casa da mãe dele, ficamos dependendo da mãe dele um bom tempo, porque tanto eu quanto ele a gente era novo e não trabalhava. Os bicos que às vezes ele pegava não era suficiente... E aí a gente foi indo, brigávamos muito no começo, a mãe dele no começo era legal comigo, mas depois começou a mandar em mim como se eu fosse filha, começou a querer controlar a minha vida. Quando o meu filho nasceu piorou, porque ela queria mandar no meu filho mais do que eu, ela queria me dizer o que era certo e o que era errado, o que eu tinha ou não que fazer com ele, e aí a gente tinha muito conflito com isso.” (Patrícia)

“A minha sogra foi um terror. Hoje eu tenho pavor, se estiver no computador ou fazendo alguma coisa, se alguém chegar, eu sentir a presença de alguém pelas minhas costas, eu viro um bicho, porque a mania dela era essa, ficar atrás de mim. Ela não fazia nada além de ficar o tempo todo me vigiando pela minhas costas. Era um prazer que ela tinha, eu não podia dar um passo que ela tava atrás de mim igual a um guarda, como se eu tivesse roubando alguma coisa. Quando a pessoa morre, as pessoas costumam dizer ‘ah, era tão boa’, eu posso te dizer com todo o meu coração: o meu sogro, quando ele morreu eu senti muita falta, mas a minha sogra, sincera e honestamente, não me fez um pingão de falta, foi um alívio. E hoje eu tô até vivendo melhor”. (Ana Maria)

Fernanda, casada há 7 anos, dentre as entrevistadas a única que ainda mora com a sogra, queixa-se de que esta insiste em colocá-la conta o marido. Por diversas vezes a sogra afirmou que Fernanda o traía, o que, segundo ela, não é verdade. A seguir, ela conta um destes episódios:

“Ah, é como... Assim: domingo passado a gente saímos, mas ela bebe muito. Domingo ele me ligou e falou ‘amor, me espera na rua, que é aniversário do C.’, aí ela pegou e começou a me chamar de tudo quanto é nome na rua, todo mundo olhando pra minha cara, eu fiquei nervosa, eu comecei a chorar, aí eu fui pra casa de uma colega minha e telefonei pra ele, aí quando eu voltei, que

ele foi lá me buscar, ela entrou bêbada, começou a xingar ele, xingou ele de corno, xingou de tudo quanto é nome..”. (Fernanda)

Assim é que as relações entre o casal e as famílias de origem parecem marcadas por uma ambigüidade. Ao mesmo tempo em que os parentes figuram como um recurso ao qual recorrer nos piores momentos, a proximidade produz um desgaste que pode até mesmo interferir negativamente no relacionamento do casal.

“Mas a gente enquanto tava morando longe era o casamento perfeito, do ano, depois que começou a se relacionar com familiares dele foi que nada prestou. Eu me arrependo amargamente de ter vindo pra aqui, por causa da família né, porque morar perto de família é horrível, se mete em tudo. (...) tudo devido ao convívio com a família dele, aquilo foi desgostando, desgostando, porque ele jamais deixou de apoiar a família pra me dar um apoio, ele tinha que ficar jogando dos dois lados. E eu fui me desgostando.” (Ana Maria)

A despeito dos conflitos, Pecego (1999) e Sarti (1996) puderam perceber em suas pesquisas alguns benefícios desta coabitação com as famílias de origem. Além da dificuldade financeira de adquirir um outro imóvel, a proximidade com os familiares possibilita arranjos em que a circulação doméstica aparece como estratégia fundamental para a manutenção da família, assegurando o grupo enquanto unidade econômica.

Peixoto (2005) chama a atenção para a complexidade dos vínculos de solidariedade familiar, uma vez que tais relações afetivas podem ser também percebidas como dívidas, e assim transformada em uma “contabilidade perpétua”, dinamizando e significando os vínculos familiares. “a solidariedade não é um dom, mesmo no âmbito da intimidade familiar. Ela pressupõe uma obrigação de retribuição, real ou simbólica, consciente ou inconsciente” (Djaoui, 1994, p. 149, in: Peixoto, 2005, p. 238). Isso nos ajuda a pensar a ambigüidade de sentimentos expressada por Ana Maria, em relação aos familiares do marido:

“Eu sou sincera, eles não gostavam de mim. Raiva no momento eu sentia, mas eu nunca guardei mágoa, e eles tomaram conta dos meus filhos pra mim chegar onde eu cheguei, tenho mais que agradecer a elas. Então se amanhã ou depois eu tiver que ganhar algo pelos meus estudos, eu ainda vou ajudar eles, porque eu estou no grau que eu estou porque eles tomaram conta dos meus filhos. Só que chegou uma época que eles não deixavam ver os meus

filhos, carregavam meus filhos como se fossem deles. Já fui buscar várias vezes meus filhos em lugares que eu não tinha dado permissão, porque eu sempre fui uma mãe presente, então nesse ponto eles queria arrancar os meus filhos de mim. Mas eu agradeço a eles. Quando eu chegava, meus filhos tavam tomado banho, quem é que não vai gostar? Eu não tenho raiva deles não.” (Ana Maria)

Para Sarti (2003), a extensão da família entre os pobres é definida pela rede de obrigações que se estabelece: “são *da família* aqueles *com quem se pode contar*, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem *obrigações*” (p. 85). Peixoto entende solidariedade familiar como “um conjunto de direitos e deveres, arranjos e rearranjos, que se expressam através de sentimentos e apoios diversos” (p. 225). Esta teria uma dimensão material e outra afetiva que, juntas, constituiriam a base das relações familiares. Para Godbout (1994, in Peixoto, 2005), a solidariedade familiar se baseia no princípio do dom, mais do que na solidariedade, pois o sistema de circulação “repousa” numa situação de dívidas mútuas sistematicamente mantidas, e não no equilíbrio. Nos relatos a seguir, percebemos uma insatisfação com relação a um apoio que, acredita-se, natural e, portanto, obrigatório, dadas as reais necessidades, afinal, “família é união, é um ajudando o outro”, conforme lembrou D. Fátima.

“Não tivemos nenhuma ajuda. A gente chegou a consertar fogão, ventilador, porque quando a gente chegou aqui na Rocinha, a gente não teve o privilégio de fazer um barraco aqui dentro (no estacionamento que pertencia à família do marido), a gente teve que pagar aluguel no meio da favela, porque eles não deixaram. Com o falecimento do pai dele, foi que a gente veio morar na casa dele, que foi uma coisa terrível, foi quando eu comecei a trabalhar pra começar a construir essa (casa) aqui que você tá vendo. Apoio mesmo só de Deus”. (Ana Maria)

“Antes a gente contava com a ajuda da mãe dele, mas depois ela começou a reclamar, que não tinha obrigação, e que não queria saber de criança, e aí hoje em dia a gente paga uma menina que fica com eles à tarde, na verdade com o pequenininho, que os outros tãõ na escola, ele chega à tarde e ela fica com ele até ele chegar e ele até eu chegar, então é um revezamento, mas a família não ajuda não, hoje em dia não, só a minha cunhada quando eu preciso sair pra algum lugar, o pequenininho dorme na casa dela”. (Patrícia)

“Contar eu nunca pude, era uma coisa assim de eu não ter ninguém e pegar e botar lá e ela reclamar, mas eu deixar assim mesmo porque eu tinha que deixar e não tinha ninguém. Minha mãe também quando os meus filhos eram

pequenos eu deixava lá pra fazer alguma coisa, mas era coisa de jogar na cara depois”. (Patrícia)

Pitrou (1992, in Peixoto, 2005) assinala duas modalidades de atuação da solidariedade familiar em contextos de desigualdade social mais contrastados: no sentido da promoção social, característico das camadas superiores e médias; e como contribuição para a subsistência de seus membros, característico das camadas populares:

“(…) nas camadas mais favorecidas, ‘as doações, empréstimos, serviços, relações e herança contribuem para a ascensão rápida e brilhante dos filhos’ (efeito promoção social), nas camadas menos favorecidas, a solidariedade familiar implicaria apoios emergenciais, sobretudo, nos casos de doença e de desemprego ou, ainda, nos inúmeros serviços prestados que não demandam ajuda financeira de grande monta, mas que permitem atender às necessidades cotidianas de sobrevivência” (p. 228).

Segundo Martin, haveria aí uma diferença de representação social, que vai além da questão de posse ou não de bens materiais. Assim, as camadas mais modestas não considerariam algumas das pequenas ajudas como um apoio efetivo por parte dos parentes. (Martin, 1994, p. 30, in: Peixoto, 2005, p. 228).

Mas é possível encontrar o reconhecimento e a exaltação de valores que prezam a união e a reciprocidade de apoio. Em alguns depoimentos o afeto aparece também como um dos eixos balizadores para as relações familiares. A ligação consanguínea implicaria, portanto, união afetiva e obrigações morais.

“Essa casa é própria. Esse prédio é quase todo da família, foi meu pai que construiu. A gente morava ali perto da locadora, e o meu pai sempre teve essa oficina aqui embaixo, aí ele foi construindo, deu uma casa pra cada filho... Aí agora a gente tá ... aqui, sempre perto, e é bom que um ajuda o outro, eu sei que qualquer coisa que aconteça eu tenho eles aqui e eu posso contar. Se a gente não puder contar com a família... Porque família é isso, é tá ali nas horas boas e ruins”. (Beatriz)

“Meus irmãos, a gente é muito ligado um no outro, não só em época de festas, a gente tá sempre conversando, telefonando um pro outro, perguntando como é que tá. Eu acho uma coisa muito importante, porque eu também tinha pai e mãe, minha mãe eu perdi fez um ano agora em abril, meu pai já tem 2 anos que eu perdi ele, então quando a gente perdemos os nossos pais, a gente sentiu que precisava mais ainda se aproximar, porque o que mantinha o nosso elo, eu e meus irmãos, porque no começo a gente brigava muito, adolescente, moleque novo ainda, então a gente brigava muito, eu só

tenho irmão, não tenho irmã mulher não. O último elo que ligava todo mundo foi a minha mãe, então quando ela morreu eu me senti, como filho do meio, eu me senti na obrigação de sentar com eles e ter uma conversa, porque antigamente tudo que acontecia com a gente, e a gente falava com a nossa mãe, aí eu falei 'e agora, sem a nossa mãe? O que a gente vai fazer? É cada um por si?' Aí eles falaram 'Não, o que é isso? Não pode', então foi a hora que a gente se unimos mais. Hoje em dia a gente tem um diálogo mais aberto um com o outro, se um tiver passando uma dificuldade, um passa pro outro, uma coisa que a gente não tinha. A gente tá só realizando o sonho que a mãe da gente deixou, que era sempre ver a gente unido, nunca ver a gente separado um do outro. Eu e meus irmãos nunca tivemos briga pra ficar dois dias sem se falar, briga violenta nunca tivemos também, vai ver porque o amor que a minha mãe dava pra gente era tão grande, meu pai também." (Antônio)

"Olha, a família é a coisa mais importante que tem, se você não se der bem com a sua família, você... É claro que toda família tem seus problemas, mas isso também faz parte. Eu acho que, por pior que seja, é onde você encontra carinho e amor, é onde você vai encontrar o abrigo, porque precisar a gente precisa, um dia sempre precisa". (Geraldo)

Em seu estudo, Pecego (1999) também encontra no afeto e na união valores supremos no enfrentamento das agruras do dia-a-dia. O afeto figura, então, como forma de solidariedade, constituindo um laço social necessário como estratégia de sobrevivência, importante também na afirmação da identidade.

Uma vez que a mulher é quem geralmente é acolhida pela família do marido, possivelmente os laços então constituídos tornam-se mais fortes do que aqueles que as unem às suas próprias famílias, conforme revelam os relatos a seguir:

"Eu tenho um relacionamento com a família dele, família dele que eu digo é a irmã dele e a prima. A mãe eu hoje em dia evito ela, porque ela é uma pessoa que já me infernizou muito, então hoje em dia eu ignoro pra mim não me aborrecer. As tias dele eu gosto de todo mundo, todo mundo gosta de mim, os primos vêm aqui na minha casa, eu trato melhor do que a minha família, é como se fossem minha família, melhor que eu digo porque a minha família não frequenta a minha casa como a família dele frequenta, então assim, quando tem churrasco é a família dele que vem, quando tem almoço é a família dele que eu chamo. Eu chamo a minha família mas a minha família não participa muito, então eu sou mais envolvida com a família dele do que com a minha família. Eu falei até com a minha cunhada que eu vivi 14 anos com a minha mãe e convivo com eles há 11, então é... é uma vida né, quase o mesmo tempo que eu vivi lá eu tô vivendo aqui. Se brincar eu vivo muito mais do que o que eu vivi com a minha mãe. Então o meu relacionamento com a família dele, o pessoal em geral gosta muito de mim, o meu problema mesmo é com a mãe dele, e ele também se dá muito bem com a minha mãe, ela não se mete na minha vida nem na dele, e a gente leva". (Patrícia)

“Com a minha família eu não tenho muito com quem contar, eu tinha a minha sogra, que ela era meu braço direito, aí agora, assim, é um conta com o outro. Quando eu preciso de um conselho, meu cunhado e a minha cunhada são evangélicos também, passaram por muitos problemas no casamento, em tudo né, quando eu tô precisando de algum conselho eu ligo, conto o que eu tô passando, aí eles vêm com uma palavra, me consola, me faz ver que sempre há uma luz no fim do túnel, e quando a gente precisa de alguma coisa que eles podem nos ajudar, eles nos ajudam...” (Gabriele)

“A minha tia, eu tenho contato com ela, de vez em quando eu vou lá. Por eu ter agora uma vida muito corrida, não dá tempo de eu ir lá, de vez em quando eu vou lá, mas a minha família não é tão apegada como eu sou com a família dele, como eu sou com os meus cunhados, como eu era com a minha sogra, não sei por que”. (Gabriele)

Gabriele foi a única a demonstrar uma relação amistosa com a sogra, a quem se refere como sua “segunda mãe”:

“Ela me ajudava muito, ela fazia essa parte, que ele não me ajudava em nada né, aí no dia que eu precisava trabalhar, eu não tinha ninguém pra ficar com as crianças, ela ficava; eu precisava ir a algum lugar, não tinha ninguém pra ficar com as crianças, ela ficava, por exemplo, saía e precisava deixar a roupa lavando na máquina, aí preciso de alguém que estenda, ela estendia pra mim, e hoje ele faz”. (Gabriele)

Mas que implicações a solidariedade familiar traria para a conjugalidade dos casais em questão? Penso que o apoio estrutural recebido das famílias logo no início de casamento seja algo fundamental em qualquer classe social, mas nas camadas mais baixas tal auxílio aparece mesmo como condição para viabilizar a nova constituição familiar.

Quem casa quer casa

Del Priore lembra que fatores como a vida rural, as elites iletradas, a falta de bibliotecas e escolas, o escravismo, a formação de famílias mestiças e portadoras de hábitos e valores diversos e o hibridismo cultural determinaram o tom das representações sobre os afetos e os amores no Brasil colônia.

A vida privada, que ia sendo construída no Velho Mundo como o lugar das relações amorosas, encontrava aqui obstáculos diante da realidade cotidiana. “(...) as casas de outrora ensejavam (...) pouquíssimas oportunidades de vivências privadas.

Vizinhanças de parede-meia, cafuas cobertas de capim, casas senhoriais repletas de agregados, escravos e parentes; enfim, não era sob estes tetos que os amores medravam com liberdade” (p. 23).

Diferentemente do que ocorria na Europa, na colônia os sentimentos não articulavam-se com a emergência do amor romântico e da família burguesa.

“Nossas referências amorosas não parecem saídas de um quadro de William Hogarth, em que casais enlaçados contemplam ternamente os filhos brincando em frente da lareira. Aqui, os sentimentos como que transpiravam das comunidades; as casas eram invadidas pelo olhar dos vizinhos, pela fala das comadres, pelos gritos das crianças que circulavam entre os domicílios. Os sentimentos afluíam diretamente da experiência concreta” (p. 23).

Sarti (2003) concebe a casa como o lugar onde o casal realiza o projeto de ter uma família: “Com o casamento, o ideal é a formação de um núcleo independente, porque a família precisa de uma casa, aliás, condição para viabilizar uma família: quem casa, quer casa” (1994, p. 47). A casa representa o espaço no qual é permitida a realização dos papéis centrais da organização familiar: o de pai de família e o de mãe/dona de casa, padrão que pressupõe o papel masculino de prover teto e alimento.

Conforme foi visto, o projeto de ter uma casa para iniciar a vida conjugal nem sempre é alcançado e o casal acaba tendo de morar com os pais de um dos cônjuges, situação sempre concebida como provisória, mas que às vezes se prolonga indefinidamente. Sendo assim, o casamento não promove, necessariamente, um desligamento dos vínculos familiares, posto que continuam a existir obrigações mútuas e, mesmo quando se realiza o plano da casa própria, a noção de família sempre envolve uma rede de parentesco mais ampla, ultrapassando os limites da casa.

“Aí a gente tem que viver a nossa vida, é que nem eu falo pra ele, que ele espera acontecer as coisas pra gente tomar o nosso rumo. Porque tem aquele ditado: quem casa quer casa, né, então relação mesmo a gente não tem muito não, eu acho que só vai ter mesmo quando a gente tiver a nossa casa, ela na casa dela e eu na minha, e só de visita, só de passagem.” (Fernanda)

“Algumas coisas eu tô satisfeita sim, porque eu tô com o homem que eu amo, eu tenho um filho maravilhoso com ele, mas por outras coisas não, porque eu pensava que depois que eu ganhasse o meu filho ele ia arrumar um canto pra gente ficar, que a gente não ia viver nessa vida...” (Fernanda)

Pecego (1999) encontrou no ideal de família de uma comunidade pobre da zona sul do Rio de Janeiro padrões que prezam a intimidade do núcleo familiar e a

privacidade de seus integrantes, o que pode ser incentivado pela proximidade local com padrões de classe média e alta, o que também é o caso da Rocinha, situada em um dos bairros mais nobres da zona sul carioca. Assim, a situação - bastante comum - de famílias numerosas dividirem pequenos apartamentos vem a se conflitar com valores que privilegiam a demarcação da intimidade e a privacidade. Tais valores, incorporados das camadas dominantes esbarram, portanto, na realidade cotidiana desta população.

Em pesquisa realizada com famílias de baixa renda da favela de Vigário Geral, Kallas (1992) também constatou a existência do ideal de família conjugal dos segmentos medianos presente nos segmentos populares, ainda que, nesses últimos, outras formas de associação conjugal se façam legítimas em resposta à precariedade das condições de vida.

Esses ideais transpostos de outros segmentos sociais também foram encontrados na Rocinha. Ao desejo de privacidade e intimidade, soma-se o anseio por “liberdade” para usufruir daquilo que somente se pode fazer em um “cantinho que seja seu”, o que fica evidente no relato de Fernanda, a única das entrevistadas que ainda mora na casa da sogra:

“Ele tem os amigos dele, e os amigos gostam de fazer um almoço em casa, um churrasco, uma bagunça, então aqui a gente já perde a nossa liberdade, porque se a gente trazer uns amigos aqui ela já reclama, tudo ela reclama, a gente não tem liberdade, a liberdade que a gente tem é no quarto, é entrar e sair, porque é trancado, mas na casa mesmo a gente não tem, de receber uma família, um amigo, as pessoas que a gente gosta. (...) Eu queria sair, e a hora que ela quisesse ir lá em casa ela podia ir, a hora que eu quisesse vir ela me recebesse, mas eu na minha casa e ela na dela. (...) Tudo de bom e de melhor é quando eu fecho a porta do meu quarto e só tá nós três aqui. Quando não tem ninguém em casa é uma paz, mas sempre tem um pra tirar o nosso sossego, mas só assim mesmo, ou então quando a gente tá longe daqui, quando vai passear...”

Mas mesmo nos casos em que a casa deixou de ser um projeto, tal fato não conferiu a tão esperada garantia de privacidade. A queixa por mais espaço perpassa todos os depoimentos. Se antes o ideal era a casa, agora urge a construção de mais quartos, seja porque a família cresceu, seja porque ainda não foi possível terminar aquilo que já estava planejado.

“Moramos eu, meu marido, o B.(filho) e os meus dois filhos. Eu acho muito apertado, sabe, eu gostaria que fosse maior, que tivesse quarto pros meninos, não que não tenha aqui, tem, mas é pequeno, o berço do bebê fica aqui no meu quarto, daqui a pouco ele vai crescer, aí vai pro quarto dos meninos, vai ficar mais apertado ainda.” (Beatriz)

“Uma casa que eu já to procurando providenciar é uma casa de dois quartos, que eu possa botar eles, pelo menos um quarto pra eles, ideal mesmo era que fosse três, mas pelo menos dois tá bom”. (Gabriele)

“Não, é muito pequeno. Agora a gente tá fazendo 5 quartos lá em cima, cada um vai ter o seu quarto. Agora aqui só tem dois quartos. Na época a família era pequena, aí foi crescendo e a gente foi acomodando.” (Ana Maria)

“Na minha casa só tem um quarto, aí não tem o espaço que eu preciso né, que é um quarto pras crianças (...) Tem dias que, tipo assim, eu boto um colchonete no chão pras meninas, ele (filho) dorme comigo, agora tem dias que, até no frio, o C. liga o ar condicionado e eu não posso por causa da minha garganta. Tem dias que ele dorme lá na sala, tem dia que bota o colchonete pras crianças lá na sala, a gente faz assim.” (Gabriele)

“Quando tá calor a gente liga o ar e dorme tudo junto, só tem um ar pra todo mundo. No verão tá todo mundo junto quase todo dia.” (Fátima)

Muitas vezes pais e filhos precisam dormir juntos, o que seria inimaginável nas camadas média e altas, sendo este fato bastante utilizado como justificativa para atribuição da qualidade de “promíscuas” a estas famílias. Quanto a isso, Fernanda, que dorme com o marido e o filho na mesma cama, respondeu da seguinte maneira ao ser perguntada sobre a possibilidade de vida sexual do casal:

“(...) Mas isso não tem problema, que eu respeito ele, eu pego e forro uma caminha lá na sala pra ele.”

Oficializar ou não a união

Atualmente, os valores em torno dos quais se organizam os casamentos legitimados oficialmente, as coabitações, e os recasamentos, são basicamente os mesmos. Antigamente existia um único modelo de relacionamento conjugal socialmente aceito. Hoje, assim como antes, temos variações deste modelo, no entanto estas variações são aceitas como formas de conjugalidade legítimas, pouco diferindo entre si.

Vimos que, apesar dos esforços da Igreja (Figueiredo, 1997; Del Priore, 2005), desde os tempos da colônia a maioria da população vive em concubinato. Del Priore (op.cit) afirma que os casamentos consensuais conjugavam certa estabilidade, tão almejada nos matrimônios oficiais, com sentimentos que deviam ser mantidos distantes do espírito religioso. Assim, “o convívio familiar dos grupos populares mesclava certa mistura efervescente de valores tradicionais e transgressão” (p. 57), uma vez que tais uniões eram vividas publicamente, os cônjuges compareciam à igreja para cultivarem o espírito religioso, e as mulheres eram tratadas com zelo.

Sob o olhar de Danda Prado (1983), nas camadas de baixa renda seria mais comum o “casamento de fato” do que o “de direito”, aquele juridicamente estabelecido. Neste caso, a união, mais do que uma inovação contestatária aos costumes antigos, conforme ocorre nas demais camadas sociais, configuraria uma “estratégia de sobrevivência”. Tendo em vista a inexistência de bens materiais, torna-se desnecessária a legalização da união.

“Nesse nível de subsistência, em realidade ora o homem abandona a mulher, mesmo grávida ou com filhos, ora ela não quer sustentar um homem que não tem perspectivas de trazer-lhe alguma vantagem social ou econômica. Essa união sem compromissos facilitar-lhe-á uniões sucessivas, sempre em busca de um companheiro que divida com ela as responsabilidades domésticas, segundo o modelo idealizado da burguesia” (p. 22).

Foi possível observar que existe atualmente entre os pobres um desejo de oficializar a união, ao menos juridicamente, já que uma cerimônia religiosa requer maiores gastos. E tal decisão não parece se basear em interesses de ordem econômica, especialmente depois da Lei da União Estável³.

Dentre os entrevistados, somente uma mulher é casada segundo os ditames legais e religiosos. Mas todos identificam-se como casados, já que moram juntos. No entanto, entre as mulheres, é evidente o desejo de “casar no papel”. A única que revelou preferir a situação extra oficial, acabou por demonstrar uma ambigüidade em seu discurso ao admitir sentir-se incomodada com a falta de aceitação social de uma união que já é reconhecida aos olhos da lei.

³ Lei no 9.278, de 10 de maio de 1996, segundo a qual “É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família”.

“Porque a lei protege mais a mulher do conjugo, segundo os advogados tem mais... é... mais segurança do que com o papel. E eu acho que tá certo mesmo, porque às vezes a gente tá junto, quando casa no papel aí vem um monte de coisa que quando a gente é... se junta, fica pior, né. A pessoa quando mora junto eu acho que tem mais segurança, tem mais a ver com tudo, e aí você não é dono daquela pessoa, porque a gente tem mania de dizer ‘sou dono’ e cria uma série de egoísmos pessoais. Ninguém é dono de ninguém, cada um tem o livre arbítrio de ir e vir. (então é melhor?) Com certeza. Porque se a gente tem filho o nome do pai vai, não adianta... eu acho que é a mesma coisa. E depois pra casar e pra descasar é pior ainda. Então no conjugo é melhor você tá junto porque cada um vai pro seu lado”. (Ana Maria)

“Até hoje elas (cunhadas) me têm como mãe dos filhos dele. Pra pessoa que não entende, que é leiga no assunto, eu não tenho direito a nada. Elas não entendem, tanto que eu mando elas procurarem se atualizar, eu procuro sempre falar isso pra elas. Porque esses dias eu fui buscar o meu filho lá na casa delas de férias, e ela me apresentou como mãe dos filhos dele. Isso aí também machuca um pouco, né”. (Ana Maria)

É como se o casamento oficial conferisse reconhecimento à mulher, valorizando-a e legitimando um lugar que já é seu de fato. Para o homem, não faz diferença, a menos que ele seja religioso.

“Eu tomei essa decisão mais por... vontade dela também né. O sonho de toda mulher é ser uma mulher casada né, é tradição da mulher. Pra mim eu já me sinto casado né, porque eu já moro com ela há 6 anos, temos 4 filhos, não tem nem porque eu falar que não sou casado, sou casado porque já moro com ela. E o casamento vai surgir mais por minha vontade e vontade dela. Mais pela vontade dela, ela quer porque quer casar, que a mulher tem esse desejo de casar assim. Eu também não faço questão não, por isso que eu vou casar.” (Antônio)

“Eu sempre falo pra ele que eu tenho uma vontade de casar mesmo, só que ele diz que só Deus sabe, tudo pra ele só Deus sabe, depois que ele entrou na igreja, só Deus sabe. A gente tem uma amiga que sempre conversa comigo, ela diz que ele tem vontade de casar, mas com uma mulher de Deus, que corresponde ele, mas eu digo pra ela, eu não vou dizer que eu sou uma mulher de Deus porque eu não frequento a igreja igual ele frequenta, mas no dia que Deus tocar no meu coração, que eu tenho que entrar, firmar, tudo isso... Aqui também eu nem vou pra igreja porque eles tudo falam que eu vou atrás de homem, até eu me arrumando pra ir pra igreja... Então eu acho que se a gente tivesse na nossa casa, eu estaria firme, porque eu fiquei um pouco afastada, depois voltei, fiquei afastada de novo, mas um dia eu chego lá.” (Fernanda)

Isso parece endossar a afirmação de Sarti, segundo a qual “o casamento legal e o religioso são considerados superiores à união consensual, conferindo maior respeitabilidade ao casal e legitimidade ao lugar de marido e de esposa” (p. 84).

Concepção de casal

Encontrei entre os moradores da Rocinha uma concepção de casal enquanto relação de ajuda, um “ter alguém com quem contar” nas horas difíceis, horas que não são raras no universo em questão. É um “ter alguém” que pouco diz a respeito das delícias da vida a dois, mas sim do apoio necessário para enfrentar as agruras do dia-a-dia.

“Casal é assim, não ser mais um só né, a gente não pode pensar só na gente mesmo, porque é os dois né, a gente tem que pensar em si e pensar no outro, um ajudar o outro, compartilhar com o outro tudo né, e todas as coisas, se você tá passando por um momento difícil, o outro ajudar.” (Gabriele)

“O casal é carinho. Eu penso no casal quando você tá doente, quando mais precisa tá ali do seu lado entendeu, pra te ajudar, na hora mais difícil, na hora mais ruim, tá ali junto, entendeu, porque tem mulher que quer tá do seu lado no lado bom, quando tá ruim, ela mete o pé, rala peito. Então, na hora da doença, Deus me livre, se amanhã acontecer alguma coisa comigo, eu sei que ela vai tá ali do meu lado. Então eu vejo amor por aí, nos momentos ruins e nos momentos bons. (Ricardo)

Não por acaso, o companheirismo foi citado como valor essencial:

“Casal pra mim é companheirismo. Acho que é isso, ser companheiro um do outro.” (Beatriz)

O depoimento de Patrícia, expulsa de casa pela mãe aos 14 anos, grávida do namorado, depois de ter sido abusada pelo pai na infância, nos dá a noção da importância que tem o casamento na vida de uma mulher sem referências de vivência familiar satisfatória. Ter um marido, para ela, significa desfrutar da proteção que não teve do pai ou da mãe, bem como representa uma possibilidade de afeto, o que também encontra nos filhos.

“Eu acho que é legal você ter uma pessoa do seu lado que você sabe que gosta de você, que quer o seu bem, que te ama, ainda mais eu que nunca tive ninguém, do meu lado, a não ser os filhos né, que a gente sabe que filho ama mesmo e não tem falsidade. Hoje em dia eu me sinto protegida assim com ele, sabe..., eu me sinto feliz. Eu acho que casamento é legal a partir do momento que tenha compreensão e, principalmente, o companheirismo”.

Como que numa tentativa de reverter a visão de que a violência conjugal é fato corrente na classe baixa, que os problemas são solucionados via agressividade, em lugar da racionalidade, esses casais exaltam o valor do diálogo e do respeito. Mesmo quando as desavenças são muitas, estes representam valores almeçados, ainda que, na prática, seja um pouco diferente.

“Acho que o primeiro de tudo é o respeito entre os dois, que se não tiver respeito entre os dois, não existe casamento, tem que respeitar o companheiro pra ser respeitado. (...) É a convivência, todo mundo se respeitar, se ajudar.” (Fátima)

“Casal perfeito é quando não tem briga, um entende o outro, um fala e o outro escuta, mesmo tando errado, vai lá e entra num acordo, entendeu. É isso, mais unido, entendeu, eu acho que é isso, um tem que entender o outro.” (Ricardo)

“Teria que ter muito amor um pelo outro, muita conversa, botar os pontos nos is, se algum dos dois tivesse errado, chamasse pra conversar, muito diálogo, mas é impossível, porque o ser humano é uma pessoa muito egoísta, ele cria uma série de egoísmos pessoais, e aí é que destrói tudo, não tem como dizer modelo não, é difícil. A convivência a dois é ruim, difícil.” (Ana Maria)

“A gente bate de frente, às vezes ela não concorda com uma coisa, eu também não concordo. Fazendo uma comparação, às vezes eu chego pra ela e falo: ‘isso aqui tá errado’, aí ela fala, ‘não isso aqui tá certo, a gente tem que fazer desse jeito’, e eu falo que não, ‘ó, você faz a sua que eu faço a minha que a gente vai dar certo, porque como você tem as suas imperfeição eu também tenho as minhas imperfeição’. Eu, tipo assim, eu não dou o braço a torcer, mesmo estando errado, às vezes eu peço desculpa, às vezes ela também pede, mas a gente tenta lidar com isso da melhor forma possível, sem violência também né, porque a violência não vai adiantar nada, no tapa, aí vai piorar a situação, pode até prejudicar os meus filhos, que eles vê aquele combate ali né, já não acha tão legal, vai criar aquele trauma. Uma coisa que o meu pai e a minha mãe não deixou a gente passar, então isso eu quero passar pros meus filhos também”. (Antônio)

Nesse sentido, houve até quem procurasse ajuda através de terapia de casal, numa evidente referência à importância da verbalização e da elaboração de emoções,

típica das camadas superiores, e que agora também começa a perpassar a classe popular, porém de maneira ainda sutil.

“Diálogo. A gente conversa, geralmente. Claro que de vez em quando tem umas brigas, mas a gente evita, principalmente por causa das crianças. E agora que ele tá... nem convém dizer (sobre o fato de o marido ter parado de beber e estar freqüentando o A.A.)... agora é mais fácil conversar, porque antes era mais difícil. A gente procurou ajuda, começamos até a fazer terapia, eu gostei muito.” (Beatriz)

As brigas, segundo os entrevistados, já fizeram parte do cotidiano, mas ficaram no passado.

“Antigamente era briga feia, eu saía quebrando tudo dentro de casa, televisão, CD, DVD, rádio, agora não, a gente bate boca, ele vai pra rua pra não brigar mais, aí quando volta ‘quer jantar? Não. Quer jantar? Quero’, deita, vai dormir, mas depois passa.” (Fernanda)

“Ele era muito ciumento. Eu não podia falar com ninguém na rua, não podia piscar o olho, senão ele me agredia. (...) E a gente vivia separando porque, assim, porque quando ele me agredia tinha vez que eu ficava muito p. da vida, aí ia pra casa da minha mãe, aí ficava lá um tempo, ele ia atrás de mim, a gente voltava e ele prometia que não ia fazer mais. E assim, era briga mesmo e tacar coisa um em cima do outro, pegar faca, pegar tesoura, e bater mesmo de tirar sangue e machucar. Agora não, melhorou bastante, não tem mais isso.” (Patrícia)

Esses achados coincidem com a concepção de família encontrada por Kallas (1989) em seu estudo sobre famílias de baixa renda, noção esta que preconiza valores como união, respeito e ajuda mútua. Tal fato nos sugere a existência de pouca diferenciação entre as noções de casal e de família que circundam as classes baixas, o que não nos surpreende, uma vez que não encontramos nos sujeitos aqui estudados referências à vivência da conjugalidade independentemente da parentalidade, conforme veremos no próximo tema.

Interesses Familiares X Interesses Conjugais

Sabemos que, na classe média carioca, a concepção de casamento predominante tem um enfoque individualista, privilegiando o indivíduo em detrimento das relações em família. Conforme assinalou Fères-Carneiro (1998), os

relacionamentos conjugais nas sociedades ocidentais modernas são mais valorizados e priorizados que as relações sociais e familiares mais amplas.

Observei que isso não ocorre na classe baixa. Ali, os interesses familiares se sobrepõem à conjugalidade e à individualidade. O lazer dos casais sempre inclui os filhos e os projetos referem-se ao todo familiar em primeiro lugar.

“Ah, é difícil. No começo ia né, no começo a gente saia muito junto, quando não tinha ele (filho), mas agora não, agora a gente leva ele, leva amigo, levo irmão, levo mãe, quando quer ir, entendeu. Agora só junto, difícil sair sozinho”. (Ricardo)

“Final de semana, não são todos, mas a gente sai, vamos almoçar fora, levamos as crianças..., com as crianças, passeio de criança até que a gente não faz muito não, a gente tá sempre saindo assim, pra almoçar fora..., só, mas passeios infantis assim é difícil. É como eu te falei, eu não tenho com quem contar né, aí tudo onde a gente vai eu levo os três”. (Gabriele)

“Depois que a gente tivemos quatro filhos ficou meio difícil né, a gente curtir nós dois, a dois né, nunca mais curtimos, pra ser sincero, não. Às vezes a gente vai pra praia, mas sempre tem um com a gente, mas a dois mesmo, depois que a gente tivemos quatro filhos nunca conseguimos ficar a dois só.” (Antônio)

Em seu estudo sobre a moral dos pobres, Sarti (2003) atesta que ainda hoje, na população pobre, se mantém a força simbólica dos padrões patriarcais e seus valores tradicionais. Ela concorda que exista o conflito entre família e individualidade, mas afirma que nestes casos ele é pouco acentuado, prevalecendo o todo (a família), ou seja, as obrigações em relação aos familiares, sobre as partes (os indivíduos, os projetos individuais). Geisler (2004) compartilha da mesma opinião, afirmando que, nas populações faveladas, a existência individual orienta-se por uma perspectiva mais holista.

Observei que a noção de família e as questões de ordem prática dela decorrentes dificultam, quando não inviabilizam, a vivência de momentos exclusivamente do casal. Os programas a dois só foram mencionados por uma das entrevistadas, Patrícia, de 25 anos, e só vieram acontecer após 10 anos de casamento, separações e traições de ambas as partes, num indício de que foram necessários ajustes e negociações para tanto.

É curioso notar que, embora pouco acentuada, é possível encontrar certa influência de valores individualistas, especialmente entre os homens, já que estes conseguem trazer referências de uma vida para além do casamento, como os encontros “só de homens”, a pescaria, a cervejinha no bar para aquele que bebe, momentos dos quais mulheres e crianças são sumariamente excluídos.

“De sair assim, sozinho, acontece mais comigo, com ela é mais difícil. Às vezes eu vou à praia sozinho, vou..., até viajei sozinho... ela, no máximo que ela vai é numa festinha dentro da comunidade mesmo com as crianças, então não tem nem como ela ficar sozinha né”. (Antônio)

Mas o mesmo não ocorre quando falamos do conflito entre família e conjugalidade. Nesse caso, a conjugalidade perde espaço, aliás, não perde, uma vez que nunca teve. Na favela, a referência familiar é muito forte, a individual está se delineando, e a conjugal ainda encontra fortes barreiras, sendo suplantada pelas outras duas.

Alcoolismo Masculino

No universo estudado, muitos homens apresentam ou já apresentaram problemas com o abuso de bebidas alcoólicas, o que acaba trazendo influências negativas para a relação conjugal. Dos entrevistados, todos, exceto um, freqüentam atualmente algum grupo de Alcoólicos Anônimos. Aquele que não freqüenta faz uso regular de álcool. No discurso feminino as queixas em relação ao alcoolismo masculino são freqüentes.

“Ah, eu..., não sei, eu gostei muito dele, assim, da pessoa dele, sabe ele era... ele é ainda, mas agora depois que eu tive meu filho eu acho que tudo mudou, porque na época que eu conheci ele, ele não bebia, aí teve uma época que ele começou a beber, depois que eu tive o meu filho ele começou a beber, aí era muita briga em casa, eu ia atrás dele na rua, ia atrás dos meus amigos atrás dele, aí depois que teve a morte do irmão dele que ele parou de beber. Aí hoje a gente tá bem, ele tá na igreja, de vez em quando eu vou”. (Fernanda)

Marcelo, que é casado pela 4ª vez e parou de beber há quase um ano, conta que todas as relações foram permeadas por conflitos ensejados pelo álcool. Desta vez, pretende fazer durar a união, já que, espera, a bebida não mais atrapalhará.

“(...) Porque agora que eu parei de beber muita coisa mudou, muita coisa mesmo. Antigamente eu não saia da rua, ficava aí com os amigos, essa hora assim eu jamais taria em casa, eu tava lá no bar com os amigos bebendo, aí chegava tarde em casa e já era aquela discussão... então era muita briga, ela não gostava e hoje eu entendo o lado dela, tanto que eu cheguei em casa agora, mas foi porque eu tava na reunião (AA), ela sabe, vim direto pra casa, se fosse em outra época... Aí tem as mulheres também, porque a bebida, sabe como é né... Mas Graças a Deus hoje eu tô bem e pretendo ficar assim com ela, espero que este seja o meu último casamento mesmo”.

Para as mulheres, o controle do vício dos maridos representa um alívio, pois a bebida impede que o homem cumpra satisfatoriamente os papéis conjugais e familiares. Segundo Sarti (2003), não basta “botar comida dentro de casa”, pois o homem, quando bebe, perde a moral. E a queixa feminina vai além do não cumprimento do papel masculino de provedor; ela passa pelo ciúme, pela perda do companheirismo, pelo desgaste da imagem diante dos filhos.

“O lazer dele é sair com os amigos pra beber e só chegar de manhã. E eu fico dentro de casa, eu não vou sair com filho pequeno, é impossível. E eu falo com ele ‘vamos sair com as crianças, sentar numa mesa, comer alguma coisa’, mas é impossível. (...) Como outro dia, o meu filho mais velho veio chorando, falou pra mim que um homem falou pra ele que ele era filho de um cachaceiro. Então isso atinge uma criança. E aí eu chamei ele e falei, porque aqui eu nunca entrei num bar, não tenho vício com bebida, também eu acho ridículo eu ficar fumando dentro de casa, porque eu não permito que os meus filhos fumem, eu digo pra eles que quem fuma é bobo. Mas por outro lado, eu já conheci ele bebendo, pensei que eu ia mudar ele, isso é um engano também. Ninguém muda ninguém se a pessoa não quiser. E eu falo pra ele, que ele já tá precisando de ajuda, porque já tá se tornando... tudo tem um motivo pra beber. Eu não queria que os meus filhos se criassem nesse meio não. E isso é de segunda a segunda. (...) Agora tu imagina a gente dormindo ao lado de uma pessoa cheirando a álcool...”. (Ana Maria)

“Agora vai fazer 1 ano que ele não bebe mais, graças a Deus, aí melhorou mais ainda né, agora ele ainda vai em festa e tudo, mas diminuiu bastante, agora que ele não bebe mais tem até festa que ele não vai. Eu falo ‘vamos, filho’, e ele fala ‘ah, não, vai ta muita bagunça, a gente com criança, não vamos não’. A gente sai agora mais durante o dia, onde a gente possa levar as crianças. Aí agora que eu tô vendo o que que é um casamento né, depois

que ele parou de beber ele me ajuda muito, antes ele não ajudava”.
(Gabriele)

“Eu sempre... quando a minha mãe casou, o meu pai bebia muito, aí se separaram, aí eu sempre disse, ‘se for pra mim casar e viver uma vida desse jeito, eu prefiro ficar solteira’...” (Fátima)

Dos que freqüentam o AA, dois passaram a freqüentar também a Igreja regularmente, o que também não ocorre na ausência de conflitos, já que, nesses casos, a conversão religiosa não foi acompanhada pelas esposas. Mas o alcoolismo parece muito mais ameaçador. Tanto que, D. Fátima, cujo marido não bebe, diz que “*É melhor ele ir rezar do que ir beber*”.

Vimos, portanto, que o alcoolismo é um fator de desagregação dessas uniões, o que pode ocorrer, e certamente ocorre, em qualquer camada social. No entanto, as conseqüências dessa dependência parece mais danosa para aqueles que possuem poucos recursos para lidar com tal situação. Na favela, os bares, botecos ou “biroskas” são o tipo de comércio mais comum, presentes em cada beco, cada viela, por menor que seja. Diante da falta de opções de lazer e dos percalços cotidianos, muitos se deixam inebriar para escapar temporariamente da realidade, deixando as esposas numa situação que mescla o desamparo e a indignação. Sabemos que muitos também recorrem ao uso de drogas, mas estas não foram citadas por nenhum dos entrevistados.

“Não sou mais disso...” - O Casamento para o Homem

Enquanto para a mulher o casamento não constitui uma mudança drástica em termos das habilidades cotidianas, para o homem, casar-se significa deixar para trás uma vida sem maiores responsabilidades, ao menos em tese. Isto porque, na maioria das vezes, essa adaptação à nova realidade ocorre lenta e conflituosamente. Para Sarti (2003), o casamento para o homem significa “parar de zoar”. Segundo ela, este é um projeto que tem hora certa, quando o homem começa a pensar em namorar pra casar. E daí começa a se delinear a imagem do homem de respeito, o pai de família. Antes, os rendimentos do trabalho desperdiçavam-se em coisas sem importância, que não

levariam a nada, e era possível sair sem se preocupar em voltar pra casa. Agora existe alguém para quem prestar contas: a “patroa”.

No entanto, neste estudo não percebi o casamento enquanto projeto. A maioria dos homens casou-se porque a namorada engravidou. Em nenhum deles ficou evidente um desejo anterior ao fato. Ao que parece, o casamento foi algo que aconteceu em suas vidas, algo que não haviam planejado. Talvez isso explique a dificuldade de adaptação. Encontrei nos discursos femininos a queixa corrente de que os primeiros anos de casamento foram os mais complicados, pois o comportamento do homem não correspondia àquilo que é esperado de um marido, pai de família. O casamento não os tolhia de sair com os amigos e voltar tarde pra casa ou de se relacionarem com outras mulheres, bem como não garantia às esposas a presença de um companheiro dedicado.

Semelhante dificuldade não parece ocorrer com a mulher, uma vez que a gravidez e a chegada dos filhos impedem que ela continue a gozar de certos aspectos da vida de solteira.

“No começo eu, meio que... não era o que eu esperava, mas agora, graças a Deus, tá entrando tudo nos eixos. Tipo assim, no começo ele parou de sair, porque a gente saía muito final de semana, direto, a gente voltava já com o dia clareando, isso enquanto a gente namorava, aí depois que eu engravidei, até um certo tempo a gente ainda saía, depois que eu já fiquei mais... aí eu parei primeiro e ele começou a parar também, aí a minha filha nasceu, depois de um tempo ele começou de novo, aí falava: ‘ah, vou sair com a turma, só vai homem, mulher não vai’. Durante muito tempo eu passei por isso. Aí tinha desculpa também por causa da menina: ‘não vai criança nenhuma, como é que você vai com criança pequena?’. Aí depois eu engravidei de novo, aí deu uma melhorada, ele achava que tinha que tá perto me ajudando, e antes ele não me ajudava, eu que tinha que cuidar deles sozinha. Ele cuidava assim: dava as coisas, trabalhava, mas saía de manhã pra trabalhar e só voltava de noite. Aí eu não agüentava muito não.(...) Aí quando a minha filha tava com 1 ano e 4 meses eu comecei a trabalhar. Aí depois que eu comecei a trabalhar foi melhorando um pouquinho a situação. Daí ele já tirava o final de semana pra gente sair, pra gente passear, coisa que a gente não fazia antes porque tinha essas desculpas de que só ia com amigo. Aí foi melhorando, depois caiu de novo, ele bebia né, tinha o negócio da bebida, mas aí melhorou os tempos, meia-noite, uma hora ele voltava pra casa, aí você sabe né, eu comecei a não aceitar, aí foi quando eu me tornei evangélica.” (Gabriele)

“Pôxa, tem certos momentos que eu acho que solteiro era melhor, mas certos momentos também, eu vejo que casado também é importante. Fica uma escolha meio difícil até da gente comparar, porque eu solteiro, eu tinha que comer na rua, eu tinha que pagar uma pessoa pra lavar minha roupa, então é diversas coisas que ocupava muito o meu tempo, e sendo casado não, eu tenho a minha roupa passadinha, eu tenho as coisas assim, tudo organizada, e eu solteiro também eu era muito doido, eu fazia certas loucura né, saía pra tudo quanto é lugar, curtia baile funk, perdia noite de sono, caía na bebedeira a noite toda, e depois que eu casei não, depois que eu fui morar com ela, eu fui diminuindo, até que eu praticamente parei com essas atividades. Eu gostava também de sair, hoje em dia eu não saio, de certa forma, tá sendo melhor pra mim assim. Já pensou se eu tivesse naquela vida ainda que eu tinha de solteiro? É... chegar todo dia bêbado, sem responsabilidade alguma, porque o dinheiro que vinha eu gastava tudo. Hoje não, a minha preocupação é porque eu tenho meus filhos, eu tendo meus filhos, o que acontece, eu sei que eu tenho que arcar com aquelas conseqüências ali né, porque eu tenho 4 filhos no mundo, eu não vou curtir uma vida de solteiro sabendo que eu vou deixar eles em dificuldade dentro de casa né, e eu tenho o carinho deles também, é isso que me faz também gostar da minha vida de casado né, porque eu tenho meus filhos. Hoje em dia é a coisa mais importante que eu tenho na minha vida. Antigamente praticamente eu não tinha nada, antigamente eu tinha meus pais, quando eu tivesse em dificuldade eu procurava eles, hoje em dia eu tenho o carinho dos meus filhos, a coisa mais importante que eu tenho no momento... ela também, ela também... mas meus filhos em primeiro lugar.” (Antônio)

“(...) antes eu chegava ele tava na rua, então hoje em dia ele é um marido presente, hoje em dia ele é um bom pai, a gente dialoga mais, a gente não briga, a gente conversa. Às vezes eu é que me exalto, eu quero brigar, ele não me dá trela, vai dormir, ou vai na rua depois volta, então a gente não briga mais. Ele mesmo fala ‘eu não sei como é que eu mudei tanto, eu mesmo não me reconheço às vezes’, sabe, ele mudou mesmo, assim, 95%, e hoje em dia a gente vive bem, o relacionamento é legal”. (Patrícia)

O casamento parece conferir ao homem uma mudança significativa em termos de qualidade de vida. A esposa acaba por ocupar um lugar que a mãe já deixara de assumir. O casamento e a vinda dos filhos pressupõem novas responsabilidades, obrigando o homem a ter uma vida mais regrada, de modo que sobra pouco tempo para as farras e noitadas com os amigos. Mas essa mudança, conforme foi visto, é gradual, podendo levar anos. Assim, muitas têm a sensação de que os maridos estão “mudando” e essa mudança é quase sempre positiva. O início do casamento é relatado como uma fase conturbada, mas com o tempo “as coisas vão se ajeitando”. E

as mulheres discursam como se elas próprias estivessem “moldando” seus homens. O sapo um dia há de virar príncipe!

“(...) agora ainda não está como eu almejo, mas eu tenho fé que vai ficar. (E como você almeja?) É assim, porque eu não sei se é porque eu quero ele sempre presente em tudo que eu faço, eu quero ele junto comigo, e ele ainda não está entendido, aí eu pretendo ver assim, ele caminhando comigo, a gente fazendo as mesmas coisas, coisa que ainda não está, mas vai ficar”. (Gabriele)

“Olha só: meu marido é daquele tempo da BatCaverna. (...) Mas hoje ele tá 100%, hoje ele pensa igual a mim, mas ele foi uma pedra muito difícil de ser lapidada”. (Ana Maria)

A propósito, um samba bastante tocado na comunidade, cantado por Zeca Pagodinho, fala desta “transformação” tão desejada pela mulher:

Não sou mais disso

Eu não sei se ela fez feitiço
 Macumba ou coisa assim
 Eu só sei que eu estou bem com ela
 E a vida é melhor pra mim
 Eu deixei de ser pé-de-cana
 Eu deixei de ser vagabundo
 Aumentei minha fé em Cristo
 Sou bem-quisto por todo mundo

Na hora de trabalhar
 Levanto sem reclamar
 E antes do galo cantar
 Já vou
 À noite volto pro lar
 Pra tomar banho e jantar
 Só tomo uma no bar
 Bastou

Provei pra você que eu não sou mais disso
 Não perco mais o meu compromisso
 Não perco mais uma noite à-toa
 Não traio e nem troco a minha patroa

“Ruim com ele; pior sem ele” - O casamento para a Mulher

Salem (1980) afirma que, para a mulher favelada, o casamento às vezes representa a única possibilidade de melhoria de vida, uma vez que confere a ela certa autonomia para dispor de sua vida, coisa não muito fácil quando se tem uma série de preocupações para com os pais e/ou irmãos desde muito cedo. As experiências de sofrimento da infância e da adolescência (muito trabalho, precariedade, abandono) propiciam a criação de uma série de expectativas que são depositadas no casamento e, conseqüentemente, no homem. A autora considera o casamento, nestes casos, uma estratégia, mais ou menos consciente, que visa um maior controle da mulher sobre sua existência. Decerto, esta estratégia tem resultados diversos, mas sejam eles positivos ou negativos, o casamento sempre representa um corte na vida dessas mulheres.

Assim, o casamento surge como a única possibilidade de fuga diante de uma realidade quase que insuportável, conforme podemos perceber através do depoimento de Patrícia, que conta o que a levou a casar-se:

“Eu saí de casa... na verdade, eu engravidei com 14 anos, do M., a gente namorava e eu engravidei. Continuei em casa, ela não me colocou pra fora. Aí... um dia ele dormiu lá em casa porque ele estava doente, eu pedi pra ela, ela deixou, eu levei ele pra dormir na minha casa, e aí meu padrasto tava lá, e ela falou: ‘só avisa pra ele, que ele é o homem da casa’. A gente chegou lá e perguntou se ele podia dormir lá. Ele disse que sim, tranqüilo... e até ofereceu ajuda... No outro dia de manhã eu acordo com a minha mãe quase arrombando a porta, que ele tinha feito a cabeça dela dizendo que eu levei ele pra dormir e não falei nada com ele, e que ele era o homem da casa e que eu tava passando por cima dele. E aí a minha mãe veio igual a uma fera, bateu na porta, quase arrombou a porta... E aí quando eu abri a porta ela deu na minha cara, me bateu... Eu tava grávida de 2 meses... me bateu, disse que eu era uma desgraçada, infeliz, que eu tava acabando com o casamento dela, e que não queria mais que eu ficasse lá, que era pra eu ir embora. E aí foi aí que eu vim morar com o M., por causa desse episódio”.

E quando o recurso ao casamento não se traduz em mudança efetiva na qualidade de vida, fica evidente a decepção.

“Minha vida antes do casamento era um inferno, depois continuou um inferno. (...) Então assim, a minha vida sempre foi um inferno, de quando eu era criança, do convívio com a minha mãe, e aí arrumei um marido supimpa ainda pra me ferrar toda”. (Patrícia)

“Olha, toda mulher sonha com um vestido de noiva, um lar, ter uma casa, cuidar do seu marido, mas na verdade isso aí é conto de fadas. Porque tem umas mulheres que chegam a apanhar muito dentro da sua casa, não sai porque dedica a sua vida a seus filhos e a seu marido, acaba chegando a uma certa idade, não tem pra onde ir, não tem grau de estudo, não tem nada, e continua apanhando ali por causa de quê? De um teto e de um prato de comida. Essas mulheres eu chamo de covardes porque elas deveriam sair e bater o pé e dizer ‘eu tenho que conseguir, eu vou conseguir’. Foi o que eu fiz”. (Ana Maria)

Mas apesar do descontentamento e do discurso pró-independência feminina, numa crítica àquelas que não têm coragem de pôr fim ao casamento, Ana Maria não admite a possibilidade de deixar o marido.

“Th, eu já passei cada perrengue aqui, e não abandono ele por nada, não abandono. Nunca pensei, nunca vou pensar isso porque nas horas que eu mais necessitei ele esteve do meu lado, então eu nunca pensei de largar a minha família, e principalmente ele pra estar com outras pessoas, mesmo assim pra festa, essas coisas, eu não abandono ninguém da minha família pra sair em aventuras não (...) porque quando eu fiquei sabendo pela mulher dele mesmo que a família dele não prestava, que eles se separaram logo com um ano, eu falei ‘mas comigo vai ser diferente’, o viver deles vai conviver com o meu, porque eu não tô aqui..., ele não me achou numa zona, me achou dentro da casa da minha irmã, e eu já tive filhos dele, não vou sair com uma mão na frente e outra atrás, e outra coisa, eu vou lutar que é o pai dos meus filhos. E assim eu agüentei. Mas motivo pra sair eu tive, e tive muito”.

Mesmo insatisfeitas, a separação como solução dificilmente é cogitada por essas mulheres, devido à preocupação com a criação dos filhos e também com a própria sobrevivência, fazendo com que se sintam forçadas a permanecer em uma união que, embora insatisfatória, assegura de algum modo sua subsistência.

“Aí a gente brigava muito por causa dessas pequenas coisas, de ter que arrumar a casa, fazer comida, ele tinha muito ciúme, não queria que eu trabalhasse fora e eu sempre tive vontade de trabalhar desde que a gente tinha tido filho eu sempre quis trabalhar fora, e trabalho desde os 16 anos, até hoje, sempre trabalhei, tenho milhões de assinaturas na minha carteira. E... a gente brigava muito também porque ele não queria trabalhar, sempre foi muito acomodado, entendeu, aí a gente foi empurrando com a barriga, entre brigas e agressões, durante esses anos todos, eu sofri muito. Não tinha

o apoio da minha mãe, assim de voltar pra casa dela, porque ela tinha a vida dela, e eu já tinha o meu filho, eu não podia voltar pra casa dela pra viver o que eu tinha antes. Meu pai não morava aqui, meu pai tinha ido embora com outra família, quer dizer, eu não tinha o apoio de ninguém, não tinha a minha independência financeira, eu ia pra onde com um filho? Ia sempre me sujeitar àquilo, e eu gostava dele independente de qualquer coisa”. (Patrícia)

Sob uma perspectiva psicanalítica, a separação remeteria a uma perda mais primitiva, fazendo com que o sujeito reviva as suas primeiras separações, regredindo a estágios iniciais de sua vida, fortemente marcados por tais rupturas. Segundo Vilhena (1988a), “a separação envolve não apenas uma ferida no narcisismo, mas também na objetividade que é profundamente afetada” (p. 36). Assim, essas mulheres que, conforme vimos, passaram por significativas perdas ao longo da vida, perdas que vão além daquelas necessárias, possivelmente optam por não atualizarem tal sofrimento. É preferível - ou mais suportável - lidar com as agruras do casamento do que mexer em feridas profundas. A separação implicaria não somente a desvinculação conjugal, mas também o esfacelamento desta família idealizada e construída, e de tudo o que ela significa.

Salem (1980) ressalta que as conseqüências da separação para a mulher favelada são mais drásticas, já que ela não costuma recorrer a instâncias impessoais, como a do direito. Assim, a possibilidade de receber a pensão alimentícia que lhe caberia fica à mercê da vontade ou da possibilidade do homem e, na maioria das vezes, não se concretiza.

Contudo, isso não significa que as separações sejam incomuns. Alguns estudos (Mello, 2003; Pacheco, 2005) chegam a ressaltar a fragilidade e instabilidade dos laços conjugais nas camadas populares.

Apesar dessa resistência feminina, Pacheco (op. cit.) constatou em sua pesquisa que, na maioria das vezes, a decisão pelo rompimento parte da mulher. Os comportamentos masculinos violentos, causados pela utilização de drogas, ciúmes ou por outros fatores, quando constituem ameaça à mulher ou aos filhos, levam-na a sair de casa com eles deixando tudo para trás, o que dificulta e retarda sua decisão. E quando é o homem quem resolve deixar o lar, em geral a decisão está associada ao seu envolvimento com outra mulher. Segundo a autora, é mais comum que isso

aconteça quando as relações são recentes, não legalizadas, ou envolvem gravidez não planejada.

O casamento também surge para essas mulheres como possibilidade de realização de um ideal de família que não tiveram. É como se a família por ela constituída viesse para preencher este lugar. Assim, podemos ter uma idéia do volume de expectativas depositadas no homem e nos filhos. Dentre as entrevistadas, apenas uma não é filha de pais separados. Todas as outras sofreram de alguma forma com a instabilidade dos vínculos parentais, sendo provenientes de lares que passaram por seguidas rupturas.

“Família é tudo pra mim, acho que família é a base pra vida, pra tudo. Eu fico feliz hoje de ter uma família, porque eu não tinha né. Então hoje em dia eu tenho uma família, eu tenho meus filhos, tenho o meu marido, e seu eu também não tiver mais tarde o meu marido eu também não vou morrer porque eu tenho os meus filhos”. (Patrícia)

“Eu acho que Deus vê a nossa carência e nos supre com outra coisa né, e foi assim que foi comigo, eu não tive a minha mãe e ele me supriu com outra, eu não tive uma família e ele me supriu com os meus filhos, meu marido, que, tipo assim, ele tinha esse problema dele da bebida né, mas em compensação é uma pessoa ótima, muito boa, às vezes eu até falo que ele é bom até demais com as pessoas (...) Eu acho que hoje é melhor, porque, igual eu falei, eu sentia muita carência de família, eu vivia com a minha tia, tinha essa brigalhada, ela com o marido dela, e eu sentia muito assim, falta de uma família”. (Gabriele)

Algumas vezes o casamento é vivido como um fardo na vida da mulher, o que também foi constatado por Salem (1980). E esse peso é proveniente da responsabilidade para com marido, filhos e, principalmente, com a dupla jornada.

“Foi assim, meus pais se separaram eu tinha 9 anos, de lá pra cá eu sempre trabalhei. Eu fui trabalhar em casa de família, eu sempre trabalhava e morava no emprego, aí eu saí da minha terra e vim pro Rio, continuei trabalhando em casa de família. Eu acho que a mulher tem mais responsabilidade depois de casar, que é marido, casa, filhos, então pra mulher é mais difícil, tem mais responsabilidade. Tipo assim, meu marido sai de manhã pra trabalhar, aí eu coloco os filhos pra escola... e aí eu começo... e ainda vou trabalhar!” (Fátima)

De acordo com Kallas (1992), as famílias de baixa renda estruturam-se de maneira predominantemente hierárquica, complementar e segregada, opondo-se

assim ao ideal de família igualitária descrita por Figueira (1987). Percebi que o padrão hierárquico continua balizando as relações familiares mas, ao contrário de Kallas (op.cit), encontrei algumas mudanças nos padrões que sustentam os relacionamentos conjugais. A divisão sexual do trabalho segundo a qual a rua aparece como o território eminentemente masculino e a casa, o feminino, se mantém mas parece estar perdendo a força diante das novas expectativas femininas.

Todas as mulheres entrevistadas falaram da importância da sua inserção no mercado de trabalho, quando não declaradamente por realização pessoal, ao menos para ajudar no orçamento familiar, auxílio que não é dispensado pelos maridos.

“Eu pretendo, tô adiando, voltar a estudar ainda esse ano. Tô pretendendo fazer um supletivo, voltar a estudar, que eu quero arrumar um emprego, aí às vezes, ‘ah, você não tem o segundo grau completo, não pode’. Aí eu pretendo terminar meus estudos, e me colocar profissionalmente, porque eu não tenho uma profissão, já trabalhei em vários lugares, mas não tenho aquela profissão correta”. (Gabriele)

“Mas a minha vida é isso, cuidar da casa, das crianças, eu fico mais em casa, por isso eu quero voltar a trabalhar, é só esperar o B. crescer um pouquinho. Eu acho que eu trabalhando, eu vou até ter mais disposição pra fazer as coisas, sabe. Vou ter menos tempo, mas naquele pouco tempo eu vou dar todo gás. Eu quero muito voltar a trabalhar”. (Beatriz)

E diante do peso de uma jornada dupla, suas exigências com relação às atribuições de um “bom marido” aumentaram. Aqui percebemos o delineamento de comportamentos que denotam um padrão de relacionamento mais igualitário, típicos dos jovens casais de classe média, mas que já começa a ganhar espaço nas classes populares. Se para os homens o dinheiro proveniente do trabalho feminino é bem vindo, para elas tornou-se indispensável a divisão das tarefas domésticas.

“ (...) quando eu engravidei dele eu fiquei desesperada porque era eu sozinha pra tudo, tipo assim, eu tenho mãe mas ninguém me ajuda, era só eu, e tinha a minha sogra que me ajudava, aí tem 1 ano que ela faleceu, aí agora ele me ajuda. No dia que eu vou trabalhar, que ele tá em casa, ele fica com as crianças, ele dá banho, ele dá comida, se tiver que trocar de roupa ele troca, ele faz tudo, me ajuda na casa, porque antes ele não lavava um copo, hoje ele lava louça, às vezes lava o banheiro, varre, passa pano na casa, e ele não lavava um copo. (...)Eu levava o café pra ele na cama e onde ele comia ele largava. Hoje não, hoje ele já me ajuda bastante.” (Gabriele)

“(...) e hoje em dia a gente vive bem, ele arruma a casa, faz comida, coisa que eu nunca imaginei na vida que ele fosse fazer, antes ele não fazia nada, ele comia e onde ele comia o prato ficava, hoje em dia, eu cheguei em casa agora a casa tava pronta, ele arrumou a casa inteira, tá com os filhos...” (Patrícia)

“Agora como eu to trabalhando o dia inteiro, tá sobrando mais pra ele do que pra mim. Ele chega, fica em casa, as crianças chegam do colégio ele tá aqui, bota pra banho, então na verdade ele tá fazendo tudo pelas crianças, porque eu chego tarde, quando eu chego já tá todo mundo encaminhado, todo mundo já tomado banho, já jantado, então na verdade ele tá fazendo uma coisa que eu já fiz muito, antes era só eu, agora ele tá fazendo”. (Patrícia)

“Tipo assim, que ele é muito católico. Aí eu venho pra cá trabalhar, chego lá, ele tá na igreja, daqui a pouco volta pra igreja, sabe, muito católico, mas por isso não vai me ajudar nas tarefas de casa? Porque eu trabalho o dia todo, chego em casa ainda tenho que fazer tudo, almoço, roupa pra passar, a responsabilidade pra mim é muito grande”. (Fátima)

Pacheco também considera que os níveis de exigência das mulheres em relação à convivência com seus parceiros aumentaram ou, ao menos, se modificaram, o que a faz considerar o processo de separação como um momento de transformação de valores nas relações de gênero, embora esta transformação ainda seja pouco expressiva. “A mulher pobre agora parece buscar uma relação conjugal sem ameaça de violência, mais igualitária, que a faça se sentir respeitada, digna e feliz” (p. 197).

E dentre as novas exigências femininas, a importância da verbalização e elaboração de emoções ganha lugar de destaque:

“Olha, se eu te disser que eu estou satisfeita com a vida que eu levo, não, porque sempre tem um vazio. Sempre tá faltando alguma coisa. Porque a minha vida foi toda sozinha, cuidando de casa, lavando, passando, arrumando... Quando eu me senti uma palhaça no meio disso tudo eu fui procurar emprego, através de trabalho comecei a conhecer muitas pessoas, e aí comecei a ganhar o mundo né. Mas sempre falta uma palavra amiga nos momentos que a gente tá... às vezes a gente precisa desabafar, eu mesmo tenho muitas coisas, mas eu não tenho com quem conversar, poderia chegar pra ele e conversar, mas ele não tem tempo, porque o estacionamento não deixa, e assim, o nó na nossa relação foi por causa da família dele e da responsabilidade do estacionamento. Ele vivia pra carro e pra família dele. Então é muito complicado”. (Ana Maria)

Às vezes o casamento torna-se um fardo tão pesado para a mulher que chega a custar a sua saúde.

“A convivência é uma coisa muito difícil. Às vezes a gente não sabe nem com quem está vivendo. A gente não conhece nem os nossos próprios filhos. Então uma relação a dois é difícil. Como eu já ouvi muitas pessoas dizerem assim ‘ah, aquele homem é muito bom e a mulher não presta’, mas vai viver 24 horas com uma pessoa que você vai saber quem é a pessoa. Então julgar é fácil, mas só quem sente na pele é quem sabe, né. Então é muito difícil, porque você tem que ter jogo de cintura, estômago pra agüentar certas coisas e... Eu mesma fui uma pessoa que tive dois câncer por causa dessa relação, câncer emocional. Mas se eu não tivesse a mente que eu tenho, e a força de vontade de viver, e de saber que eu tinha filhos, eu estaria hoje morta”.
(Ana Maria)

“Depois, com 16 anos eu tive síndrome... como se fosse síndrome do pânico, mas não foi exatamente síndrome do pânico, o médico falou que eu tive uma crise de nervos. Como eu tinha uma vida muito conturbada, eu comecei a passar mal. Comecei a sentir a sensação de que eu ia morrer, ficava roxa, ficava gelada, e eu achava que eu ia morrer, achava que eu ia ficar louca... E aí esse médico me passou um remédio controlado, fraquinho. Eu comecei a tomar esse remédio, eu fui melhorando, mas depois de um tempo ele começou a não fazer mais efeito, aí ele foi aumentando a dose, foi aumentando, foi aumentando, no final eu tava tomando um remédio inteiro, o mais forte que tinha e não tava adiantando. Eu fui criada na Igreja Universal, e aí foi que eu comecei a voltar a ir de novo, buscar uma solução né, nessas horas a gente corre pra algum lugar. Com duas semanas, acho, que eu tava indo na Igreja, eu já fiquei boa. Aquele mal estar, aquela sensação de que eu ia morrer, acabou. Sumiu definitivamente. Os médicos diziam que eram ‘n’ coisas e na verdade não era nada, eu acho que tava precisando de paz de espírito, de me ligar a uma coisa mais.... sei lá, tipo, um Deus, eu tava precisando de buscar mesmo isso. E aí eu fiquei mais calma, comecei a ter mais sabedoria, quando ele falava as coisas eu ficava quieta, não respondia, pra evitar briga, e fui começando a ver a vida de um modo diferente. Comecei a pedir a Deus pra que mudasse ele, e eu acho que eu pedi tanto a Deus que é por isso que ele tá do jeito que ele tá hoje em Dia.” (Patrícia)

A esse respeito, Danda Prado (1983) lembra que, desde o século XIX, o índice de suicídio entre as mulheres casadas é bem maior do que entre as solteiras, bem como a necessidade do uso de tranqüilizantes, antidepressivos e ansiolíticos, o que refletiria, segundo a autora, “uma passiva revolta contra sua não inserção social

adequada” (p.33), uma vez que a família constitui o objetivo prioritário da educação das mulheres, seu meio de afirmação social.

Mas apesar das queixas, a maioria das mulheres diz que a vida melhorou com o casamento, fator que está relacionado à realização do padrão familiar citado anteriormente, e à segurança trazida pela presença de um companheiro provedor, garantia de sobrevivência.

Em se tratando de uma realidade inóspita, viver sozinho não é tarefa fácil. “Ruim com ele; pior sem ele”:

“ (...) e eu prefiro a minha vida de casada porque hoje eu tenho uma família, tenho meus filhos, meu marido, prefiro a minha vida de casada”. (Gabriele)

“Eu acho que a minha vida melhorou depois que eu casei; é sempre bom ter alguém por perto, né”. (Beatriz)

*“Depois de casada eu acho que melhorou, porque quando você casa, você tem um companheiro pra te ajudar, apesar desse problema de igreja, mas ele é um companheiro, e ajuda, ele recebe o pagamento dele, deixa lá, entendeu, ajuda. (...) Mas melhorou sim, porque **mal ou bem** você tem que ter alguém do seu lado, pra ficar com você, dividir as tarefas, as despesas”. (Fátima)*

Divisão de despesas e de tarefas

Segundo a divisão sexual do trabalho numa família tradicional, à esposa cabem as tarefas domésticas, enquanto que ao marido cabe trazer o dinheiro de fora. A inserção da mulher no trabalho extradoméstico representaria o fracasso familiar. O afastamento da mulher do âmbito doméstico faz com que o homem se sinta desvalorizado, visto que não é capaz de prover, sozinho, a casa, conforme é esperado de um “chefe de família”, afirma Prado (1983).

No grupo pesquisado, constatamos que o trabalho feminino extradoméstico não chega a caracterizar um fracasso. Este dinheiro, sempre bem vindo, vem complementar a renda familiar, posto que a maior parte das despesas continua a cargo do homem.

A divisão da autoridade ainda segue o padrão tradicional, segundo o qual o homem é considerado o chefe da família, e a mulher, a chefe da casa (Sarti, 2003). O homem deve assegurar o sustento da família, enquanto a mulher se encarrega da prole e das tarefas domésticas.

“Ele pega o salário dele, paga conta de luz, telefone, essas coisas, e deixa lá, aquela salário que tá lá é pra comprar de tudo, carne, legume, tudo, agora se o salário acabar antes de acabar o mês, aí eu tenho que completar com o meu.” (Fátima)

“As despesas é mais com ele né, o colégio da minha filha é particular, aí é ele que paga, as contas é ele que paga, às vezes, prestações, dependendo do que for, é ele que paga, e eu pago o ônibus do colégio dos meus dois menores, é colégio público mas eu pago transporte, e agora a gente também começou a comprar móveis pra casa, eu pago duas prestação, ele paga uma, por ele pagar mais as coisas, o colégio, a moto, que ela vai de moto, lanche, e as compras, que também não é pouco. A gente divide, mas a parte mais grossa fica com ele”. (Gabriele)

“Eu não trabalho fora, mas eu lavo roupa pra fora, então quando eu não tenho nada pra pagar, tipo quando eu tiro alguma coisa no cartão da minha amiga, eu até ajudo ele, mas quando eu não tenho, eu digo que não sobrou”. (Fernanda)

O intercâmbio de posições ainda é muito sutil. Ele, quando muito, “ajuda” em algumas tarefas, quando a mulher trabalha fora; ela contribui “complementando” a renda doméstica. Quando a mulher não trabalha, os papéis são exercidos com a tradicional rigidez:

“A divisão é assim: ele, tipo, compra as coisas, mas quem cuida mesmo sou eu. Eu acho que ele pensa: ‘ah, eu tô dando o dinheiro e você faz o resto’, sabe, é assim, sobra pra mim mesmo”. (Beatriz)

“Ele é um bom pai pra tudo, assim... pra brincar, pra reclamar, mas assim... em termos de cuidar, eu cuido dele bastante, mas o S., eu acho que ele é muito desligado nesse negócio, sabe, o negócio dele é só... não tá faltando nada, comida dentro de casa, essas coisas que é importante, isso é importante. Se ele precisa de uma roupa, ele vai lá dá o dinheiro e a gente compra, mas de cuidar dele mesmo, tudo é eu”. (Fernanda)

Em consonância com Sarti (2003), constatamos que a autoridade moral ainda é exercida pelo homem, especialmente se ele é o único provedor.

“Então, se ela não tá trabalhando, não faz nada, então ela tem que me ouvir em algumas coisas né, fazer as coisas que eu mando...” (Ricardo)

“Lá em casa a última palavra é minha, (...) por isso que, pras crianças, a última palavra é dela, agora pra mim sou eu, dentro de casa, a opinião geral sou eu”. (Antônio)

Traição

Constatei que a traição é fato comum nos relacionamentos da maioria dos entrevistados. Como é esperado de um grupo onde ainda vigoram os valores tradicionais, incluindo o duplo padrão de moralidade, a traição masculina ainda é mais corrente e mais aceita socialmente.

A fidelidade masculina perde importância diante de tantas outras preocupações de ordem prática, como o sustento da casa, por exemplo. Mesmo insatisfeitas, é melhor suportar pequenas infidelidades do que arcar com o ônus de uma separação e ter de criar os filhos sozinha. Desde que sejam apenas aventuras, as traições podem ser suportáveis, ainda que dolorosas. No fim das contas, *“ele acaba voltando pra casa”*.

Em consonância com esses achados, Pacheco percebe que a infidelidade conjugal, sozinha, não configura motivo suficiente para determinar o rompimento da relação pelas mulheres, embora seja uma queixa comum. A associação entre infidelidade, violência e ausência de recursos financeiros é que parece tornar a situação insustentável.

“Ele sai, ele vai pra noitada, ele dorme na rua, mas isso não me preocupa não. O importante é que ele nunca deixou faltar nada dentro da minha casa, nunca deixou de amar os filhos, a gente precisando dele ele tá sempre ali.” (Ana Maria)

“ (...) e nisso ele sempre me sacaneando, sempre traindo, sempre arrumando mulher na rua... Eu trabalhando e os outros vindo no meu trabalho me contar que viu ele com mulher... que viu ele em tal lugar com outra pessoa... Então

assim, eu passei por todo tipo de humilhação possível que você imagina. E... foi muito difícil.” (Patrícia)

“Eu descobri, que ex-mulher de um amigo nosso, ela tinha uma irmã, eu tinha uma amizade com a irmã dela, depois, de uma hora pra outra ela parou de falar comigo. Aí eu falei ‘alguma coisa tem’, aí eu descobri que o meu marido tava saindo com ela, mas a gente conversamos numa boa. Ela falou que o M., esse amigo nosso, falou que ele não estava mais comigo, porque toda mulher que ele saiu não foi por ele, foi pelo M. Hoje eu falo com o M. por consideração dele ser meu compadre. Aí na época eu falei que ia embora, pra ele ficar com ela, e ele preferiu ficar comigo, então foi só passatempo”. (Fernanda)

Contudo, a passividade feminina diante das traições dos maridos vem tomando nova forma. Sabemos que a infidelidade não é característica exclusiva do sexo masculino, conforme relatos históricos (Del Priore, 2005; Figueiredo, 1997), no entanto a carga do estigma social carregado pela adúltera parece estar mais leve. As mulheres já não se envergonham em revelar suas infidelidades quando motivadas pela insatisfação ou pelo desejo de vingança. Três das entrevistadas contaram ter traído os maridos, e o casamento não terminou depois deles terem tomado ciência dos fatos.

“Eu não sei se ele fingiu que não viu, sabe, não sei, mas uma foi coisa rápida, não teve nada de relação, só uns beijinhos, mas pra dar o troco nele, aí a mãe dele chamou ele e contou pra ele, mas depois ficou tudo bem, ele não é de barraco não. Eu falei ‘vc fez, eu sei que é feio pra mim que eu sou mulher, não podia ter acontecido, mas sexo nada rolou, foi só beijo mesmo, agora com certeza você teve sexo, teve tudo’, aí ele ficou mais pra baixo do que eu, mas aí depois ficou tudo certo”. (Fernanda)

“Aí tem o perdão também né. Eu tava com ela, né, eu saí com muita mulher, entendeu. Então assim, eu dei motivo pra ela fazer besteira pra cima de mim também, entendeu. Então a gente se separou, aí eu como eu tava indo pra igreja, né, conversei com o pastor lá, ele falou assim: ‘ó, ela não te perdoou várias vezes? Então tem que perdoar ela, querer que Jesus perdoe, tem que perdoar ela também’, então aos poucos a gente foi voltando de novo, entendeu. Aí eu falei também ‘é a última vez, vamos entrar num acordo pra não ter mais isso’, entendeu, aí tá tranquilo, de lá pra cá, a minha parte, entendeu..., mas também se eu descobrir é pra nunca mais. Aí eu perdoei, ela me perdoou, eu sabendo que eu tava errado né, porque nego fala, ‘ah, mas é mulher’, não, mas eu também sou homem, é o mesmo pecado, é a mesma coisa, não é só porque é homem ou que é mulher não. Já que ela me perdoou todas as vezes, então eu perdoei ela uma vez também”. (Ricardo)

A traição eventual parece não constituir ameaça. O que pesa é o status de “relacionamento” extraconjugal, caracterizado pela regularidade dos encontros. Mas um encontro casual é algo a que todos estão sujeitos, inclusive as mulheres.

“Traição pra mim é quando a mulher tá com um homem, aí arruma outro... Assim, acho que se sair na hora e depois esquecer, acho que isso é coisa de momento, mas continuar igual muitos casos que eu vejo, isso aí é uma traição imensa. Que tem homem que sai mesmo e depois não quer saber mais, queria só sentir o gosto...” (Patrícia)

O Amor

Em sua pesquisa sobre família e identidade nas camadas populares, Isabela Pecego (1999) mostra-nos que, apesar da dificuldade de concretização do ideal do amor romântico exaltado pela classe média, este também constitui entre os pobres alvo de intensa busca e fator de referência para medir a felicidade conjugal. Assim, o casamento por amor seria o único aceitável, de forma que qualquer outra razão, simbólica ou realista, ameaçaria o nosso desejo de autonomia, já que submetidas a razões externas a nossa vontade, conforme afirma Vilhena (1999).

No entanto, não encontrei entre os entrevistados referências ao amor enquanto fator determinante para a união conjugal, mesmo porque vimos que, na maioria das vezes, a gravidez ensejara o casamento. No lugar do amor romântico, temos determinações de ordem prática.

Antônio conta que as atribuições domésticas da esposa ajudaram a estabelecer o vínculo afetivo:

“(...) mas no começo mesmo, pra ser sincero, não sentia afinidade nenhuma, nem amor. Veio depois de um tempo, tal, que a gente tivemos filho, a convivência também de repente até ajudou, que ela faz as coisas que eu gosto, assim, em matéria de ... doméstica né, de fazer as coisas dentro de casa, e foi isso que foi me agradando nela também né, porque tem muitas meninas jovens hoje em dia que não pensa... só quer saber de baile funk, de curtir, e não foi o caso dela, ela correspondia pra mim uma pessoa que é dona do lar, então eu comecei a gostar dela assim, por causa desse lado bom que ela tem”.

Para D. Fátima, a união com o marido surgiu como a possibilidade de amparo mútuo diante dos sofrimentos compartilhados.

“Eu naquela época já tinha 27 anos, ele também não tinha pai, não tinha mãe, e aí a gente foi se conhecendo, e acabamos casando. Foi uma coisa tão rápido, que a gente tava namorando e com um mês a gente casamos. A gente vai trabalhando, aí chega uma hora que a gente tem que arrumar uma casa, uma família... Eu nunca fui de namorar, ir pra forró. Ele perdeu a mãe com um ano de idade, depois perdeu o pai, aí veio pra cá trabalhar, eu não sei se é aquilo que as pessoas dizem, aquela química..., eu acho que é mais o sofrimento das pessoas, mas graças a Deus deu certo, tá dando certo até hoje, é claro que de vez em quando a gente tem aqueles probleminhas que todo casal tem mesmo, mas a gente tá levando...”

Patrícia, casada há 11 anos, diz ter se sentido pressionada a casar-se por causa da gravidez. O namoro descompromissado típico da fase de experimentação da adolescência trouxera conseqüências definitivas em sua vida:

“Parece até que era uma coisa de destino, porque assim, a gente mora perto, fomos criados na mesma rua, então quando eu tinha uns 12 anos, a gente se beijava, se agarrava aí pelos becos, ele era mais velho do que eu, e a gente tinha tido alguma coisa, mas nada sério, e ele foi embora daqui, foi morar em outro lugar, e quando ele voltou, eu tava com 14, foi aí que a gente ficou de novo, eu não gostava dele não, a gente ficou por ficar, porque sabe como é que é adolescente, fica por ficar só pra... ficar. E aí a gente ficou... e logo eu engravidei dele, foi uma coisa muito rápida, e aí foi uma coisa parece que na pressão mesmo, e aí eu acho que foi uma coisa meio que de destino, sei lá. (...) Na realidade, eu fiquei com ele meio que por pressão.”

Mas se o amor não é fundamental para que se dê a união, ele está presente nos discursos que falam da manutenção do vínculo. É o amor o elemento capaz de promover a superação das adversidades, de fortalecer a relação de ajuda mútua. Embora saibamos que existem outros fatores em jogo contribuindo para a não desvinculação, conforme vimos anteriormente, a referência ao amor romântico é presente.

“Sim, porque eu acho que se não existe amor a gente não luta, eu vejo muito isso, hoje eu olho ao meu redor, eu vejo os casamentos se destruindo por isso, por não ter o verdadeiro amor, porque sem o amor a pessoa arruma logo uma desculpa ‘ah, eu vou me separar porque fulana fez isso, então eu não agüento mais’, mas eu, pelo menos no meu caso, quando existe amor a gente tem que lutar, porque com amor a gente vence. Eu acho assim, só vale a pena

a gente lutar por um casamento quando existe amor, se não existe mais não tem porque lutar”. (Gabriele)

“Pra mim é a base de tudo, porque, pelo que eu já passei e tudo, se não existisse amor, eu não estaria mais com o meu marido. Embora as minhas maiores lutas foi contra a bebida dele, foi contra ele sair, porque eu não aceitava nem que ele chegasse meia-noite, uma hora, porque eu achava que eu tava dentro de casa, eu tava cuidando dos meus filhos, ele também deveria estar comigo. A minha maior luta foi por isso, mas porque? Porque eu o amava, porque eu não queria perder o meu casamento por causa daquilo. O meu amor foi maior do que aquilo pra vencer”. (Gabriele)

“Mas eu acho que se não gostasse um do outro, se não tivesse amor, a gente não tava junto hoje, né, três separação pra quem não gosta, já tinha arrumado outro rumo, então ele não arrumou, nem eu...” (Fernanda)

“Eu acho que é importante sim, senão a gente não tava junto até hoje, entendeu. Se não fosse o amor dela, e o meu também, a gente não tava mais junto. Um cuida do outro, ela sabe o que eu quero, eu não preciso nem dizer, então se não fosse isso, a gente não estaria nem mais junto. Se fosse só por tar mesmo, eu já tinha sentido, e já tinha abandonado também. Se eu visse que ela tá aqui só porque não tem pra onde ir, ou porque eu sou o pai do filho dela, eu já tinha largado. Então foi por amor mesmo”. (Ricardo)

Somente um dos entrevistados, Marcelo, revelou não considerar o sentimento importante na união conjugal. Coincidência ou não, ele já está no quarto casamento. Contudo, nota-se que a idealização está presente quando se refere a um amor que é único, o “verdadeiro” amor, que só acontece uma vez na vida.

“Amor por ela eu não tenho e ela sabe disso, eu sou sincero com ela. Eu acho que amor eu só tive um, que foi a minha primeira esposa e é a única até hoje, tanto que isso já me causou muitos problemas, muitas discussões, porque é a única que eu amei. Eu gosto muito da M., eu falo pra ela, mas amor... assim... eu acho que não. Eu até entendo o lado dela, porque eu no lugar dela talvez também não... com certeza também não ia gostar. Então eu acho que é possível o relacionamento, o casamento sem amor, pelo menos pra mim...”

E este sentimento que, de uma forma ou de outra, merece lugar de destaque, parece se encaixar na definição de amor companheiro, aquele que faz durar um relacionamento, baseado na ternura, amizade e companheirismo. Este amor é aqui definido em oposição à paixão, sentimento tido como inferior, sujeito a arroubos e inconstâncias que podem ameaçar a estabilidade da relação.

“Eu acho que no começo mais era vontade mesmo de ter relação sexual, eu acho que era uma paixão meio maluca. Hoje eu compreendo o amor porque... o amor que eu sinto por ele assim é ora proteger, ajudar, e antigamente não, só tinha vontade de ter relação e brigava muito, brigava muito, tinha um ciúme doentio, um ciúme que parecia assim, coisa de... eu acho ridículo, eu achava ridículo porque às vezes eu via ele conversando com uma mulher aquilo pra mim era um... então isso não é o amor. O amor, ele constrói né. Eu acho que hoje eu vejo o amor de forma diferente.” (Ana Maria)

Um relacionamento baseado em paixão estaria fadado ao fracasso. Sendo assim, às vezes é preferível, e até mais seguro, evitar este estágio, passando direto ao amor.

“Então eu acredito mais que, eu conhecer uma pessoa e gostar depois, pra mim dá mais certo. Todas as meninas que eu namorei e era aquele amor, que a gente fala, primeira vista né, nunca dava certo porque começava muito embalado, então não dava certo, então a gente aqui fomos criando um amor da gente mesmo, eu do meu jeito e ela do jeito dela, é por isso que de repente a gente tá dando certo, porque fomos formando do zero e é por causa disso que foi dando certo, e estamos até resolvendo casar no civil mesmo que é pra oficializar nosso casamento”. (Antônio)

O amor que vem com o tempo, que nasce depois do casamento e, nestes casos, depois do nascimento dos filhos, nos fala de um sentimento familiar, mais do que conjugal.

“Assim, no momento é aquele negócio de jovem né, eu olhei pra ela, tive vontade de sair com ela... me atraiu... (risos) porque ela era nova, tal... Tava no baile funk, vi ela, e ela ficou me olhando, dando tipo condições, aí vi que ela me deu um mole assim, aí eu fui e peguei (risos). Aí depois, o gostar mesmo foi depois..., depois que tivemos filho, tal, é que veio aquele amor, mais assim... de aproximação, de casamento mesmo. No começo foi só curtidão e de repente deu certo.” (Antônio)

5 Considerações Finais

Ao lançar nosso olhar sobre a Rocinha, buscamos investigar a maneira como ali se configura a conjugalidade, de que modo os casais se arranjam diante das especificidades, muitas vezes inóspitas, inerentes à sua localização na pirâmide social.

Sabemos que a atribuição dos valores positivo ou negativo, superior ou inferior, melhor ou pior a um determinado grupo social se dá em função da sua posição relativa na estrutura de classes e não por suas características intrínsecas. Ao realizar comparações entre o grupo estudado e as classes médias não intencionamos reproduzir tal equívoco, mas sim situar a população pesquisada dentro do leque de estudos disponíveis sobre o assunto, que focam, em sua maioria, as classes médias. Se não é fácil levantar informações acerca da conjugalidade entre os pobres, especialmente em uma favela, menos ainda é tirar daí conclusões. Temos consciência das limitações deste trabalho, mas também enxergamos através dele possibilidades de aprofundamento e enriquecimento.

A realização da pesquisa bibliográfica nos permitiu perceber que a família e o casamento vêm passando por momentos difíceis de transformações e adaptações que se fazem necessárias à medida que a sociedade evolui. Velocidade e fugacidade tornaram-se marcas presentes em tudo o que nos circunda, e não poderia ser diferente no que diz respeito às relações amorosas.

A maneira como encaramos o amor e os relacionamentos amorosos hoje em muito difere dos nossos antepassados. A estreita ligação entre amor e casamento é relativamente recente. Foi somente entre os séculos XV e XVI que o amor passou a levar ao casamento, na mesma época em que a intervenção paterna deixou de ser determinante, bastando para tanto o livre consentimento dos noivos.

E se o amor “acontecia” somente após o casamento, não possuindo, portanto, caráter fundamental, a falta dele não decretava o fim da união. Fatores como a supervalorização do chamado amor-paixão e a necessidade de unir amor e casamento

contribuíram por criar expectativas dificilmente alcançáveis, o que significa frustração conjugal.

Mas apesar de o intenso processo de modernização apontar para transformações sociais, tantas mudanças não são facilmente assimiláveis pelo indivíduo, levando a uma coexistência de valores novos e antigos (Figueira, 1987). A despeito das adaptações aos novos tempos, como o reconhecimento legal da união estável, o casamento em que os cônjuges vivem em casas separadas, o ficar com, etc, a família brasileira ainda tem como ponto de referência central a família tradicional.

Um exame sobre pobreza e desigualdade no Brasil nos permitiu verificar a existência de uma rigidez de fronteiras entre as classes, posto que a mobilidade social caracteriza-se por ser de curta distância, abrangendo classes com origens homogêneas, segundo Gacitúa-Marió & Woolcock (2005). Assim, mesmo que haja melhoria nos níveis de renda, a desigualdade permanece. Somando-se a isso a crescente difusão da informação, temos como resultado expectativas semelhantes para oportunidades díspares.

Através do trabalho de Brum (2003) percebemos que as definições e visões propagadas sobre a favela, na maioria das vezes, não condizem com a realidade. Mais de um século de história ainda não foi suficiente para desatrelar a favela e seus moradores dos seus estigmas fundantes.

E a família pobre também não ficaria imune aos estigmas. “Desorganizada”, “desestruturada”, “desintegrada”, são algumas das características a ela atribuídas, em oposição ao modelo desde sempre instituído pelas classes dominantes. A família patriarcal retratada por Gilberto Freire representava a definição da “família brasileira”, servindo de parâmetro para os demais modos de organização e favorecendo um olhar superficial sobre a sociedade da época.

Nesse sentido, Corrêa (1994) ressalta que ainda hoje são feitas generalizações a respeito da família conjugal moderna, chamando a atenção para os riscos subjacentes a tais simplificações, pois não levariam em conta a complexidade dos fatores envolvidos no desenvolvimento da sociedade brasileira.

A possibilidade da existência de variações estruturais na família em função da classe social a qual pertence é levantada por Willems (1954). Os efeitos e tensões

provocados por processos sociais como a urbanização, a industrialização e a comunicação de massas atingem de maneiras distintas famílias de classes sociais diferentes. A compreensão da família requer, pois, a delimitação do seu espaço conceitual. Desta forma, ao invés de desorganização, falamos de polimorfismo familiar, como sugere Mello (2003).

As abordagens históricas pouco se referem às famílias pobres, já que é difícil resgatar registros de relações tidas como ilícitas e fora dos padrões. Vilhena (1999) questiona se a pouca relevância dada a essas organizações familiares não seria reflexo do que também ocorria na prática. É difícil suplantar uma relação de dominação que mina outras tentativas de organização, mas atualmente é possível perceber esforços no sentido de reverter esse quadro. Autoras como Salem (1980), Sarti (2003), Pecego (1999), Kallas (1992) e Mello (2003) são algumas das que optaram por desvelar as relações familiares nas classes baixas nas últimas décadas.

Dentre seus achados, temos as especificidades da inserção feminina no âmbito familiar e conjugal, onde a família aparece como esfera prioritária de identificação para a mulher pobre, dados revelados por Salem (op.cit). Assim, a mulher aparece sempre intermediada por figuras masculinas. Sarti (op.cit) ressalta a força simbólica dos padrões patriarcais e seus valores tradicionais nesta população, a despeito do conflito entre família e individualidade. Para Pecego (op.cit) é possível encontrar entre os pobres padrões que prezam a intimidade do núcleo familiar e a privacidade de seus integrantes, o que vem ao encontro das pesquisas de Kallas (op.cit.), que atestam que o ideal de família conjugal dos segmentos medianos encontra-se presente também nas camadas populares. Mello (op.cit) encontra na família o núcleo que concentra e dá ordem à sociabilidade neste segmento social.

Embora alguns desses dados pareçam contrastantes, pude constatar através desta pesquisa que este é apenas um demonstrativo de que as relações sociais nesta camada da população vêm passando também por transformações, e que isso não se dá sem conflitos, e menos ainda, sem as devidas adaptações e adequações.

A Rocinha é hoje considerada a maior favela da América Latina e encontra-se incrustada entre dois dos mais nobres bairros cariocas. Essa proximidade geográfica, já retratada por Pecego (1999) em seu trabalho sobre a Cruzada São Sebastião, acaba

por aproximar universos culturais, sistemas de valores e crenças. Conforme afirmou Sansone (sem data), a pós-modernidade trouxe um aumento da proximidade simbólica entre as classes, o que significa que os ideais que circundam as camadas mais altas passam a permear também o imaginário social dos pobres. No entanto esses anseios acabam por se chocar com a realidade cotidiana na qual estão inseridos, acarretando, muitas vezes, relações conflituosas.

Mas essa transposição cultural causada pela aproximação simbólica não se dá em uma única direção. Conforme revela Chauí (1986), as classes pobres se defendem das forças exercidas sobre elas com um misto de conformismo e resistência. Esta população não absorve normas e valores passivamente. Ao contrário, eles são capazes de adaptar os mesmos a fim de adequá-los à sua realidade. Foi possível encontrar entre os moradores da Rocinha a presença de valores que atribuímos aos segmentos médios da população, no entanto suas relações encontram-se revestidas de um senso prático que parece protegê-los contra a alienação.

Vimos que apesar de o desejo de casar e constituir família estar presente, o casamento não aparece enquanto projeto. Mesmo havendo o desejo do matrimônio, as uniões acabam ocorrendo sem planejamentos, muitas delas decorrentes de gravidez, numa subversão da ordem socialmente instituída, qual seria a aquisição de uma casa; o casamento; e a vinda dos filhos. É difícil encontrar, na Rocinha, um casal que ainda não tenha filhos.

A casa para abrigar a nova família às vezes permanece enquanto projeto por muito tempo, e assim o casal acaba tendo de contar com a ajuda dos familiares, indo morar, na maioria das vezes, com a família de origem do homem, já que é dele a atribuição de prover o teto. Desta forma, a rede de parentesco constitui fator essencial e determinante para o início da vida conjugal. E esta proximidade entre o casal e as famílias de origem, ao mesmo tempo em que configura como extremamente necessária, acaba por produzir o desgaste das relações. Isso porque a presença de valores que privilegiam a demarcação da intimidade e a privacidade é marcante, ainda que a sua realização encontre obstáculos. Sendo assim, mesmo quando o projeto da casa se concretiza, permanece a queixa por mais espaço.

Encontramos uma concepção de casal enquanto relação de ajuda no enfrentamento dos percalços cotidianos. Para aqueles que não tiveram boas referências familiares, o casamento e a constituição familiar representam a possibilidade de construir no presente aquilo que lhes faltou no passado. Para as mulheres, é fundamental contar com a proteção conferida pelo fato de se ter um homem em casa; para o homem, ser casado significa uma rotina organizada, regrada, e para ambos, os filhos oferecem garantia de afeto.

Temos, portanto, uma concepção de casal baseada em preceitos holistas, aproximando-se muito da concepção de família. Os casais costumam definir-se da mesma maneira que definem família, valorizando sobretudo os interesses grupais, donde percebemos que estes sobrepujam os interesses conjugais. Conforme afirmou Sarti (2003), apesar do conflito entre família e individualidade, o todo ainda prevalece sobre as partes. É difícil para o casal se definir enquanto tal uma vez que a experiência do casamento se deu quando já havia um filho concebido e, portanto, uma família, mais que um casal.

A maioria das relações são consensuais, mas existe, principalmente entre as mulheres, o desejo de oficializar a relação, não por interesses econômicos, mas pelo reconhecimento social que uma união legítima lhes confere.

O alcoolismo, comum entre os homens, representa uma ameaça à paz conjugal e familiar. A preocupação vai além da manutenção do papel masculino de provedor. Inclui envolvimento com outras mulheres, a perda do companheirismo e o desgaste da imagem perante os filhos.

Para o homem, o casamento não confere, de imediato, uma mudança de estilo de vida. Indo contra as expectativas femininas, ele geralmente tem dificuldades em deixar de lado o descompromisso característico dos solteiros. A adaptação ao novo status é gradual e sempre conflituosa.

Para a mulher o casamento vem envolto em uma série de expectativas de melhoria de vida, de realização de padrões familiares não vivenciados, e até mesmo como a possibilidade de fuga de uma realidade árdua. E mesmo quando tais expectativas não se concretizam, elas dificilmente recorrem à separação. Existe a preocupação com a própria subsistência e com a dos filhos, mas é preciso ressaltar,

conforme salientou Vilhena (1988a), que a vivência da separação levanta questões que vão além da ordem concreta da garantia de sobrevivência. Ela remete o sujeito às suas perdas mais profundas, às suas primeiras separações. O desmoronamento das fantasias de completude ligadas à construção de uma identidade comum do casal, de um “NÓS” ideal, conforme aponta Vilhena (1988b), colocam o sujeito face à sua castração, verbalizada como desilusão.

Seria interessante investigar como se dá a constituição desse “nós psíquico”, do qual nos fala a autora, nos casais pobres, posto que, conforme foi visto, a relação que se estabelece desde o princípio é a três (pai, mãe, filho), e não a dois. Que implicações isso teria para a construção da identidade do casal? Fica a questão.

Apesar de ainda se estruturarem de maneira predominantemente hierárquica, é possível constatar algumas mudanças nos padrões que sustentam os relacionamentos conjugais nesta camada da população. O trabalho extra-doméstico é valorizado, e até almejado pelas mulheres, o que aumenta as suas exigências com relação aos maridos, inclusive no que diz respeito à divisão de tarefas domésticas, apontando assim para o delineamento de um padrão de relacionamento mais igualitário.

O amor não aparece enquanto fator determinante para a união conjugal. Ao invés disso, temos determinações de ordem prática como, por exemplo, a gravidez e a possibilidade de amparo mútuo diante das dificuldades. Mas o ideal do amor romântico aparece nos discursos que falam da manutenção do vínculo, em oposição à paixão, sentimento que ameaçaria a estabilidade conjugal. Para esses casais o amor não figura como o único balizador de suas escolhas conjugais, ao contrário do que acontece nas camadas médias, onde este afeto representa um importante meio de acesso à singularização e à felicidade, conforme Vilhena (1999). Como ocorria nos casamentos de outrora, o amor vem depois, nasce da convivência diária. Mais importante que isso é o companheirismo.

Notamos que a conjugalidade na favela consegue articular valores tradicionais e modernos de maneira conveniente. Sabiamente, esses casais conseguem equilibrar as fortes influências impingidas pelas classes dominantes e pelos veículos de comunicação com as suas reais condições e necessidades, produzindo assim um modo próprio de conceber as suas relações amorosas. A tradição, o romantismo, as

idealizações pessoais estão presentes e conferem a elas o colorido e a fantasia desejados e necessários, mas há necessidades outras ainda não totalmente claras, além do senso prático trazido pela imposição diária da realidade em preto e branco. Dessa mistura nascem os casamentos possíveis, com mais ou menos cor.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. (Org). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo: UFFRJ, 1987.

ANGIER, M. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 2, no. 2, pp. 36-60, 2º sem., 1990.

AZEVEDO, Tales de. Família, Casamento e Divórcio. In: **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido - Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2004.

BÉJIN, A. O casamento extraconjugal nos dias de hoje. Em ARIÉS, P. e BÉJIN, A. (orgs.), **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo, ed. Brasiliense, 1987.

BILAC, E. D. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo, Símbolo, 1978.

BRUM, M. S. **Repressão, clientelismo, resistência... Relações entre Estado e favelas no Rio de Janeiro**. Disponível em: www.klepsidra.net – Revista virtual de história, 2003. Acessado em 07/03/2007.

CAMPOS, A. **Do Quilombo à Favela. A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

CHAVES, J. **“Ficar Com”:** um novo código entre jovens. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4a. edição. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisas qualitativas em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORBIN, A. O fascínio do adultério. In: **Amor e Sexualidade no Ocidente**. Paris. Ed. Terramar, 1991.

CORRÊA, M. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ARANTES, A. A. [et al.]. **Colcha de Retalhos: Estudos Sobre a Família no Brasil**. Campinas, Editora Unicamp, 1994, 3ª Edição.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2005.

DIAS, M. V. **Casamento e coabitação: imaginário e cotidiano**. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, PUC-Rio, 1995.

DIMENSTEIN, M., ZAMORA, M. H., VILHENA, J. DA vida dos jovens nas favelas cariocas: Drogas, violência e confinamento. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**. Rio de Janeiro, vol 16, no. 1, 2004.

DIOGO, D. R. **Família e contexto social: questões para a clínica psicoterápica**. Dissertação de mestrado, PUC-Rio de mestrado, PUC-Rio, 1986.

DUBY, G. **Amor e Sexualidade no Ocidente**. Paris. Ed. Terramar, 1991.

FERREIRA, A. B. DE H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira, 1993.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.11 no. 2, pp.379-394, 1998.

FIGUEIRA, S. A. O moderno e o arcaico na nova família brasileira, em **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987.

FIGUEIREDO, L. R. de A. **Barrocas famílias**. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

GACITÚA-MARIÓ, E. e WOOLCOCK, M. (orgs). **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil**. Brasília, IPEA, Banco Mundial, 2005.

GEISLER, Adriana, R. R. **O que também se pode esperar de nossas favelas?: Olho no mundo, olho no outro, olho em você**. 2004. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2004.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo. Editora UNESP, 1993.

GOLDENBERG, M. Do casamento ao casal. Em ALBORNOZ, C. e KÜHNER, M. H. (org). **Homem - Mulher: uma relação em mudança**, Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

HAHNER, J. E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1970/1920**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1993.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe - A crise no casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro. Ed. AGIR, 1991.

JABLONSKI, B. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. Em FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.), **Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003, p.141-168.

KALLAS, M. L. **Do outro lado do muro - da instituição à comunidade: um estudo de famílias de baixa renda**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1989.

KALLAS, M. L. Um estudo de famílias em comunidade. **Cadernos CBIA**, Rio de Janeiro, v. 1, no. 4, 1992.

LE GOFF, J. A rejeição do prazer. In: **Amor e Sexualidade no Ocidente**. Paris. Ed. Terramar, 1991.

MACEDO, C. C. **A reprodução da desigualdade**. São Paulo, HUCITEC, 1979.

MAGALHÃES, A S. **Individualismo e Conjugalidade: Um estudo sobre o casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1993.

MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da psivacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil**. V.3, São Paulo, Companhia das letras, 1998.

MELLO, S, L. de. Família: perspectiva teórica e observação factual. **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo, Cortez Editora/Educ, pp.51-60, 2003.

MINAYO. M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004. 8.ed.

_____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NICOLACI-DA-COSTA, A (2006) **O campo de pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS)**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. (Aceito).

PACHECO, A.L.P.B. **Mulheres Pobres e Chefes de Família**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UFRJ, 2005.

PASTORE, J. e HALLER, A. O. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: VELLOSO, J. P. dos R. e ALBUQUERQUE, R. C. de. (orgs). **Pobreza e mobilidade social**, São Paulo, Nobel, 1993.

PECEGO, I. G. **Onde o perto é também longe: Família e identidade numa comunidade popular na zona sul carioca**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

PEIXOTO, C. E. Solidariedade familiar intergeracional. IN: ARAÚJO, C. & SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

PERLMAN, J. Seis idéias errôneas sobre favelas. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro, v. 34, no. 184, pp.40-52, 1987.

PRADO, D. **O que é família**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

PUGET, J. e BERENSTEIN, I. **Psicanálise do casal**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro, Editora FGV, 3ª edição, 2006.

SALEM, T. Mulheres faveladas: "com a venda nos olhos". Em: **Perspectivas Antropológicas da Mulher 1**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.

SAMARA, E. de M. Estratégias Matrimoniais no Brasil do Século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, no. 15, pp.91-105, 1987/88.

SANSONE, L. **Não se fazem mais empregadas como antigamente. Como tem mudado a percepção da desigualdade entre jovens de classe baixa na última década – variações por cor e classe**. Disponível em: <http://www.antropologia.ufba.br/artigos.html>. (Sem Data). Acessado em 15/03/2007.

_____. Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia: Algumas primeiras impressões. **Estudos Afro-Asiáticos**, no. 22, pp.143-174, 1992.

_____. Pai preto, filho negro: Trabalho, cor e diferenças geracionais. **Estudos Afro-Asiáticos**, no. 25, pp. 73-98, 1993.

_____. Funk baiano: uma versão local de um fenômeno global? In: Sansone, L. ; Santos, J.T. (Org.). **Ritmos em trânsito: sócio-antropologia da música baiana**. São Paulo: Dynamis; Salvador: Programa A cor da Bahia e Projeto s.a.m.b.a, 1997. pp. 219-240, 1997.

SARTI, C. A. A família como ordem moral. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

_____. **A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo, Cortez, 2003.

SOCCI, V. **Elaboração e Validação de uma Escala de Atitudes em Relação ao Sexo**. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1983.

SOLÉ, J. Os Trovadores e o Amor-paixão. In: **Amor e Sexualidade no Ocidente**. Paris. Ed. Terramar, 1991.

SOT, M. A gênese do casamento cristão. In: **Amor e Sexualidade no Ocidente**. Paris. Ed. Terramar, 1991.

TOLOSA, H. C. e ROCHA, S. Políticas de combate à pobreza: experiências e equívocos. In: VELLOSO, J. P. dos R. e ALBUQUERQUE, R. C. de. (orgs). **Pobreza e mobilidade social**, São Paulo, Nobel, 1993.

TURATO, E. **Tratado de metodologia clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Anpocs, vol. 15, número 44, outubro de 2000.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

VERGNE, C. **A História dos Rostos Esquecidos. A violência no olhar sobre os moradores das favelas cariocas**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VILHENA, Junia de. Desamor - um afeto pouco enunciado. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, ano X, n. 6, 1988a, p. 35-41,

_____. A vivência de separação - Uma análise Clínica. **Psicologia Clínica - Pós-Graduação & Pesquisa**. PUC, Ano III, n. 3. Rio de Janeiro, 1988b.

_____. Até que o amor nos separe... Algumas reflexões acerca da família contemporânea. **SPID - Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, n. 31, 1999.

WILLEMS, E. A Estrutura da Família Brasileira. In: **Sociologia**, vol.16, no. 4, Escola de Sociologia e Política, São Paulo, 1954.

WISSEMBACH, Cristina C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil – vol 3**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ZAMORA, M. H. **Saber Viver: Táticas de sobrevivência do nordestino no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1992.

FILHO, S. de A. C. **A Favela da Rocinha: a memória de velhos e velhas na luta contra a vulnerabilidade social**. Anais do XII encontro Regional de História – Usos do Passado – Anpuh, Rio de Janeiro. <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2006/conferencias/Silvio%20de%20Almeida%20Carvalho%20Filho.pdf>. Acessado em 17/09/2007.

Outras fontes de consulta:

Reportagem do Fantástico (27/03/2005). **O peso do dinheiro no casamento**. Disponível em <http://www.fantastico.globo.com/jornalismo/fantastico/0,,AA937718-4005,00.html>, acessada em 04/04/2005.

Site eletrônico:

<http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=122&sid=2>

Acessado em 24/09/2007.